

# BLUMENAU

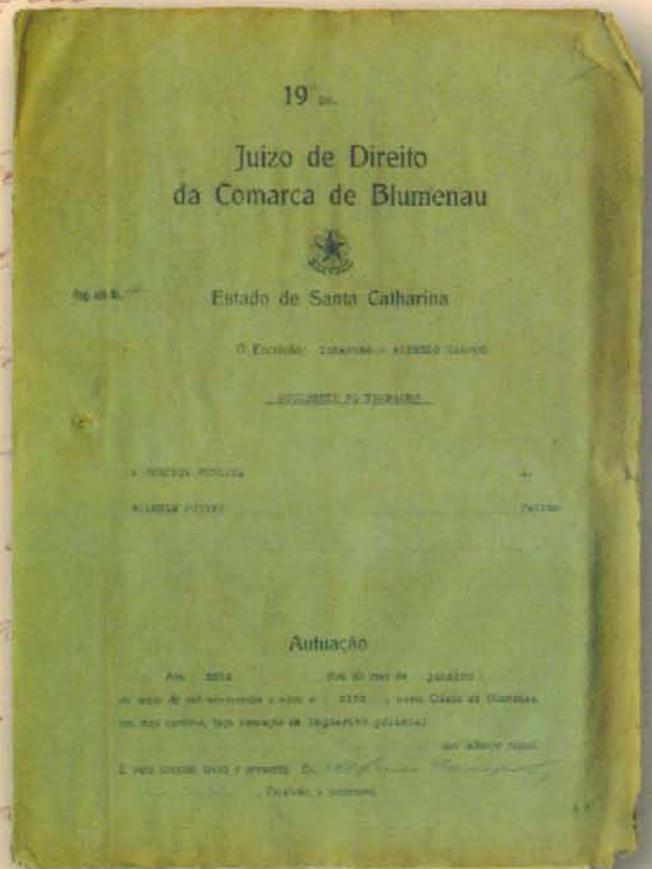
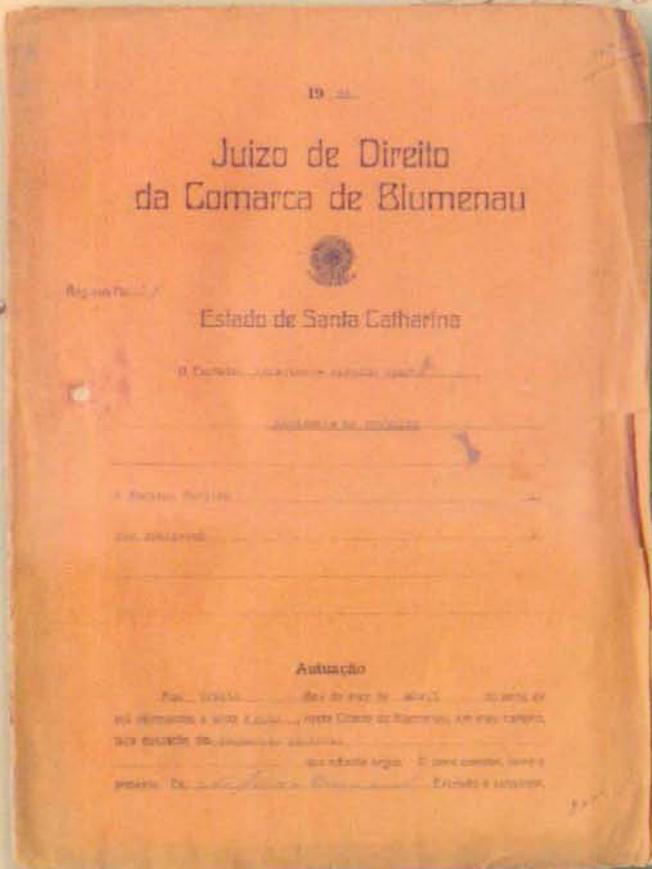
## em Cadernos

*Accão de libello Civil*

*Dr. Hermann Blumennau  
Carlos J. Furdemuech*

*Autores  
Pau  
Pinto de*

*Autuação*



# BLUMENAU

*em Cadernos*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

João Paulo Kleinübing  
*Prefeito Municipal*

Edson Brunsfeld  
*Vice-Prefeito*

## FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Marion Bubeck Willecke  
*Presidente*

Iúry Bugmann Ramos  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

Sueli M. V. Petry  
*Diretora Histórico-Museológica*

Dirceu Bombonatti  
*Diretor do Centro de Publicação, Documentação e Referência em Leitura*

Rafaela Hering Bell  
*Diretora do Museu de Arte de Blumenau – MAB*

## BLUMENAU EM CADERNOS

Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Sueli Petry  
*Diretora*

## CONSELHO EDITORIAL

Annemarie Fouquet Schünke (*Presidente*)

Cristina Ferreira

Gervásio Tessaleno Luz

Ivo Marcos Theis

Marcos Schroeder

Roberto Marcelo Caresia

Urda Alice Klueger

Viegas Fernandes da Costa

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”



**Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,**  
na Área de História – edição 1998, concedido  
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina  
**Prêmio Destaque - 2002**  
concedido pela Academia Catarinense de Letras.

© 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

**BLUMENAU EM CADERNOS**

*Expediente: Alameda Duque de Caxias, 64 – Caixa Postal, 425 - 89015-010 – Blumenau (SC)*

*Fone (0\*\*47) 326-6990 - E-mail: [arquivohistorico@fcbu.com.br](mailto:arquivohistorico@fcbu.com.br)*

**Capa:** Documentos do acervo particular do Dr. Blumenau

Silvio Roberto de Braga

**Revisão:** Valdir A. Petry

**Digitação:** Tiago David Depiné

Secretária: Mirela Nolasco



**EDITORA CULTURA EM MOVIMENTO**

Rua XV de Novembro, 161 – Centro – Caixa Postal 425 - 89010-001 - Blumenau - SC

Fone (0\*\*47) 326-7511 - E-mail: [editora@fcbu.com.br](mailto:editora@fcbu.com.br)

<http://www.fcbu.com.br>

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Biblioteca Pública Dr. Fritz Müller - Blumenau - SC

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de  
Blumenau) Blumenau, SC, 1 (06) 1957 -

II.

Bimestral

ISSN 0006-5218

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto n° 1.825, de 20 de dezembro de 1907  
© Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial pela Editora Cultura em Movimento

“Impresso no Brasil / Printed in Brazil”

## SUMÁRIO

Apresentação ..... 07

### Tradução - *Biografia*

Pe. Carlos Boegershausen - Primeiro Vigário de Joinville

*Pe. E. Schätte e Pe. Eloy Dorvilino Koch scj* ..... 09

### Artigos

Duas religiões antagônicas e uma visão de mundo em comum

*Luiz Cláudio Altenburg* ..... 44

### Conto

Uma filha da floresta diante do trono real - Um episódio da floresta brasileira

*von Branco* ..... 62

### Burocracia & Governo

Lei nº 26 de Maio de 1905

Código de Posturas da Municipalidade de Blumenau. .... 74

### Processos Judiciários

Um caso de injúria verbal e suspeição na Colônia Blumenau -  
Problematizando processos judiciais como fonte de escrita da história

*Ricardo Machado* ..... 90

### Autores Catarinenses

“Barra do Cocho” - A saga de uma família

*Enéas Athanázio* ..... 117



## Apresentação

Mais uma vez, apresentamos a revista bimestral Blumenau em Cadernos, brindando o leitor com textos que abordam temas voltados a História Regional.

Iniciamos com o texto bilíngüe intitulado “*Pe. Carlos Boegershausen: Primeiro Vigário de Joinville*”, de autoria do Pe. P. Stanislaus Schaeffe, ofm. Padre Carlos teve importante papel no desenvolvimento da Igreja Católica no início da colonização de Joinville e região. A tradução foi realizada pelo doutor em Educação, formado pela USP, Pe. Eloy Dorvalino Koch - SCJ. O original encontra-se publicado na revista mensal “*Der Wegweiser*” (O Indicador de Rumo), editado pelos Padres Dehonianos - SCJ de Brusque, de 1929 a 1938.

O mestrando em Educação pela FURB, Luiz Cláudio Altenburg, ao escrever o **Artigo** “*Duas Religiões Antagônicas: uma visão de mundo em comum*”, discorre sobre a relação entre os escritos de Frei Boaventura Kloppenburg e Castorina Lobo de São Thiago. Embora ambos sejam de religiões diferentes, nem por isso os seus escritos podem deixar de ter alguma correlação; a similaridade não está no conteúdo de seus artigos, e sim no interesse que os moveu.

Com “*Uma filha da Floresta diante do tronoreal*”, de autoria de von Branco, é reproduzido um conto extraído do Wille’s Kalender für Brasilien de 1939, periódico de larga penetração nas residências de famílias descendentes de alemães. A tradução é um trabalho da colaboradora senhora Elke Tschersovsky.

Em **Burocracia & Governo**, transcreve-se na íntegra os originais da “*Lei nº 26 de Maio de 1905*”, a qual oficializa o Código de Posturas da Municipalidade de Blumenau. Esta lei, uma vez republicada, vem proporcionar aos pesquisadores e interessados o livre acesso às informações nela contidas, bem como facilitar o entendimento das práticas normativas do município de Blumenau a partir de 1905.

Com a coluna **Processos Judiciais**, o mestrando Ricardo Machado faz a apresentação de um conjunto de peças processuais, o qual intitula “*Um caso de injúria verbal e suspeição na Colônia Blumenau: problematizando processos judiciais como fonte de escrita da história*”.

Por fim, o escritor Enéas Athanázio comenta, na coluna **Autores Catarinenses**, o livro intitulado a “*Barra do Cocho – A Saga de uma Família*”. Trata-se de uma publicação de Apolônia Gastaldi, produzido em forma de um romance de fundo histórico e memorialista ambientado no Alto Vale do Itajaí. Em outro momento, sob o título “O Canudinho”, tece comentários sobre o movimento messiânico na região do planalto catarinense.

Deixamos aqui o convite para os memorialistas, historiadores e pesquisadores a escreverem textos para as colunas Artigos, História & Historiografia, Memórias e Crônicas do Cotidiano.

Sueli M. V. Petry  
*Diretora da Revista Blumenau em Cadernos*

# Pe. Carlos Boegershausen

Pe. E. Schätte<sup>1</sup>

Pe. Eloy Dorvalino Koch scj<sup>2</sup>

Tradução -  
Biografia

**Primeiro Vigário  
de Joinville**

## 1- Juventude e Formação

Carlos Boegershausen nasceu aos 16 de agosto de 1833, numa aldeia de Hannover, no Distrito de Goslar. Seus pais eram honrados e simples camponeses.

Bem sabiam eles educar os seus filhos no verdadeiro temor de Deus. Seu filho Carlos progredia a contento na Escola Primária. Revelava amor ao estudo. E desde cedo, manifestava o desejo de ser padre.

---

<sup>1</sup> Autor do texto, segundo o tradutor Pe. Eloy Dorvalino Koch, Pe. E. Schätte era franciscano. Nasceu na Alemanha (1872). Ordenou-se sacerdote no Brasil (1902). Uma longa e meritória vida consagrada à educação: por exemplo, no Colégio S. Antônio de Blumenau, onde foi professor por 20 anos, e 3 como diretor (1912-32). Conhecido pesquisador da História de Teresópolis (RJ) e de várias colônias teuto-catarinenses. Faleceu em Petrópolis (RJ), aos 12/07/1960 (Cf. REB, set. 1960, p.844). Cheguei a conhecê-lo em Brusque (anos 50), numa homenagem a ele prestada pela "Sociedade Amigos de Brusque - SAB". Foi professor do meu primeiro professor Antônio de Souza Pereira (Ituporanga - 1928-1930). 2ª - Artigo publicado na revista mensal "Der Wegweiser" (O Indicador de Rumo), pelos Padres Dehonianos SCJ de Brusque, de 1929 a 1938. 3ª - Porque repetitivas no final do artigo, optei por omitir os dois parágrafos iniciais.

<sup>2</sup> O tradutor tem doutorado em Educação pela USP. O artigo foi publicado em 1930 na revista *Der Wegweiser* (O Indicador de Rumo), pelos Padres Dehonianos SCJ de Brusque (1928/38), a serviço da Cultura Cristã junto às abandonadas colônias teuto-brasileiras.



### P. KARL BOEGERSHAUSEN

Erster Pfarrer von Joinville

P. Stanislaus Schaette, ofm.

### Jugend und Studium

Karl Boegershausen wurde am 16. August 1833 in einem Dorfe bei der hannoverschen Bezirksstadt Goslar geboren. Seine Eltern waren brave, einfache Landleute. Sie verstanden es gut, ihre Kinder zu echter Gottesfurcht zu erziehen. Ihr Sohn Karl machte auf der Volksschule schöne Fortschritte, zeigte Liebe zum Studium und äusserte schon früh den Wunsch, Priester zu werden.

Der Pfarrer des Ortes unterstützte die Neigung des Knaben und bewirkte, dass dieser 1846 in das Gymnasium Mariano-Josephinum in Hildesheim eintreten konnte. Sein Vater starb bald, aber der Bruder desselben, der fromme, biedere Pfarrer Karl Boegershausen, ersetzte bereitwillig dessen Stelle. Der Onkel des Studenten war nämlich zum Pfarrer der Kirche vom Hl. Kreuz in Hildesheim ernannt worden. Er wurde nun Pflegevater u. Berater des Jünglings, der manche Tage im Pfarrhause zubrachte. Hier hatte er auch das schönste Beispiel echt priesterlichen Wirkens, und der Einfluss des Onkels liess den Priesterberuf im Gymnasiasten erstarken.

Mit glänzenden Zeugnissen versehen bezog der neunzehnjährige Karl die Philosophische-Fakultät derselben Stadt. Auch im höheren Studium erwarb er sich die Zufriedenheit und das Vertrauen seiner Professoren.

Im Jahre 1857 erhielt er durch den hochwürdigsten Bischof Eduard Jakob Wedekind die hl. Priesterweihe.

Nach der feierlichen Primiz im Heimatsorte kehrte er zum Priesterseminar zurück. Der dortige Präses Matte führte ihn in die praktische Seelsorge ein und bereitete ihn vor, als alleinstehender Priester, etwa als missionar, fruchtbringende Tätigkeit entwickeln zu können.

Um 2. August, dem Portiunkelafeste, musste Boegershausen in der Seminarkirche die Hauptpredigt übernehmen, weil er der beste Redner unter seinen Kursusgenossen war. Er löste seine Aufgabe mit schönem Erfolge.

Kurz vor dieser Zeit hatte der "Kolonisationsverein von 1849 in Hamburg", die Bitte an den Bischof von Hildesheim für die neue Kolonie *Dona Francisca-Joinville* in *Santa Catarina* einen geeigneten Priester zu ernennen.

Dieser machte seinem "grundfesten und pflichttreuen" Seminarpriester Karl Boegershausen das Angebot, der entschlossen darauf einging. Schnell liess der Bischof ihn im Hospital einige Erfahrungen sammeln in den Hilfeleistungen bei Kranken und sogar in der Zubereitung einfacher Speisen. Ferner stattete er ihn aus mit Paramenten und allen kirchlichen Geräten, auch mit einer kleinen, ausgewählten Bibliothek und den notwendigen Haus und Tischutensilien. Nun folgte schneller Abschied und die Reise nach Hamburg.

P. Karl Boegershausen bekam einen guten Reisebegleiter. Der Kolonisationsverein hatte nämlich auch einen Arzt für Joinville bestimmt und den früheren Studienfreund des Paters, den *Dr. Wigand Engelke* von der Poliklinik in München ausgewählt. Beide langten gleichzeitig in Hamburg an und schlossen mit der Gesellschaft ihre Verträge ab. Der brasilianische Generalkonsul *Barão de Paraguassú* hiess dieselben gut und unterzeichnete sie.

### Die Reise nach Brasilien.

Dr. Engelke hat über diese Reise folgenden Bericht abgefasst: „Um 25. August 1857 wurden wir mit noch 48 Zwischendecks-Passagieren, die alle in die neue Kolonie reisten, an Bord des kleinen Seglers *Lucie Caroline* gebracht. Unter den Auswanderern waren die Vorfahren der Familie *Valentin Hess*, die jetzt in *Luiz Alves* Ansässig ist. Dampfer fuhren damals noch nicht nach Brasilien. Unser Kapitän *Heinrich Meincke* befehligte einen alten Steuermann und 5 Matrosen. Auf dem Hinterteil des Schiffes stand eine Kajüte 5 x 6m gross; darin befand sich ein kleiner Saal mit 2 Lagerstätten, und dies war unsere Wohnung. P. Boegershausen konnte an Bord nicht die hl. Messe celebrieren. An Sonntagen hielt er regelmässig eine Predigt über das Evangelium und im Anschlusse daran eine Andacht. Auch sammelte er oft die Kinder um sich und erteilte ihnen Religionsunterricht, dem die Erwachsenen gerne zuhörten.

de casa e mesa. A seguir, impunha-se uma rápida despedida, e a viagem para Hamburgo.

Pe. Carlos teve a sorte de encontrar um bom companheiro de viagem. É que a Companhia Colonizadora também providenciara *um médico* para Joinville. Era justamente o seu antigo colega e amigo de escola: o *Dr. Wigand Engelke*, da Policlínica de Munique. Ambos chegaram em Hamburgo na mesma data. Aqui firmaram os seus contratos com a Companhia. O Cônsul Geral do Brasil, Barão de Paraguaçu, os aprovou e lhes apôs a assinatura.

## 2 - Viagem para o Brasil

Sobre esta viagem, *Dr. Engelke escreveu o seguinte relato*: “Aos 25 de agosto de 1857, o padre e eu, e mais 48 passageiros de 3ª classe, todos em viagem para a nova Colônia, fomos levados a bordo do pequeno veleiro *Lucie Caroline*. Entre os emigrantes encontravam-se os antepassados da família Valentim Hess, atualmente residente em Luiz Alves. Na época, barcos a vapor ainda não viajavam para o Brasil. O *capitão Henrique Meincke* comandava um velho timoneiro e 5 marujos.

Na parte traseira do navio, havia um camarote de 5 x 6 m. Nele achava-se uma pequena sala com dois leitos. Era o nosso aposento. Pe. Carlos não dispunha de espaço para celebrar a santa missa a bordo. Aos domingos, ele sempre fazia uma pregação sobre o Evangelho, seguida de uma reza. Muitas vezes, também reunia as crianças e lhes dava lições de catecismo, e os adultos gostavam de ouvi-las.

Nossa viagem foi favorecida por muito bom tempo. Nas proximidades do Equador, tivemos, por diversas vezes, calma total e, certa vez, uma tempestade com mar agitado, a ponto de o Capitão sofrer enjôo.

Ocorreram vários episódios divertidos. Frequentemente, o muito viajado Capitão nos falava a respeito de países e povos. Também nos levava a observar o maravilhoso céu estrelado e fenômenos marítimos. À noite, os três cantávamos as nossas mais bonitas canções.

Aos 8 de novembro, avistamos terra. Não havia um mapa especial do Brasil. Nosso Capitão somente sabia que o *destino da viagem seria São Francisco*, onde os colonos seriam recepcionados para a viagem a Dona Francisca. Cauteloso, deixava que seu naviozinho avançasse.

Por sorte, tínhamos a bordo um passageiro que já fizera essa viagem.

Unsere Reise war begünstigt vom schönsten Wetter; in der Nähe des Äquators hatten wir mehrmals gänzliche Windstille und einmal ein Gewitter mit erregter See, wodurch der Kapitän seekrank wurde.

Viele erheiternde Episoden trugen sich zu; oft erzählte uns der weitgereiste Kapitän von Land und Leuten; auch leitete er uns an zur Beobachtung des prächtigen Sternenhimmels und der Meereserscheinungen. Zur Abendzeit sangen wir drei unsere schönsten Lieder.

Um 8. November kam zuerst Land in Sicht. Eine Spezialkarte von Brasilien war nicht vorhanden. Unser Kapitän wusste nur, dass er nach S. Francisco reisen musste, von wo die Kolonisten nach Dona Francisca würden abgeholt werden. Er liess sein Schifflin vorsichtig weiter treiben.

Zum Glück hatten wir einen Passagier an Bord, welcher die Reise schon einmal gemacht hatte. Dieser erkannte am 11. November einen vor uns in der Ferne auftauchenden Berg als den Morro da Tromba im Koloniegebiet.

Nun kam schnell die Nacht heran, und der Mond blieb aus. Der Kapitän hatte Flaggenzeichen geben lassen, um einen Lotsen Herbeizurufen. Aber nichts erschien. Wir kamen in die Nähe der Ilha da Graça, und die stark treibende Flut zeigte uns bei völliger Windstille den Weg. Alle Segel waren eingezogen. Um Bugspriet waren zwei Matrosen fortwährend beschäftigt mit Loten. Der Kapitän sagte uns: "Nu hewwet man keene Bangen; de Flut driwt osch nu ganz alleene un sekker bett in'n Hawen non Santa Francisca rinne!"

Bald tauchten vereinzelte Lichter in der Ferne auf aus Kleinen Fischerfahrzeugen. Dann kamen solche reihenweise übereinander, doch sie erloschen später. Es war nun rabenschwarze Nacht geworden. Wir baten den Kapitän, den Segler festzulegen. Die Anker rasselten, und der "Kasten" lag still.

Beim Morgengrauen bemerkten wir, dass wir 20m entfernt von einem Felsen gehalten hatten und kaum 100m vom eigentlichen Hafen. Der wurde nun schnell erreicht.

Kaum hatten wir festgelegt, so brachte ein Boot drei Herren an Bord; es waren ein Steuerbeamter, der Pfarrer von S. Francisco P. Benjamin Car-

Aos 11 de novembro, ele reconheceu, bem ao longe, o surgir do *Morro da Tromba*, na região da Colônia.

Em poucos instantes, anoiteceu, e nada de lua. O Capitão içou a bandeira, a pedir a vinda de algum prático. Mas não apareceu ninguém.

Já estávamos nas proximidades da *Ilha da Graça*. A maré alta, em total calmaria, mostrava-nos o caminho.

As velas foram amainadas. Na proa, dois marinheiros ocupavam-se com sondagens. O Capitão falou-nos: “Não tenham medo; a maré os levará sozinha ao Porto de ”Santa Francisca!”

Aos poucos, surgiam no horizonte algumas luzes isoladas de barcos pesqueiros. Depois vinham em série. Mas daí em diante, foram-se apagando. Já reinava uma noite escura como breu. Pedimos ao Capitão que ancorasse o veleiro. As âncoras rangeram, e o “caixão” ficou parado.

Ao amanhecer do dia, notamos que havíamos estacionado a 20 m de uma rocha, e apenas a 100 m do Porto, que logo foi alcançado.

Assim que ancoramos, um barco trouxe três senhores a bordo: um Fiscal Aduaneiro, o Vigário de São Francisco, Pe. Benjamim Carvalho de Oliveira, e o Juiz de Direito, Dr. Antônio da Silva. Eles falavam em português, língua para nós desconhecida. Mas interveio o divertido Capitão: “Eu falo uma língua universal, entendida por todos”. Ato contínuo, apresentou-lhes a mesa posta e convidou: “Entrai, Senhores, no ‘Kajüte’ (=câmara), por favor!” E os senhores, bem humorados, aceitaram o convite.

Não se conseguiu entabular uma conversa, até que Pe. Carlos iniciou comigo uma conversa em latim. E os dois visitantes a entenderam. De modo que começou animada conversa em latim. Foi com prazer que aceitamos o convite de dar um giro pela cidade.

Procedentes de São Francisco, vieram visitar-nos, ao meio-dia, o *Diretor da Colônia*, Sr. Léonce Aubé, e vários outros Senhores. A nós recém-chegados, eles ofereceram uma refeição. A seguir, ao som de música e espocar de foguetes, nos conduziram ao porto. Viajando de barco, chegamos a Joinville pela tardinha.

Fomos hospedados na Casa do Diretor. Pelas 9 horas, formou-se um desfile luminoso (6 tochas e 5 velas), acompanhado de uma banda de música (5 instrumentos e 1 clarineta). Em nome dos colonos, o Sr. Heuer saudou o novo Vigário e o Médico da Colônia. Pe. Carlos, bom orador, dirigiu

valho de Oliveira und der Rechtsrichter Dr. Antonio Agostinho da Silva. Sie sprachen portugiesisch, was für uns unverständlich war. Aber der lustige Kapitän sagte: "Ich rede eine Weltsprache; die versteht jeder". Damit zeigte er auf den gedeckten Tisch und rief: "Entreh Mus jöh, in Kajüte, deschenöh". Die Herren, darüber sehr erheitert, folgten der Einladung.

Eine Unterhaltung konnte nicht recht zustandekommen, bis P. Karl auf Latein mir eine Bemerkung machte. Das verstanden auch die beiden Besucher, und bald folgte auf Latein ein reger Gedankenaustausch.

Gerne nahmen wir die Einladung an die Stadt zu besichtigen. Mittags kamen von Dona Francisca her der Koloniedirector Léonce Aubé und mehrere Herren. Sie gaben uns Ankömmlingen ein Mahl und geleiteten uns dann unter Musik und Raketengeknatter zum Hafen. Wir bestiegen das Boot und langten gegen Abend in Joinville an.

Im Hause des Direktors wurden wir bewirtet. Gegen 9 Uhr erschien ein Fackelzug (6 Fackeln und 5 Talgkerzen), vom Musikchor begleitet (4 Bass-instrumente und 1 Clarinete), und H. Heuer begrüßte im Namen der Kolonisten den neuen Pfarrer sowie den Koloniarzt. Der redegewandte P. Karl Boegershausen richtete einige zu Herzen gehende Worte an die kleine Menge. Darauf begleitete uns die ganze Gesellschaft zur vorläufigen Wohnung, zu einem schönen Transparent geschmückten Empfangshause. Die Ein drücke dieses Tages (12. November 1857) blieben uns unvergesslich".

Im Jahre 1854 zählte die Kolonie Dona Francisca 1194 Einwohner, darunter etwa 300 Katholiken, die weit zerstreut im Ansiedlungsgebiete wohnten. Bis Ankunft des P. Boegershausen war die Einwohnerzahl auf 1700 gestiegen und die der Katholiken ein wenig über 400. Vom Jahre 1862 hat man bestimmte Angaben, nämlich 685 Katholiken, 2991 Protestanten, zusammen 3676 und 11 Jahre später 7558.

Der neue Pfarrer musste anfangs das grösste Zimmer seines Pfarrhauses als Kapelle benutzen. Die Kolonieleitung errichtete 200m entfernt vom Kirchenland an der Catharinenstrasse eine Kapelle aus Brettern und versah sie mit einem Blätterdach. Vom Februar 1858 bis zum Juli 1865 diente sie als Pfarrkirche. Im Juni 1858 erhielt P. Boegershausen seine amtliche



Pe. Carlos Boegershausen - 1º Vigário de Joinville

algumas palavras calorosas à pequena multidão. A seguir, todos acompanharam-nos até a moradia provisória: uma simples casa de recepção. Mas enfeitada com palmeiras, flores e um belo transparente.

As impressões desse dia em nós (12 de novembro de 1857) permaneceram inesquecíveis” (Dr. Engelke).

Em 1854, a *Colônia Dona Francisca* chegou a contar 1194 habitantes. Desses, uns 300 eram católicos. Mas viviam muito dispersos pela região colonial. Até a chegada do Pe. Carlos, a população da Colônia havia aumentado para 1700; e a dos católicos, para um pouco mais de 400. A partir de 1862, têm-

se informações mais exatas: 685 católicos e 2991 protestantes. Ao todo, 3.676 habitantes. Onze anos mais tarde: 7.558.

De início, o Vigário teve de transformar o quarto maior da Casa Paroquial em Capela. A 200 m do terreno da Igreja, junto à Rua Catarina, a Diretoria da Colônia construiu uma igreja de táboas, coberta de folhas. De fevereiro de 1858 a julho de 1865, era esta a Igreja Paroquial.

No mês de junho de 1858, Pe. Carlos recebeu a sua *nomeação oficial de Vigário*.

### 3. Vigário da Freguesia de São Francisco Xavier, de Dona Francisca.

No dia 2 de dezembro de 1857, teve lugar o solene lançamento da pedra fundamental da Igreja Paroquial. Aos 27 de junho de 1863, estava

Ernennung als Vigario da Freguesia São Francisco Xavier de Dona Francisca; vorher war sein Sprengel nur eine Kaplanei.

Am 2. Dezember 1857 fand die feierliche Grundsteinlegung der Pfarrkirche statt; am 27. Juni 1863 war der Dachstuhl gerichtet und zwei Jahre später wurde sie als provisorische Pfarrkirche für den Sonntagsgottesdienst benutzt. Genau 10 Jahre nach der Grundsteinlegung vollzog sich die Einweihung der Kirche, deren Patron der h. Franziskus Xaverius ist.

Hätte man damals die Katholiken in geschlossenen Distrikten angesiedelt, so wäre die Seelforgsarbeit leicht gewesen. In den ersten Jahren war die Gemeinde recht klein. Im November u. Dezember 1857 spendete. P. Boergershausen nur 3 Taufen, 1858 waren es 29, im folgenden Jahre 42 und 1860 nur 33, 1861 zählte man 30 und 1862 35 Taufen. Von 1863 bis 1865 einschliesslich wird jährlich die Zahl 60 überschritten, 1866 und 1867 sind es mehr als 80 und von 1868 an über 100.

Am Stadtplatz wohnten in alter Zeit nur wenige kathlolische Familien, wie Joseph Ebert, Franz Spitzner, Anton Frey, Ulex Schondermark, Anton Schneider, Ferdinand Hagemann, Dr. Wigand Engelke, Barenstein, Grossmann, Wilhelm Stock, August Schmidlin, Nikolaus Klein, Kiesel, Pieper, später die Lehrer Buerschager und Schubert und Familie Joseph Zybarth.

An der Serrasrtrasse traf man folgende katholische Familien: Nikolaus Walter, Schardeck, Clemens Schneider, Ferdinand König, Georg Kreutzer, Joseph Maier, Gebrüder Kohler, Mathias Zybarth und Lohmann, der alte Thais mit seinen Söhnen Jacob, Peter und Johann.

Die Familien Johann Welter, Kastellar, Wagner, Detoe, August Krüger, zwei Johann Krüger, Franz Trom, Altmann, Neumann, Nikolaus Kölsch, Salfer, Rohregger, Mathias Klein, Joseph Klein, Tobner Klein, Tobner, Johann Blein, Johann Dörffler, Karl Paul, Neudorf, Randig und Albrecht hatten sich an der Ctharinenstrasse angesiedelt. Vertretar derselben erschienen regelmässig zum Sonntagsgottesdienst.

Um seine Gemeinde gut zu leiten, musste P. Boergershausen fleissig Hausbesuche machen, bei denen er es nie an erbaulicher Belehrung fehlen

concluída a armação do telhado. Dois anos após, servia de igreja paroquial provisória para o ofício religioso dominical. Passados exatos 10 anos após o lançamento da pedra fundamental, realizou-se a inauguração da *Igreja Paroquial*, tendo em São Francisco Xavier o seu Padroeiro.

Se, desde o início da colonização, os católicos tivessem sido domiciliados em distritos particulares, a assistência religiosa teria sido fácil. Nos primeiros anos, a Comunidade era bem pequena. Nos meses de novembro e dezembro de 1857, Pe. Carlos só fez 3 batizados; em 1858, 29; no ano seguinte, 42; em 1860, apenas 33; em 1861, foram 30; e em 1862, 35 batizados. De 1863 a 1865, inclusive, foi ultrapassado, a cada ano, o nº 60; nos anos de 1866 e 1867, foram mais de 80; e a partir de 1868, mais de 100.

Nos primeiros tempos da Colônia, eram poucas as famílias católicas que moravam na *área urbana*<sup>3</sup>. Eram elas, por exemplo: José Ebert, Francisco Spitzer, Antônio Frey, Alex Schondermark, Antônio Schneider, Fernando Hagemann, Dr. Wigang Engelke, Barenstein, Grossmann, Guilherme Stock, Augusto Schmidlin, Nicolau Klein, Kiesel, Pieper e, mais tarde, os professores Buerschager e Schubert e a família José Zybarth.

No Caminho da Serra, foram encontradas as seguintes famílias católicas: Nicolau Walter, Schardeck, Clemente Schneider, Fernando König, Jorge Kreutzer, José Maier, os irmãos Kohler, Matias Zybarth e Lohmann, o velho Thais e seus filhos Jacó, Pedro e João.

As famílias João Welter, Kastellar, Wagner, Deoe, Augusto Krüger, dois João Krüger, Francisco Trom, Altmann, Neumann, Nicolau Kölsch, Salfer, Rohregger, Matias Klein, José Klein, Tobner, João Beil, João Dörffler, Carlos Paul Neudorf, Randig e Albrecht tinham seu domicílio na Rua Catarina. Sempre alguns representantes seus compareciam ao ofício religioso dominical.

Afim de bem orientar a sua Comunidade, Pe. Carlos tinha de empenhar-se muito na visita às famílias, para dar-lhes ensinamento edificante, e tomar conhecimento da formação da juventude. Deste modo, ia visitando: Anaburgo, Estrada da Serra, Riacho, Curveter, Cubatão Grande, Rio Velho, Boa Vista, Estrada Catarina, Rio da Prata, Estrada de Paraty, Estrada Alemã, Cachoeira, Gibraltar, Itaun, Ilha dos Pinheiros, Barrancos do Cubatão, Morro dos Amaraes, Irirú-Mirim, Estrada Botucas, Estrada Pedro,

<sup>3</sup> *Área Urbana*: eis a tradução que ousei para "Stadt-Platz".

liess und besonders sich nach der Unterweisung der Jugend erkundigte. So kam er nach Annaburg, Serrastrasse, Riacho, Curveter, Cubatão Grande, Rio Velho, Boa Vista, Catharinestrasse, Rio da Prata, Paratystrasse, Deutsche Strasse, Cachoeira, Gibraltar, Itahum, Ilha dos Pinheiros, Barrancos do Cubatão, Morro dos Amaraes, Iriúmirim, Estrada Botuccas, Peterstrasse, Rio do Braço, Rio Negro, Rabenstrasse, Guigerstrasse, Pirahy, Bucaraen, Morro Queimado u.a.

P. Boergershausen wollte als eifriger Arbeiter im Weinberge des Herrn keine Zeit unnütz verlieren. Schon gleich Ende des Jahres 1857 mietete er einen Raum im Hause des Geschäftsmannes Berenstein (wo heute das grosse Post-und Telegraphengebäude steht) und richtete daselbst seine Privatschule ein. Dr. Wigand Engelke war ihm ein treuer Gehilfe, und so hatte die Kolonijugend von Joinville damals die Ehre, von einem Theologen und einem Mediziner in den ersten Elementen des Wissens unterrichtet zu werden.

Im Jahre 1858 machte P. Karl Boergershausen einen Besuch in São Pedro d'Alcantara. Die Reise dorthin geschah im Küstenfahrzeug, das in S. Francisco, Itajahy, Porto Bello, Tijucas und S. Miguel anlegte. Hier erwarteten ihn zwei Kolonisten mit ihren Pferden. Der Aufenthalt bei den ältesten deutschen Ansiedlern war ihm sehr angenehm. Er konnte feststellen, dass die meisten Eltern ihre Kinder gut in der Religion unterrichtet hatten. Nach einer Prüfung nahm er eine Zahl von Knaben und Mädchen zur ersten hl. Kommunion an. Darunter waren Peter und Michel Schmitt, die später am Poço Grande bei Gaspar fruchtbare Ländereien erfolgreich bearbeiteten.

Alt und Jung in S. Pedro waren begeistert für den Pastor Boergershausen; derselbe war nämlich ein Meister im Unterrichten und Predigen. Er sah auch ein, wie notwendig ein deutscher Seelsorger für diese Pfarrei war, die fast 30 Jahre einen solchen hatte entbehren müssen. Er sandte ihr 1860 den ersten deutschen Priester zu, der bei ihm in Joinville sprach, nämlich den tyroler P. Bucher.

Von seinem Besuche her datiert die treue Freundschaft, welche besonders die Familien Händchen und Schmitt ihm bewahrten. Als er in den Jahren 1873-76 auch die Pfarrei Blumenau versah, benutzte er gerne

Rio do Braço, Rio Negro, Estrada Guiguer, Piray, Bucaraen, Morro Queimado e outras localidades.

Pe. Carlos, dedicado operário na Vinha do Senhor, não podia perder tempo. Já no final de 1857, alugou um espaço na casa do *comerciante Berenstein* (hoje, ocupada pelo edifício do Correios e Telégrafos), e *nele instalou a sua Escola Particular*. Dr. *Wigand Engelke* foi-lhe um fiel auxiliar. De sorte que a juventude colonial de Joinville daquela época teve a honra de receber, de um teólogo e de um médico, os primeiros conhecimentos escolares.

Em 1858, Pe. Carlos fez uma *visita à Colônia de São Pedro de Alcântara*. A viagem se fez por navio costeiro, que atracou em São Francisco, Itajaí, Porto Belo, Tijucas e São Miguel. Aqui era aguardado por dois colonos, com cavalos. Sua estada junto aos mais antigos colonizadores alemães foi-lhe muito gratificante. Constatou que a maioria dos pais haviam bem doutrinado os seus filhos na Religião. Após uma verificação de conhecimentos nessa área, ele aceitou vários rapazes e meninas para a Primeira Comunhão. Entre eles, encontravam-se Pedro e Miguel Schmitt que, mais tarde, foram de muda para *Poço Grande, em Gaspar*, onde adquiriram terras férteis, por eles exitosamente cultivadas até idade avançada. Adultos e jovens de São Pedro simpatizaram com Padre Carlos, pois era um mestre em catequese e pregação. Também se convenceu de que a Paróquia necessitava de um padre alemão. Já fazia quase 30 anos que vinham sofrendo essa ausência. Por isso, em 1860, Pe. Carlos enviou-lhes o primeiro padre alemão, que o representava em Joinville: o tirolês Pe. Bucher.

A partir dessa visita, estabeleceu-se a sincera amizade que lhe devotavam, em especial as famílias Händchen e Schmitt. Nos anos 1873-76, Pe. Carlos também atendia a *Paróquia de Blumenau*. Certa vez, aproveitou, prazerosamente, um dia de folga, para uma visita a *Poço Grande*. Acontecimento esse que, para essa boa gente significou uma festa especial. Em Gaspar, o Padre rezou a santa missa. Terminados os seus compromissos, rumou, de canoa, à casa de Pedro Schmitt. Aqui estavam reunidos parentes e vizinhos. E todos em espírito de festa.

Após a refeição, Pe. Carlos reuniu as crianças e lhes ensinou canções e brinquedos. À noite, esteve rodeado de adultos e deslanchou animada conversa. Foram lembrados a velha Pátria e os antepassados. Também discutiram planos para o futuro.

einen freien Tag zum Besuche in Poço Grande. Dieses Ereignis war natürlich für die guten Leute ein seltenes Fest. In Gaspar las der Pfarrer die h. Messe und nach Erledigung seiner Arbeiten kam er im Kahn beim Peter Schmitt an. Dort waren die Verwandten und Nachbarn versammelt, alle in Feiertagsstimmung.

Nach der Mahlzeit rief P. Boergershausen die Kinder zusammen und lehrte sie Lieder und Spiele. Abends war er von den Erwachsenen umgeben und dann floss die Unterhaltung munter hin, die alte Heimat und die Vorfahren wurden erwähnt, auch Pläne für die Zukunft besprochen. Am folgenden Morgen begab er sich frühe auf dem Flusswege nach Gaspar, celebrierte die h.Messe und fuhr mit dem kleinen Dampfer "S. Lourenço" ab.

An Sonn und Feiertagen celebrierte P. Boergershausen in der Pfarrkirche eine h. Messe um 10 Uhr; regelmässig hielt er darin seine Predigt. Als nach und nach Brasilianer ansässig wurden, bekamen diese ihre Predigt an erster Stelle. Gelegenheit zum Empfang der h. Sakramente bot er von 6 Uhr morgens ab. Samstags Nachmittag stand er für die hl. Beichte zur Verfügung. Diesen Gebrauch bewahrte er bis zu seinem Tode.

Der Sonntagsgottesdienst in der Pfarrkirche fiel selten aus. Als nach und nach in den entfernteren Teilen der Kolonie Kapellen entstanden, besuchte er sie an Wochentagen. Hatte er jedoch einen Priester zur Stellvertretung für ihn am Stadtplatz, so dehnte er seine Seelsorgsbesuche draussen länger aus. Sehr oft machte er seine Reisen bei Mondlicht, um am Tage keine Zeit zu verlieren.

Das Jahr 1860 brachte für ihn eine freudige Überraschung, nämlich den Besuch des P. Albert Franz Gattone. Mit dem P. Boergershausen und Dr. Engelke hatte dieser gemeinschaftlich seine Gymnasialstudien gemacht, war ihnen der liebste Jugendfreund gewesen und erschien nun als Missionar, um in Brasilien zu Gottes Ehre zu arbeiten.

Schöne Abende haben die drei in lebhafter Jugenderinnerung verbracht; auch wurde das zukünftige seelsorgliche Wirken eingehend besprochen.

P. Boergershausen war der rechtmässige bischöfliche Vertreter für die Prüfung und Anstellung auswärtiger Priester. Seinen guten Studiengenossen

Pela manhã cedo, o Padre pôs-se a caminho para Gaspar. Celebrou a santa missa e partiu com o pequeno barco a vapor “São Lourenço”.

Aos domingos e dias santos de guarda, Pe. Carlos celebrava a santa missa às 10 horas, na Igreja Paroquial (de Joinville), e sempre com pregação. E quando, aos poucos, lá também se fixaram moradores brasileiros, a primeira pregação era dirigida a eles. Ministrava os Santos Sacramentos a partir das 6 horas da manhã. Sábados à tarde, estava disponível para as confissões. Ateve-se a esse costume até o fim de sua vida.

Muito raramente omitia a celebração religiosa de domingo na Igreja Paroquial. Quando, aos poucos, nas mais distantes localidades da Colônia, foram surgindo Capelas, o Padre as visitava em dias da semana. Havendo, no entanto, um Padre que o pudesse substituir na Igreja Paroquial, ele prolongava as suas visitas a Capelas. Muitas vezes fazia suas viagens ao clarão da lua, para não perder tempo durante o dia.

O ano de 1860 lhe fez uma agradável surpresa, com a visita do Padre Alberto Francisco Gattone, ex-colega de ginásio seu e do Dr. Engelke. Pe. Gattone fora-lhe o maior amigo de infância. Ei-lo, agora, missionário, disposto a trabalhar no Brasil pela Glória de Deus. Reunidos, os três amigos passavam noites agradáveis, com animadas recordações de sua juventude. Também tratavam, e com muito empenho, das futuras atividades pastorais.

Pe. Carlos era o legítimo representante do Senhor Bispo, para examinar e admitir sacerdotes estrangeiros para a pastoral. Foi assim que transferiu o seu bom colega de escola para Gaspar. Três km acima da atual sede paroquial, havia uma pobre capela de madeira, já inaugurada aos 29/06/1850, mas ainda à espera de um Vigário. A então pequena Região de Blumenau e a incipiente Colônia de Brusque faziam parte de sua Paróquia de Gaspar.

No ano de 1864, Pe. Gattone perdeu, em condições trágicas, seu fiel sacristão. O Padre o encarregara de levar documentos ao Pe. Carlos, em Joinville. O trajeto seria Itajaí-Penha. À noite, já na balsa do Itapocu, o balseiro suspeitou que houvesse dinheiro na bolsa de couro. Agrediu-o para roubá-lo. O sacristão reagiu. Mas o ladrão aplicou-lhe uma pancada mortal, agarrou-lhe a bolsa e atirou o cadáver no rio...

Já passado longo tempo, o caso foi esclarecido. Pe. Gattone encontrava-se em Guabiruba, nas proximidades de Brusque, quando recebeu a notícia. Restava-lhe procurar um novo sacristão. Encontrou-o no jovem

sandte er nach Gaspar; dort bestand 3km oberhalb des jetzigen Pfarrsitzes eine arme Holzkapelle, die am 29. Juni 1850 war eingeweiht worden, aber noch auf einen Pfarrer wartete. Das damals kleine Blumenauer Gebiet und die entstehende Kolonie Brusque wurde ihm als Seelsorgsprengel angewiesen.

Im Jahre 1864 verlor P. Gattone seinen treuen Küster auf traurige Weise. Er hatte ihn mit Dokumenten nach Joinville zum P. Boegershausen geschickt. Der Weg führte über Itajahy und Penha. Abends auf der Fähre des Itapocú vermutete der Fährmann Geld in der Ledertasche des Boten. Er griff ihn an, um ihn zu berauben. Der Mann wehrte sich. Deshalb versetzte ihm der Angreifer einen tödlichen Schlag, entriss ihm die Tasche und warf die Leiche in den Fluss.

Lang nachher klärte sich der Fall auf. P. Gattone war gerade in der Guabiruba bei Brusque, als er die Nachricht erhielt. Er musste einen neuen Küster suchen. Da traf er den jungen Johann Kormann, den die Indianer bei der Waldarbeit in die Flucht getrieben hatten. Auf Wunsch der Eltern wurde jetzt Kormann der Brauchbare Begleiter des Pfarrers.

Im Anfang 1862 übertrug er dem P. Wilhelm Roer zeitweilig den Dienst in der Pfarrkirche. Er war so zufrieden mit dessen Wirken, dass er ihn 1864 für mehrere Monate von Theresopolis nach Joinville berief und im Auftrage des Bischofs auch die benachbarten Pfarreien besuchte.

Auf diesen Reisen kam er nach Guaratuba, einem Hafen in Paraná, dessen Gebiet Joinville Begrenzt. Im dortigen Urwald entwickelte sich damals ein lebhafter Holzhandel, weil ein direkter Versandt ohne Zwischenladung möglich war. Von der Heimat aus war inzwischen ein jüngerer Bruder des Pfarrers, Franz Boegershausen eingetroffen.

P. Karl half ihm zum Erwerb eines Urwaldgebietes in Guaratuba und zur Anlage einer Schneidemühle und deren Einrichtung. Später holte er nach und nach die Kinder desselben ins Pfarrhaus, um ihnen Unterricht und Erziehung zu ermöglichen und blieb deren Wohltäter für immer.

Die beiden Nachbarpfarrer Gattone und Roer fanden ein weites und schwieriges Arbeitsfeld. Längere Besuche zur Aushilfe in Joinville konnten sie nicht mehr machen. P. Boegershausen wandte sich an die Jesuitenpatres,

*João Kormann*. Justo aquele que, numa derrubada de mato, teve de fugir de índios. Atendendo ao desejo dos pais, Kormann aceitou ser o novo sacristão e companheiro de viagem.

Já no início de 1862, Pe. Carlos incluiu, temporariamente, *Pe. Guilherme Roer* nos trabalhos pastorais de Joinville. Pe. Carlos ficou tão satisfeito com o seu desempenho, que o convidou a deslocar-se de Teresópolis para as atividades pastorais em Joinville, e por vários meses. Assim, Pe. Carlos pôde viajar pela sua Paróquia e, por ordem do Bispo, também visitar as Paróquias vizinhas.

Tais viagens o levaram a *Guaratuba* -, um Porto do Paraná, limítrofe com Joinville. Em sua mata virgem, desenvolvia-se, na época, um intenso comércio madeireiro, porque era possível um despacho direto, sem novo carregamento.

De sua Pátria, Pe. Carlos recebeu a *vinda de um irmão seu* mais novo: Francisco Boegershausen. Em Guaratuba, o irmão Padre o ajudou na compra de um terreno coberto de mata virgem. Também o ajudou na construção e instalação de uma serraria. Mais tarde, Padre Carlos foi aceitando, na Casa Paroquial, um após outro, os filhos do irmão, afim de possibilitar-lhes doutrina e educação. E continuou sendo seu benfeitor para sempre.

Gattone e Roer, os dois vigários vizinhos, depararam-se com um campo de trabalho extenso e penoso. Não lhes era mais possível prestar auxílios demorados em Joinville. Decidiu então o Pe. Carlos procurar missionários *junto aos padres jesuítas*. De sorte que, em 1870, eram-lhe coadjutores os padres Paulo Biolchini, e Carlos Candiani. Mais tarde, vieram os padres Bento Schembri e João Mário Thibéo, também jesuítas. Nos anos 1873-76, Pe. João era quem, com mais freqüência, substituía o Vigário em Joinville, porque Pe. Carlos, 3 a 4 vezes por ano, precisava dar ajuda pastoral em Blumenau e Gaspar.

Em fevereiro de 1876, veio ter com Pe. Carlos o franciscano *Pe. Henrique Matz*. Ambos fizeram uma viagem pastoral a São Bento e Bechelbronn. Pe. Matz, também bom conhecedor da língua polonesa, igualmente revelou-se bom pregador para esses colonos de origem alemã e polonesa. No mês de abril, Pe. Carlos o enviou para Gaspar porque, já desde 1867, estava sem Vigário residente.

Já no final de julho de 1876, chegou a Joinville o *Pe. José Maria Jakobs*.

um Missionare zu erhalten. So waren im Jahre 1870 die Patres Paulo Biolchini sj und Carlos Candiani sj, bei ihm tätig; später kamen die Patres Bento Schembri sj, und João Mario Chbéo sj. Letzterer war in den Jahren 1873-76 häufiger Vertreter des Pfarres in Joinville, da dieser jährlich 3-4 mal Blumenau und Gaspar mitversehen musste.

Im Monat Februar 1876 kam der Franziskaner P. Heinrich Matz beim P. Boergershausen an. Beide machten eine Seelsorgsreise nach S. Bento und Bechelbronn. P. Matz, der auch die polnische Sprache beherrschte, erwies sich als tüchtiger Prediger für die dortigen Ansiedler deutscher und polnischer Abstammung. P. Boergershausen sandte ihn im April nach Gaspar, woselbst fei 1867 kein Pfarrer mehr ansässig war.

Ende Juli desselben Jahres traf der P. Joseph Maria Jakobs in Joinville ein. Dieser hatte vom Papst Pius IX. den Auftrag bekommen, das verwaiste Blumenauer Gebiet zu pastorieren. P. Boergershausen gab ihm die notwendigen Informationen und die Gelegenheit, sich mit der brasilianischen Sprache bekannt zu machen, was diesem gebildeten, sprachengewandten Priester nicht schwer fiel. Am 14 September sandte er ihn nach Blumenau, woselbst er zwei tage später anlangte.

Am 24 Dezember weihte P. Boergershausen im Namen des Bischofs die Pfarrkirche in Blumenau ein und verblieb dort bis nach Neujahr; auch nahm er dort einige Konversionen vor als erste Früchte der Mission, die P. Jakobs in der Bonifazius-Kapelle am unteren Encano vom 4-11. November gehalten hatte.

Im Pfarregebiete Joinville führte P. Boergershausen nach und nach wesentliche Verbesserungen ein. Für eine gute, würdige Verwaltung schuf er die Fabrica da Igreja, einen Art Kirchenvorstand zur Kassenführung und Leitung der Kapellendistrikte.

Die Regierung gab die gesetzliche Anerkennung und zahlte einige Jahre 25\$000 Unterstützung. Die Gemeindemitglieder entrichteten auch einen kleinen Beitrag. Dr. Wigand Engelke war der langjährige Vorsitzende des Kirchenvorstandes.

Gleichzeitig legte der Pfarrer auch eine Gebührentabelle fest, die 25 Jahre gültig blieb. Im Juni 1858 stellte der Hamburgerkolonisationsverein

Recebera ele do *Papa Pio IX* a incumbência de *pastorear a menosprezada Região de Blumenau*. Pe. Carlos passou-lhe as necessárias informações, e deu-lhe a oportunidade de familiarizar-se com a língua portuguesa. O que não constituiu maior problema a esse Padre culto e versado em línguas.

No dia 14 de setembro, *Pe. Carlos* o enviou para *Blumenau*, onde chegou aos 24 de dezembro. Pe. Carlos, em nome do Bispo, *benzeu a Igreja Paroquial de Blumenau*. Lá permaneceu até após o Ano-Novo. Também admitiu algumas conversões religiosas. Eram os primeiros frutos da missão que Pe. Jakobs havia pregado, de 4 a 11 de novembro, na Capela de São Bonifácio, no Encano Baixo.

Na Região Paroquial de Joinville, Pe. Carlos introduziu, aos poucos, importantes melhoramentos. Para uma administração eficiente e digna, o Padre *fundou a Fábrica da Igreja*: uma espécie de Diretoria da Igreja para o controle da Caixa e Direção das Capelas Distritais.

O Governo lhe concedeu reconhecimento legal. E por alguns anos, lhe deu uma subvenção anual de 25\$000 Rs. Também os membros da Comunidade davam uma pequena contribuição. Por longos anos, *Dr. Wigand Engelke* foi o Presidente dessa Diretoria da Igreja.

Ato contínuo, o Vigário introduziu uma lista de contribuições, que vigorou por 25 anos. Em junho de 1858, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo suspendeu o ordenado do Vigário, porque ele recebia do Governo Imperial 25\$600 Rs. por mês.

A Direção da Colônia concedera um *terreno para a Igreja e o Cemitério*, mas não considerado suficiente. O Cemitério distava mais de 1 km, e de acesso difícil, por caminho incômodo e íngreme. Pe. Carlos serviu-se de uma boa oportunidade, para adquirir os terrenos que estremavam com o da Igreja. E logo fez, à Comunidade Católica, a doação de um *grande e bem situado Cemitério*. Além disso, construiu uma *pequena casa para o coveiro*. Mais adiante, um *lote com casa para uma viúva*, encarregada da limpeza da igreja, do seu pátio e de seus caminhos. Junto à Estrada Catarina, destinou um *lote a famílias pobres*. E não longe da Casa Paroquial, reservou um magnífico terreno para a construção da *Sede da Associação Católica*.

Em 1885, formou-se a *Sociedade Católica*, que logo construiu uma casa espaçosa: com sala para reuniões, biblioteca, cozinha, poço e paiol. Em ocasiões festivas, a bandeira azul-branca, e com sua inscrição, tinha, na

seine Gehaltszahlungen an den Pfarrer ein, da dieser von der kaiserlichen Regierung monatlich 25\$600 rs. bezog.

Das von der Direktion bewilligte Land für Kirche und Kirchhof war nicht hinreichend, letzterer über 1 km entfernt und nur auf unbequemen, abschüssigen Weg zu erreichen. P. Boergershausen benutzte eine gute Gelegenheit, die dem Krchenlande benachbarten Grundstücke zu erwerben. Sofort schenkte er der katholischen Gemeinde einen grossen, schön gelegenen Kirchhof, dazu ein kleines Häuschen für den Totengräber, ferner ein anderes Grundstück mit Haus für eine Witwe, welche die Kirche reinigen und Kirchplatz und Wege sauber halten musste. An der Catharinenstrasse bestimmte er einige Grundstücke für arme Familien und nicht weit von der Pfarrkirche einen prächtigen Bauplatz für ein katholisches Vereinshaus.

Im Jahre 1885 kam der Katholikenverein zustande, der sofort ein geräumiges Haus errichtete mit Versammlungsraum, Bibliothek, Küche, Brunnen und Schuppen. Die blau-weiße Fane mit Inschrift bekam bei festlichen Gelegenheiten ihren Ehrenplatz in der Pfarrkirche. Der Fanenträger Peter Thais trug eifrig Sorge für dieses Schmuckstück, das auch in der Prozession niemals fehlen durfte. Leider existiert es jetzt nicht mehr.

Der Munizipalregierung übergab der P. Boergershausen ein grosses, geeignetes Grundstück für ein Krankenhaus mit der Bedingung, die Leitung desselben katholischen Ordenschwestern anzuvertrauen. Dies erfüllte sich im Mai 1906, als die ersten drei Schwestern von der Göttlichen Vorsehung das neue Hospital bezogen.

Im Auftrag des Bischofs machte er 1892 in den Monaten Januar, Februar und März eine Visitationsreise nach Brusque, Nova Trento, Laguna und Tubarão und spendete auch die h.Firmung. Dem Pfarrer Johann Fritzen von Brusque gab er die Erlaubnis zur Heimreise nach Deutschland, den P. Anton Eising versetzte er von Tubarão nach Brusque.

Am Weihnachtsfeste 1897 trat er in den III Orden des h. Franziskus ein und erhielt den Namen Aegidius.

Der Pfarrer von Joinville widmete der Schule seine grösste Sorge. Der Erfolg blieb nicht aus. Seine Gründung, anfangs recht bescheiden, wuchs nach und nach zu einer mehrklassigen Volks- und Fortbildungsschule aus

Igreja Paroquial, o seu lugar de honra. Pedro Thais, o porta-bandeira, muito zelava por essa peça ornamental, que nunca podia faltar na procissão. Peça que, infelizmente, desapareceu.

*Ao Governo Municipal*, Pe. Carlos fez a doação de um grande e apropriado terreno para um hospital, mas com a condição de a sua direção ser confiada a Religiosas Católicas. O fato se tornou realidade em 1906, quando as três primeiras *Irmãs da Divina Providência* ocuparam o novo Hospital.

Nos primeiros 3 meses de 1892, e com a autorização do Sr. Bispo -, Pe. Carlos fez uma *visita pastoral em Brusque, Nova Trento, Laguna e Tubarão*, ocasião na qual também administrava o Sacramento da Crisma. Além disso, deu *autorização ao Pe. João Fritzer*, Vigário de Brusque, para uma visita a seus familiares na Alemanha; e *transferiu o Pe. Antônio Eising, de Tubarão para Brusque*. No Natal de 1897, e com o nome de Frei Egídio, *Pe. Antônio entrou na Ordem Franciscana*.

A *Escola*: eis a maior preocupação do Vigário Pe. Carlos. Também neste empreendimento, foi coroado de êxito. De início, uma escola bem modesta. Mas aos poucos, ela foi se desenvolvendo em várias séries de Curso Primário e Complementar, a ponto de, anos após, registrar mais de 400 alunos por ano.

Em 1864, após sete anos de existência, ocorreu a *primeira inspeção oficial da Escola*, quando já contava 200 alunos.

*Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque*, então Presidente de S.Catarina, visitava as Colônias da Província, e para tudo tinha um olhar atento. Na Escola do Padre Carlos, o Presidente assistia, em toda sala, à aula, e fazia a sua avaliação. A seguir, *concedeu ao Pe. Carlos a nomeação de Professor Público Vitalício*. E com o direito de, em qualquer circunstância, designar professores auxiliares que o pudessem substituir.

Com essa nomeação, Pe. Carlos recebia a mensalidade de 120\$000 Rs. Dessa quantia, nada reservava para si. Pagava dois professores, aos quais, anteriormente, pagava do próprio bolso. Eis os dois fiéis auxiliares: *Júlio Schubert* (da Silésia) e *Teodoro Lauer* (da Saxônia), ambos de preparação profissional. O aluno contribuía com 5\$000/ano.

De 1864 a 1886, era *Inspetor Escolar* o Sr. *Dr. Wigand Engelke* (Delegado Literário). Por incumbência do Governo (1874), Dr.Engelke convocou os dois mencionados professores para um exame, o que lhes valeu a nome-

und verzeichnete später jährlich 400 und mehr Schüler.

Den ersten Besuch seitens der Behörde erhielt er im Jahre 1864, als die Schule nach sieben jährigem Bestehen schon 200 Schüler zählte. Der Präsident von Santa Catharina Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque bereiste damals die Kolonien der Provinz und hatte für alles ein offenes Auge. In jeder Klasse wohnte er dem Unterrichte bei und prüfte. Dann bewirkte er die Ernennung des P.Karl Boergershausen zum professor público vitalício, der die Berechtigung hatte, sich jederzeit durch Hilfslehrer, die er selbst auswählen durfte, vertreten zu lassen.

Dadurch erhielt P. Boergershausen ein Monatseinkommen von 120\$000 rs. Für sich nahm er nichts an; mit dem Gelde bezahlte er zwei Lehrer, deren Unterhalt er vorher ganz allein bestritten hatte; es waren seine treuen Helfer Julius Schubert aus Schlesien und Theodor Lauer aus Sachsen, beide fachmännlich vorgebildet. Die Schüler leisteten jährlich einen Schulbeitrag von 5\$000 rs.

Als Schulinspektor wirkte von 1864 bis 1886 Herr Dr. Wigand Engelke (delegado literário) Im Auftrage der Regierung berief er die vorgenannten Lehrer 1874 zum Examen. Dies verschaffte ihnen die Anstellung seitens der Behörde, von der sie nun auch ihr Gehalt empfangen.

So verbesserten sich die Verhältnisse an der Schule und P. Boergershausen konnte sein Geld anwenden um grosse bauliche Veränderungen auszuführen und noch eine Hilfskraft anzusteilen.

Seine Klassen waren damals in verschiedenen Gebäuden, die teilweise gemietet waren, untergebracht. Er schenkte der Munizipalkammer ein schönes grosses Grundstück mit der Bedingung, beim Bau des geräumigen Schulhauses wirksam mitzuhelfen. Dies geschah, und auch die Eltern der Schüler und andere Schulfreunde zollten bereitwillig bei. So konnten 1880 die Klassen im neuen Gebäude vereinigt werden.

Wenn Seelsorgsreisen ihn nicht nach auswärts riefen, so war er täglich von 8-12 Uhr in seiner Schule tätig. Die beiden Unterklassen besuchte er regelmässig alle Monate, um sich von dem Fortschritte der Schüler zu überzeugen. Er selbst erteilte planmässigen Unterricht in den höheren Klassen. Mittwochs und Sonntags von 10 ½-12 Uhr vereinigte er die

ação de professor da parte do Poder Civil. Dele recebendo, pois, a partir dessa data, cada qual o seu ordenado.

Como se vê, *melhoravam as condições da Escola*. E Pe. Carlos podia empregar o seu dinheiro em grandes melhoramentos na construção, bem como na contratação de novos auxiliares.

Naquele tempo, as salas de aula dessa escola eram distribuídas em vários edifícios e, em parte, alugados. À Câmara Municipal, o Padre fez a doação de um bonito e grande terreno, mas sob a condição de uma significativa ajuda na construção de um espaçoso prédio escolar. E assim se fez. Também os pais dos alunos e outros simpatizantes da Escola contribuíram de boa vontade. Foi assim que, em 1880, as classes puderam passar para o novo edifício. Quando não solicitado por viagens pastorais, Pe. Carlos marcava presença cotidiana na sua Escola: das 5 às 12 horas.

As duas séries inferiores, ele as visitava, regularmente, todo mês, afim de certificar-se do seu andamento. Ele, pessoalmente, lecionava, com planejamento, nas séries superiores.

Nas quartas feiras e aos domingos, das 10h30min ao meio-dia, reunia as crianças católicas na Casa Paroquial, e as instruía no Catecismo, na Liturgia e na História da Igreja. Nas tardes de domingo, às 14 hs., sempre havia Catequese na Igreja. Os cantos sacros para as celebrações na Igreja eram ensaiados pelo prof. Schubert.

O Imperador D. Pedro II, testemunhou, ao zeloso Sacerdote e Professor, a sua especial benevolência. Aos 20 de fevereiro de 1868, enviou-lhe a patente de *Capitão Capelão-Mor da Capelania Imperial*. Um pouco mais tarde, fez-lhe a Nomeação de *Comissário da Guerra do Paraguai*, com a qual Pe. Carlos recebia a candidatura à Imperial Ordem da Rosa, mas por ele recusada.

Aos 2 de novembro de 1929, a população de Joinville trasladou os restos mortais do Pe. Carlos, da sua modesta sepultura para o mausoléu do novo Cemitério. Dr. Mário Portugal pronunciou a oração fúnebre. Entre outras, frisou o seguinte: *Você educou três gerações de nossos concidadãos. Nada aceitou em pagamento por seu trabalho.*

#### 4 - Alguns Enfoques Especiais

Toda manhã, às 6 horas, O Padre se dirigia à Igreja Paroquial e se

katholischen Schüler in der Pfarrkirche und gab Unterweisung im Katechismus, in Liturgie und Kirchengeschichte. Sonntags Nachmittag um 2 Uhr war regelmässig Katechese in der Kirche. Den Gesang für den Gottesdienst übte der Lehrer Schubert ein.

Der Kaiser D. Pedro II bezeugte dem eifrigen Priester und Lehrer sein besonderes Wohlwollen. Am 20. Februar 1868 sandte er ihm das Patent als capitão capelão mor da Capella Imperial; bald darauf ernannte er ihn zum Comissário da Guerra de Paraguay. Dadurch erhielt P. Karl die Anwartschaft auf den kaiserlichen Rosenorden, den er jedoch ablehnte.

Am 2. November 1929 übertrug die Bevölkerung von Joinville die sterblichen Überreste des P. Boergershausen von seinem bescheidenen Grabe zum Mausoleum auf dem neuen Friedhof. Herr Dr. Mário Portugal hielt dabei die Gedächtnisrede und sagte u.a.: "Du hast drei Generationen unserer Mitbürger erzogen. Nichts hast du angenommen als Zahlung für deine Arbeiten".

### Verschiedenes aus seinem Leben

Jeden Morgen um 6 Uhr begab er sich zur Pfarrkirche und bereitete sich auf die h. Messe vor. Diese begann um 6 1/2 oder 7 Uhr.

Punkt 8 Uhr fing sein Schuldienst an. Kurz nach 12 Uhr war er wieder im Pfarrhause. Von 2 Uhr ab besorgte er die Angelegenheiten der Pfarrei und war zu sprechen für alle, die seinen Rat einholen wollten. Im Verkehr bewahrte er im allgemeinen einen ruhigen, freundlichen Ton; manchmal konnte er unnütze Unterhaltung schnell beenden durch ein energisches Wort.

Aus den Briefen des Dr. Blumenau an ihn ersieht man, wie alle ohne Unterschied der Confession gerne mit ihm verkehrten. Dies beweist auch die Freundschaft, die Dr. Ottokar Dörffel in Joinville ihm widmete. Leider wurde die Gutmütigkeit des Pfarrers von diesem missbraucht. Er erreichte es, dass P. Karl ihm nahe bei der Kirche ein gut gelegenes Grundstück verkaufte, worauf Dörffel die Freimaurerloge errichten liess, die noch steht zum grossen Ärgernis der Katholiken.

Auch die Verleumdung wagte sich an den Pfarrer heran. Sein sittenreines Leben stand ausser jedem Zweifel. Ein Bösewicht verbreitete

preparava para a santa missa, que iniciava às 6h30min ou às 7h. Pontualmente às 8 horas, começava o seu trabalho escolar. Um pouco antes do meio-dia, novamente se encontrava na Casa Paroquial. A partir das 14 horas, dedicava-se aos interesses da Paróquia, e estava disponível a quantos viessem em busca de seu conselho. No relacionamento, ele mantinha, em geral, um tom calmo e amigo. Por vezes, era capaz de interromper uma conversa inútil mediante palavra enérgica.

Das cartas do Dr. Blumenau a ele dirigidas, percebe-se como todos, sem distinção de confissão religiosa, gostavam de comunicar-se com ele. É o que também comprova a amizade que o Dr. Ottokar Dörffel, de Joinville, lhe dedicava. Lamentavelmente, essa bondade do Vigário sofreu abuso da parte do Sr. Doutor. É que este conseguiu que o Pe. Carlos lhe vendesse, ao lado da Igreja, um terreno bem localizado, mas no qual o Dr., “muy amigo”, fez construir a Loja Maçônica, a qual ainda existe, e para grande escândalo dos católicos.

Também a calúnia teve a ousadia de atirar-se contra o Vigário. Sua vida moral ilibada estava fora de qualquer dúvida. Mas um mau-caráter (por si? por outrem?) espalhou notícias para denegrir a reputação do nome e da pessoa do exemplar sacerdote. Quando Pe. Carlos tomou conhecimento do boato, sentiu-se profundamente magoado. No domingo seguinte, após a santa missa, ele fez a exposição do Santíssimo. A seguir, voltou-se para os fiéis, e falou-lhes pausada e claramente: “Aqui, na presença do Salvador Sacramentado, declaro que não fiz nada daquilo que maldosamente a mim atribuem. Conclamo a todos para que, comigo, rezem pelo caluniador”. Gesto que fez uma impressão profunda sobre as pessoas.<sup>4</sup>

Os doentes mais próximos à igreja, Pe. Carlos os visitava pela tarde. A visita para a administração dos últimos sacramentos era adiada para as 4 ou 5 horas da manhã. Antes do jantar, rezava o breviário. Após o jantar, o terço, andando para lá e para cá na varanda. A seguir, fazia meia hora ou 45 minutos de meditação diante do altar. Pelas 20h30min, voltava, e se devotava à leitura e ao estudo.

O Padre gostava da exata observância dessa sua ordem do dia. Aos padres visitantes vindos de fora, ele dedicava esse seu tempo de folga. Suas

<sup>4</sup> A construção da “Loja” foi um bom ensaio. Mas a calúnia anti-religioso é golpe bem mais certo...

jedoch Nachrichten, die den Namen und die Person des vorbildlichen Priesters in üblen Ruf bringen solten. Als P. Boergershausen davon hörte, empfand er bitteren Schmerz. Am folgenden Sonntag nach der h. Messe setzte er das Allerheiligste zum Segen aus. Dann wandte er sich zu den Gläubigen und sagte langsam und deutlich: "Hier, in Gegenwart des sakramentalen Heilandes erkläre ich, dass ich nichts von dem getan habe, was man in böswilliger Weise gegen mich aussagt. Ich fordere alle auf, jetzt mit mir für den Verleumder zu beten". Dies machte einen tiefen Eindruck auf die Leute.

Die Kranken in der Nähe besuchte er gewöhnlich im Laufe des Nachmittags; den Versehgang verlegte er auf die frühe Morgenstunde, 4 oder 5 Uhr.

Vor dem Abendessen betete er das Brevier, nach demselben den Rosenkranz indem er auf der Veranda einherging. Dann brachte er 1/2 oder 3/4 Stunde betrachtend vor dem Altare zu. Von dort kehrte er gegen 8 1/2 Uhr zurück und beschäftigte sich mit Lesung und Studium.

Er liebte die genaue Beobachtung dieser seiner Tagesordnung. Kamen Priester von auswärts auf Besuch, so widmete er diesen einen Teil seiner freien Zeit; seine von ihm bevorzugte Einfachheit bei den Mahlzeiten wurde mit Rücksicht auf den Gast etwas gemildert.

Wer Jahrzehnte hindurch eine fast immer sich gleich bleibende Beschäftigung ausübt, wird ohne es zu merken, etwas pedantisch und kann sich in neue Wege nicht hineindenken.

Das zunehmende Alter ermahnte ihn, sich nach einem Gehilfen umzusehen. Die kirchliche Behörde sandte ihm 1905 den eifrigen P. Joseph Sundrup. Für diesen gab es am Sitz der Pfarrkirche fast nichts zu tun. Der bejahrte Pastor glaubte, alles noch selbst leisten zu können und änderte nichts an der gewohnten Ordnung. Der Kaplan war tätig in den abgelegenen Teilen der Pfarrei und 1906 gab ihm P. Boergershausen bereitwillig seine Zustimmung für eine Reise in die westfälische Heimat.

In früherer Zeit musste P. Karl manchmal einen Ritt in die Umgegend machen. Sein überall bekannter "Fuchs" hatte sich einmal nicht bewährt. Er war gestürzt. Kurz entschlossen verkaufte ihn sein Herr am anderen

refeições eram frugais. Em atenção às visitas, moderava um pouco o habitual rigor do cardápio.

Exercer, por decênios, atividades quase sempre iguais, leva a pessoa, e sem percebê-lo, a tornar-se um pouco pedante, a ponto de não entender uma situação diferente. O avançar da idade o advertia da necessidade de procurar um Coadjutor. A autoridade eclesiástica enviou-lhe, em 1905, o dedicado *Pe. José Sundrup*. Para o Coadjutor, no entanto, quase não havia nada por fazer no âmbito da Igreja-Matriz. Porque o idoso Pastor achava que ainda poderia dar conta de tudo, e não alterava em nada a ordem tradicional. O *Pe. Coadjutor* atuava nas distantes periferias da Paróquia. Em 1906, *Pe. Carlos* lhe autorizou, de boa vontade, uma viagem à sua querência wesfaliana, na Alemanha.

Nos primeiros tempos, *Pe. Carlos* fazia, por vezes, uma cavalgada pela periferia. Certa vez, seu muito conhecido “fuchs” (alazão) falhou, levando um tombo. De pronta decisão, o seu dono o vendeu no dia seguinte, e não mais quis saber de cavalgadura. Um grande alívio para a fiel Governanta da Casa Paroquial. Porque o alazão estava sob sua guarda. Não havia uma pastagem cercada. E o cavalo andava pelo terreno da igreja, arrastando uma longa corrente. Algumas vezes por dia, *Dona Margarida* tinha de vigiá-lo. Não poucas vezes, e muito cansada, ela tinha de ir à procura do animal.

Por 45 anos, *Dona Margarida Franzen* governou, com fidelidade e eficiência, a Casa do Vigário. Ela era simples, desinteressada e econômica. Não aceitava o pagamento do seu ordenado, e só gastava o estritamente necessário. O restante ficava nas mãos do Vigário, que muitas vezes tentou entregar-lhe o salário. Mas era difícil demovê-la desse comportamento. Comenta-se que, após a morte do Vigário, ela não recebeu esse bem merecido dinheiro. O Sr. Oscar Schneider teria se empenhado pelo caso, porque era bom conhecedor da situação. Mas sem lhe dar a esperada solução.

*Pe. José Sundrup* era então quem cuidava da Governanta. Alguns meses após, *Dona Margarida* adoeceu. Recebeu excelente tratamento no Hospital, onde morreu.

Em geral, *Pe. Carlos* não era dado a muita conversa. Após a missa dominical na Igreja-Matriz, trocava umas palavras amigas com os membros da *Associação Católica*, que mensalmente se reuniam, e lhes fazia mui proveitosa conferência.

Tage und verzichtete auf ein neues Reittier. Niemand war nun glücklicher als die treue Haushälterin Margarete. Der "Fuchs" stand nämlich unter ihrer Aufsicht; eine abgezäumte Weide war nicht vorhanden und der Gaul spazierte auf dem Kirchenland umher, indem er eine lange Kette nachschleppte. Mehrere Male am Tage musste die Köchin Ausschau halten und nicht selten dem Pferde nachlaufen, was ohne zahlreiche Seufzer nicht abging.

Die Margarete Franzen hat das Hauswesen des Pfarrers 45 Jahre treu und gut versehen. Sie war einfach, selbstlos und überaus sparsam. Ihren Lohn liess sie sich nicht auszahlen; nur das unbedingt Notwendige wandte sie an. Der Rest verblieb in den Händen des Pfarrers, der sich öfters angeboten hatte, ihr das Guthaben einzuhändigen; aber sie war nicht dazu zu bewegen. Man sagt, sie habe nach dem Tode des Pfarrers ihr wohl verdientes Geld nicht erhalten. Herr Oskar Schneider soll sich sehr darum bemüht haben, da er die Verhältnisse gut kannte, jedoch ohne Erfolg. P. José Sundrup sorgte jetzt für sie. Wenige Monate später wurde sie krank und fand treffliche Pflege im Hospital, woselbst sie auch starb.

Unterhaltenden Verkehr pflegte P. Boergershausen im allgemeinen nicht. Sonntags nach der Pfarrmesse wechselte er mit den Mitgliedern des Katholikenvereins einige freundliche Worte. Monatlich leitete er eine Versammlung desselben und hielt einen nützlichen Vortrag. Da die meisten Mitglieder auswärts wohnten, so hörte kurz nach Mittag der Verkehr im Verein auf. Die Bibliothek stand im Pfarrhause, gelangte aber nicht zu der Bedeutung, die sie hätte erreichen können.

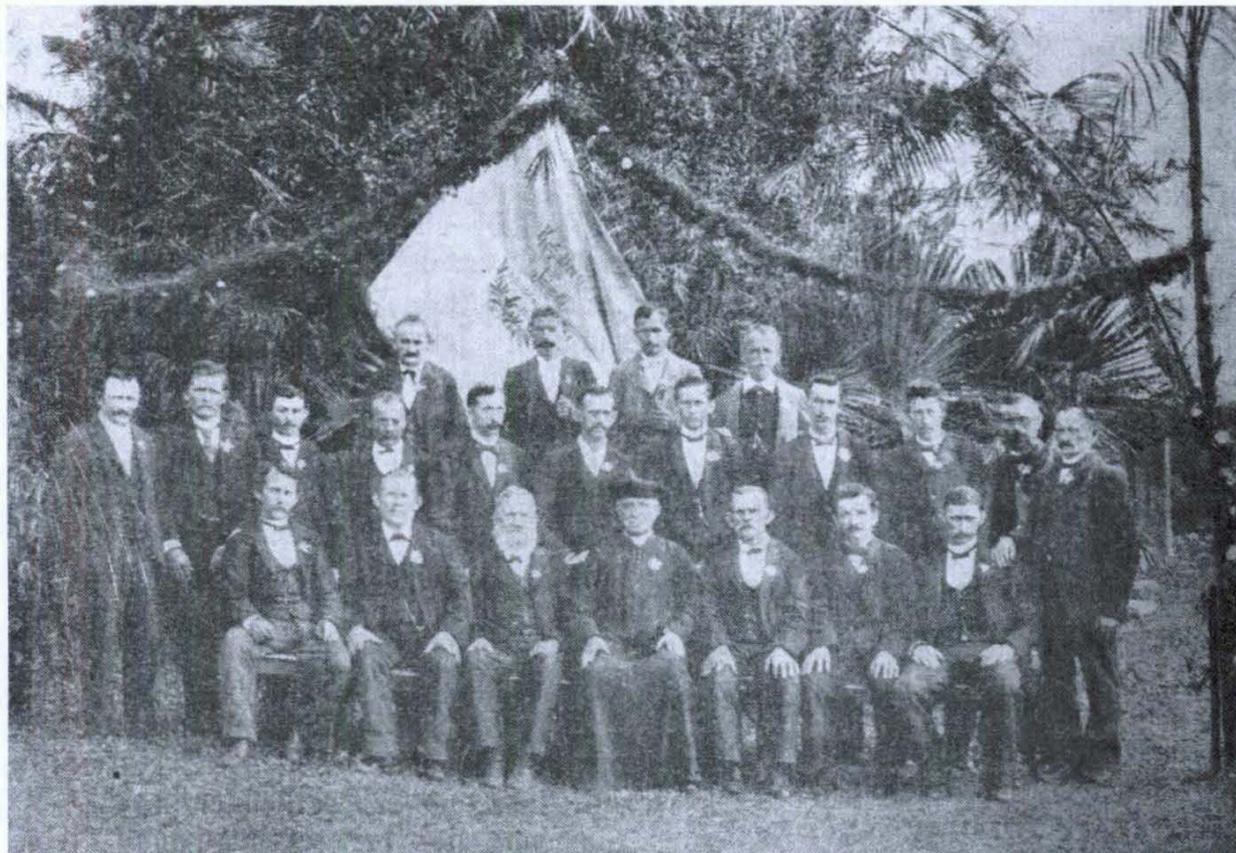
Vom Jahre 1902 ist eine prächtige Photographie des Katholikenvereins noch vorhanden. In der Mitte erhebt sich die blau-weiße Fahne mit der Inschrift:

Katholiken-Verein Joinville - Gegründet am 29. Juni 1880.

In der Mitte unten sitzt P. Boergershausen damals schon 45 Jahre Pfarrer von Joinville; neben ihm sind seine treuen Helfer Nikolaus Welter (langjähriger Kassierer), Johann Welter und Joseph Klein; an der anderen Seite Altmann, Jos. Ebert und Wilhelm Altmann. Jos. Ebert wohnte in der Nähe und übernahm eifrig alle Arbeiten zum besten des Vereins.

Visto que a maioria dos sócios moravam longe da sede paroquial, o movimento na Sociedade cessava ao meio-dia e pouco. A biblioteca encontrava-se na Casa Paroquial. Mas sem atingir a sua importância maior.

Ainda existe uma *Grandiosa Fotografia da Sociedade Católica*, de 1902. No centro, ergue-se a bandeira azul-branca, com estes dizeres:



ASSOCIAÇÃO CATÓLICA JOINVILLE - FUNDADA AOS 29 DE JUNHO DE 1880<sup>5</sup>

Mais abaixo, *no centro*, está sentado Pe. Carlos, já há 45 anos Vigário de Joinville; *a seu lado*, os seus fiéis auxiliares: Nicolau Welter (por longos anos o Caixa), João Welter e José Klein; *no outro lado*, Altmann, José Ebert e Guilherme Altmann. José Ebert morava perto e, muito dedicado, assumia todos os trabalhos para o maior bem da Sociedade; *empé*: João Tais, Bernardo Welter, Francisco Trom, Maias Schardeck, Matias Klein, Francisco Salver, Kohler, Fritz Welter, Maier, Nicolau Rohregger, Pedro Tais; *no alto*, junto à bandeira, de pé: Beil, Francisco Krüger, Carlos Welter, José Schippert. Outros fundadores e membros da Sociedade, tais como Lohmann e

<sup>5</sup> Foto que a Revista publicou mais tarde. O tradutor a removeu para cá, no seu exato contexto.

Die stehende Reihe wird gebildet von Joh. Tais, Bernard Welter, Franz Trom, Mathias Schardeck, Mathias Klein, Franz Salver, Kohler, Fritz Welter, Maier, Nikolaus Rohregger, Peter Tais; oben bei der Fahne stehen Beil, Franz Krüger, Karl Welter, Joseph Schippert. Andere gute Gründer und Mitglieder, wie Lohmann und Schubert, waren schon gestorben.

Im Jahre 1880 verordnete die kaiserliche Regierung eine Volkszählung. Für Joinville wurde P. Boergershausen mit der Leitung betraut. Dieser wählte sich seinen guten und tüchtigen Bekannten Carl Julius Parucker zum Gehilfen aus. Die Behörde wies 5:000\$000 rs an zur Bestreitung der notwendigen Unkosten. Die Arbeit wurde gut geleistet und jede Hilfe bezahlt. Mit der Liste der Einwohner sandte der Pfarrer noch 2:476\$000 rs ein, nämlich das Geld, was er von der zur Verfügung stehenden Summe nicht anzuwenden brauchte.

In den langen Jahren seiner Wirksamkeit in Joinville erfreute sich der Pfarrer einer guten Gesundheit. Doch "es ist dem Menschen gesetzt, einmal zu sterben". Und die Boten des Todes stellten sich ein in den letzten Monaten des Jahres 1906. Ein gelinder Schlagfluss fesselte den 73 jährigen Priester ans Zimmer. Doch trat eine kleine Genesung ein. Zum grossen Glück kehrte jetzt Pe. José Sundrup von seiner Reise zurück und übernahm die Seelsorge.

Die Schlaganfälle wiederholten sich und P. Boergershausen begab sich zu den von ihm gegründeten und reich beschenkten Hospital. Dort fand er sorgfältige Pflege. Seine Energie verliess ihn nicht und er versuchte recht oft, Bewegungen im Krankenzimmer zu machen, wozu er jedoch Hilfe bedurfte. In dieser Zeit besuchten ihn öfters die leitenden Herren der Munizipalkammer, um über das für das Hospital bestimmte Land seinen letzten Willen zu erfahren.

Anfangs Dezember verschlimmerte sich sein Zustand. Öfters empfing er die h. Sakramente, betete viel und liess für sich beten.

Am 12. nachmittags 3 1/4 Uhr verschied er eines sanften Todes. In der Pfarrkirche wurde er aufgebahrt und sein Begräbnis gab Zeugnis non der allgemeinen Achtung, die er genossen hatte.

Einfach wie sein Leben, blieb lange Zeit sein Grab. Die Verfügungen

Schubert, já haviam falecido.

Em 1880, o *Governo Imperial ordenou um Recenseamento*. Para Joinville, foi nomeado Coordenador do Trabalho, o *Pe. Carlos Boegershausen*, e que escolheu para auxiliar seu, o bom, competente e conhecido *Carlos Júlio Parucker*. A Autoridade destinou 5:000\$000 Rs para as necessárias despesas. O trabalho saiu muito bem feito, e toda ajuda foi paga. Juntamente com a lista dos habitantes, o Vigário devolveu 2:476\$000 Rs, isto é, o excedente da verba destinada ao pagamento dos referidos trabalhos.

## 5. Fase Final de sua Vida

Durante os longos anos de sua atividade em Joinville, o Vigário gozava de boa saúde. Contudo, “estabelecido foi que o homem alguma vez tem de morrer” (Heb. 9, 27). E os mensageiros da morte se manifestaram nos últimos meses de 1906. Uma leve apoplexia prendeu o Padre de 73 anos no quarto. No entanto, ocorreu uma pequena melhora. Coincidência muito feliz foi, nesta hora, o *regresso do Pe. José Sundrup*, que fizera sua viagem à Alemanha, podendo pois, assumir os trabalhos pastorais.

Repetiam-se os ataques da enfermidade. E *Pe. Carlos* dirigiu-se para o Hospital por ele fundado e ricamente dotado. Lá recebeu especiais cuidados. Sua energia continuava firme. Muitas vezes, tentou fazer movimentos no quarto, embora com o necessário amparo de outras pessoas. Recebia freqüentes visitas de Vereadores da Câmara Municipal, com o propósito de saber da sua última vontade com respeito ao terreno destinado ao Hospital.

No início de dezembro, agravou-se-lhe o estado de saúde. Muitas vezes recebeu os Santos Sacramentos. Rezava muito e deixava que por ele rezassem.

Às 15h15min do dia 12/12/1906, *Pe. Carlos faleceu tranqüilamente*. Na Igreja Paroquial, já na “eça”, fizeram-se as exéquias. O seu enterro deu testemunho da geral consideração que desfrutava em sua vida. O seu túmulo foi aberto no Cemitério por ele doado, e no lugar que havia reservado para si.

Por longos anos, a simplicidade de sua sepultura refletia a de sua vida. As disposições do seu testamento a respeito, não foram cumpridas. Dois fiéis membros da *Sociedade Católica* prestaram a seu bom Vigário a última homenagem: um confeccionou a cruz, o outro providenciou a inscrição. Essa tão singela ornamentação do túmulo assim permaneceu até 1929.

des Testamentes über dasselbe kamen nicht zur Ausführung. Zwei treue Mitglieder vom Katholikenverein bereiteten ihrem guten Pfarrer die letzte Ehre: der eine verfertigte ein Kreuz, der andere liess die Inschrift anfertigen. Dieser einfache Schmuck des Grabhügels blieb bis zum Oktober 1929. Der hochwürdigste Herr Diözesanbischof D. Pio de Freitas vereinbarte mit den Civilbehörden eine besondere Ehrung des ersten katholischen Pfarrers von Joinville.

Darüber berichtet die Koliniezeitung vom 31. Oktober:

“Vorgestern wurde in Anwesenheit des Bischofs D. Pio und anderer geistlicher und weltlicher Herren das Grab des Paters Karl Boergershausen auf dem alten katholischen Friedhof geöffnet. Gestern wurden dann die sterblichen Reste des um unsere Stadt so hochverdienten Priesters in die katholische Kirche verbracht, von wo sie am Allerseelentage auf den Munizipalfriedhof überführt und in dem für diesen Zweck errichteten Mausoleum beigesetzt werden sollen“.

Über diese pietätvolle Feier berichtet dieselbe Zeitung am 5. November: „Sonabend um 11 Uhr wurden die sterblichen Reste Pastor Boergershausen in einen feierlichen Zuge von der katholischen Kirche zum Munizipalkirchhof getragen, wo sie in einer Urne aus Zink in dem für diesen Zweck errichteten Grabdenkmal beigesetzt wurden. Den Zug begleiteten der Bischof D. Pio, der Präfekt Dr. Ulysses Costa, der Rechtsrichter Dr. Mário Portugal, die Munizipalräte Sérgio Vieira und Ed. Schwartz und zahlreiche andere Personen, welche dem hochverdienten Priester die letzte Ehre erweisen wollten.

Nachdem die geistliche Ceremonie vollzogen war, hielt Dr. Mário Portugal eine ergreifende Rede, die hohen Eigenschaften und Verdienste des Unvergesslichen Toten hervorhebend. Das schöne Grabdenkmal besteht aus schwarzem Marmor und trägt ein Medaillon mit dem Portrait des Verewigten und auf seinem Gipfel den gekreuzigten Christus”.

O Senhor Bispo Diocesano, Dom Pio de Freitas, combinou com as autoridades uma *Homenagem Especial* para o primeiro Vigário Católico de Joinville. O “Jornal da Colônia”, de 31 de outubro, nos dá a seguinte notícia sobre o evento: *“Anteontem, na presença do Bispo D. Pio e de outros religiosos, bem como de senhores civis, foi aberto no antigo Cemitério Católico, a sepultura do Pe. Carlos Boegershausen. Ontem, os restos mortais do muito benemérito Sacerdote de nossa Cidade foram levados até a Igreja Católica. No dia de finados, serão trasladados daqui para o Cemitério Municipal, onde serão sepultados no Mausoleu especialmente construído para tal fim”*.

A respeito desta solenidade piedosa, o mesmo jornal nos dá a seguinte informação:

*Pelas 11 horas de sábado, os restos mortais do Pastor Boegershausen foram transportados, em cortejo festivo, da Igreja Católica para o Cemitério Municipal. Depositados numa urna de zinco, serão enterrados no monumento sepulcral especialmente erigido para este fim.*

O cortejo foi acompanhado pelos Senhores: Bispo D. Pio, Prefeito Dr. Ulisses Costa, Juiz de Direito Dr. Mário Portugal; pelos Vereadores Municipais Sérgio Vieira e E. Schwartz; e numerosas outras pessoas dispostas a prestarem a última homenagem ao muito benemérito Sacerdote.

Após a Cerimônia Religiosa, Dr. Mário Portugal pronunciou um emocionante discurso, ressaltando as elevadas qualidades e os méritos do inesquecível Morto.

O belo monumento sepulcral é de mármore escuro. Traz um medalhão com a fotografia do imortalizado e, no alto, o Cristo Crucificado.

### *Notas complementares do tradutor*

O “belo monumento” foi tão vandalizado, que o Senhor Bispo, Dom Orlando Brandes, houve por bem fazer a trasladação para a Catedral, com novo monumento, e no qual o “Cristo Crucificado” é o que restou do original.

A trasladação ocorreu aos 05-06-2004. O monumento se encontra logo à esquerda de quem entra na Catedral. O Mons. José Chafí Francisco (Mons. Juca) nos deu estas informações.

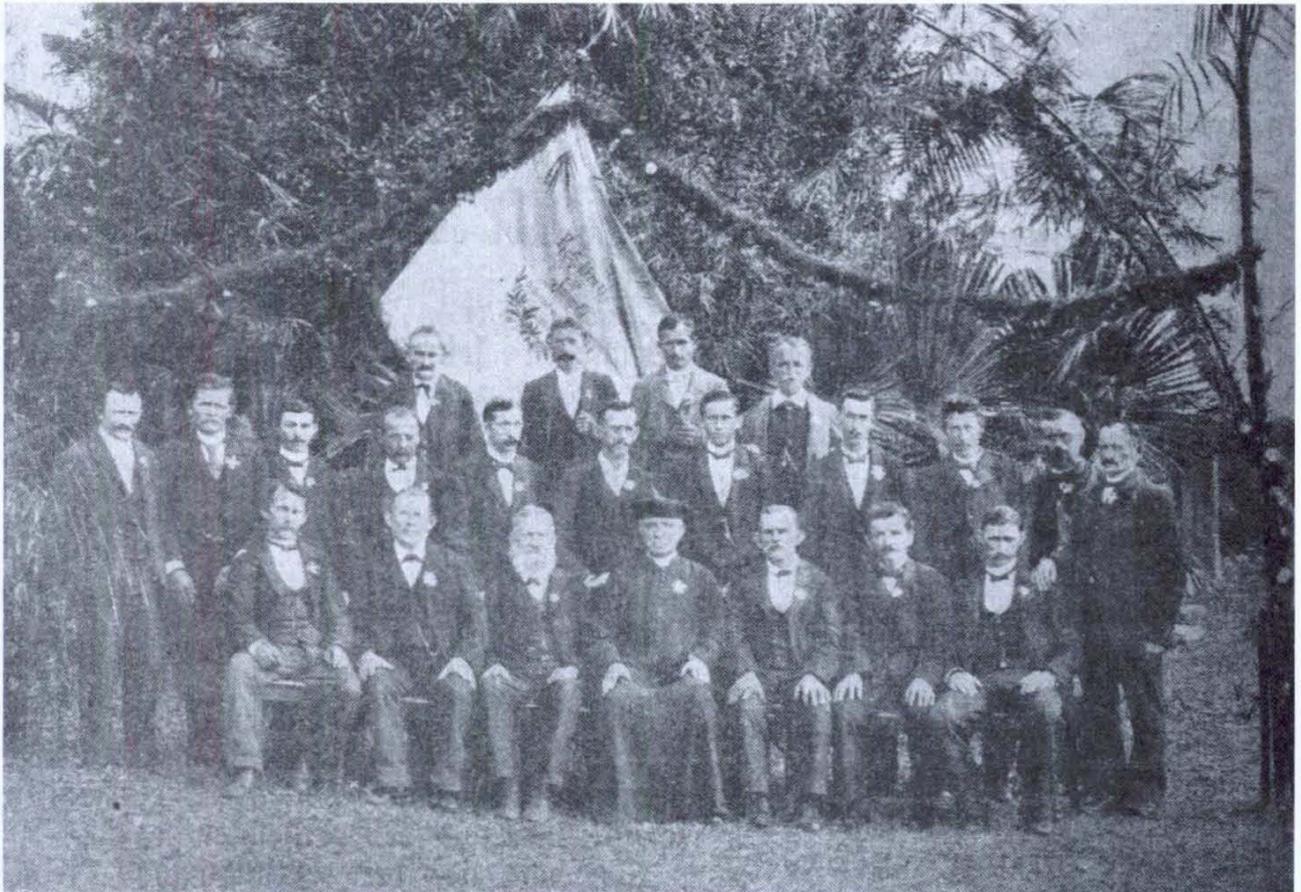


Foto Áurea, de Joinv

### Observações finais do tradutor

O Nacionalismo Varguista proibiu qualquer publicação em língua estrangeira (1938). Até porque a igualação cultural, na época, era mais cômoda via rebaixamento da cultura ádvena do que pela elevação da cultura nativa.

Era o nosso marxismo totalitário, com o seu “objetivo de assimilação total, ao preço do menor esforço”. Não se tratava, pois, de realizar a “integração do diverso, enquanto tal, guardando uma autonomia relativa -, mas de suprimi-lo”. (J.P. Sartre, *Questão de Método*, p.44, trad. de Bento Prado Júnior, Difusão Européia do Livro, 2ª edição, S. Paulo, 1967).

A coleção da revista *Der Wegweiser* encontra-se no Convento SCJ de Brusque no *Arquivo Provincial Padre Lux - Appal*. Av. das Comunidades, 111, Brusque - SC, 88350-970 - Cx Postal 20. Tel.: 47- 3351-1499, e-mail: appal@terra.com.br, Diretor: Eloy Dorvalino Koch scj. Secretária: Karina Santos Vieira.



O novo túmulo do Pe. Carlos Boegershausen - R. I. P.

Foto Áurea, de Joinville

# Duas religiões antagônicas e uma visão de mundo em comum

*Luiz Cláudio Altenburg\**

## Artigos

Em 2004<sup>2</sup>, tivemos a oportunidade de escrever sobre os artigos do frei Boaventura Kloppenburg, encontrados no jornal blumenauense “A Nação”, no espaço chamado de Coluna Católica. Ali eram publicados artigos e textos diversos, divulgando o catolicismo em Blumenau. Era organizado pelo frei João Capistrano Binder.

O frei foi um dos autores pesquisados para aquele artigo. A outra autora a aparecer no trabalho foi a poetisa e escritora Castorina Lobo de São Thiago, que em 1952 passou a escrever no jornal “A Nação”, na recém criada coluna espírita. Até então existia apenas a coluna católica e a coluna evangélica no jornal. A coluna de Castorina surgiu depois de alguns artigos católicos escritos por Boaventura, criticando o espiritismo.

Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de mostrar que os autores nunca se conheceram pessoalmente. Boaventura residia em Petrópolis, no Rio de Janeiro, e Castorina estava morando em Blumenau. Entretanto, seus artigos muitas vezes



1 Mestrando em Educação pela FURB. As idéias deste artigo estão na monografia do curso de Especialização em História Social da UDESC, intitulada “Duas religiões antagônicas, uma visão de mundo: catolicismo e espiritismo nas páginas da imprensa blumenauense de 1952”.

“dialogaram” entre si, porque algumas das questões e críticas levantadas pelo frei acerca do espiritismo logo recebiam uma outra visão, escrita por Castorina em sua coluna.

Encerramos aquele artigo mostrando que os escritos de Boaventura serviram para fazer uma propaganda para o espiritismo, por duas razões. A primeira foi que ele pesquisou esta religião com densidade e mostrou em inúmeros artigos, os preceitos corretos do espiritismo, inclusive fazendo comparações<sup>3</sup> entre assuntos estudados pelo catolicismo e a doutrina de Allan Kardec<sup>4</sup>. A Segunda razão foi do lado de Castorina. Ela aproveitou o espaço do jornal e fez propaganda das atividades de sua religião, comentando por exemplo, sobre inaugurações de Centros Espíritas e atividades desenvolvidas nos mesmos.<sup>5</sup>

Neste artigo, continuamos com a pesquisa destes dois autores. Queremos agora mostrar nestas linhas a relação entre os escritos de Boaventura Kloppenburg e Castorina Lobo de São Thiago. Embora ambos sejam de religiões diferentes, nem por isso os seus escritos podem deixar de ter alguma correlação; a similaridade não está no conteúdo de seus artigos, e sim no interesse que os moveu.

Iniciaremos com os artigos do Frei Kloppenburg, escolhendo aqueles que dão bem a idéia que defendemos: eles surgiram não apenas para criticar o espiritismo ou tentar diminuir esta religião, mas porque era uma forma de defender o próprio catolicismo e fazer esclarecimentos importantes que conscientizassem os católicos das suas práticas. Ao fazer isso, frei Boaventura escrevia sobre como ele entendia ser a maneira correta de lidar e vivenciar o catolicismo. Depois, seguiremos com os artigos de Castorina, mostrando também que ela, não estava apenas pensando em mostrar o outro lado da moeda quando começou a escrever, ou seja, a coluna espírita não era uma forma de resposta para a coluna católica. Era, sim, o jeito de mostrar o espiritismo como a autora entendia que ele deveria ser visto e vivenciado. O próprio título deste artigo – *Duas religiões antagônicas, uma visão de mundo* – serve bem para ilustrar a idéia que queremos passar.

Os artigos do frei não eram apenas publicados em Blumenau. Outras cidades também os publicavam. Sendo assim, ele era um dos encarregados de escrever a respeito da doutrina espírita. Como era de se esperar, Boaventura escrevia para católicos. Observando isso, notamos em diver-

soos textos pesquisados uma preocupação constante com o andamento do catolicismo e como os fiéis estavam vivenciando a sua fé.

Frei Boaventura Kloppenburg assim se expressou quanto à finalidade do seu trabalho sobre o Espiritismo:

Colocados pastoralmente diante dos movimentos espíritas (ou outros, que não faltam entre nós), é necessário que nos perguntemos honradamente qual é nosso objetivo. Temos dois campos bem diferentes: de um lado estão os sectários com seus métodos proselitistas, procurando penetrar no ambiente católico; de outro lado temos os próprios católicos mais ou menos facilmente vítimas desta propaganda sectária. A quem nós queremos nos dirigir pastoralmente: aos propagadores da evocação e da reencarnação ou aos fiéis católicos vítimas deste assalto? Do objetivo dependerá nosso método. Se não definimos previamente e com clareza a meta, ou se pretendemos alcançar uns e outros, animados com a benévola atitude de compreensão, de abertura e de diálogo com relação aos agressores, teremos uma ação pastoral híbrida, que produzirá nos fautores do erro grande alegria (pois lhes deixamos abertas todas as portas e ainda abrimos outras) e nos católicos um estado de confusão, desorientação e perplexidade ainda maior.<sup>6</sup>

Tal afirmação encontra-se na introdução do seu livro, escrito na década de 80 e que, tal como aparece na obra, constitui-se num apanhado de anos de estudos e de escritos sobre essa religião. Nesse livro, em particular, podemos vislumbrar um pouco do seu longo e extenso trabalho, visto que muitos dos temas abordados nessas páginas – caridade, reencarnação, mediunidade, o erro espírita – foram também extensamente desenvolvidos por ele nos artigos da coluna católica do jornal “A Nação”, em 1952.

Nessa citação residem os motivos que levaram esse padre a escrever. Afinal, a doutrina de Kardec era vista como um “lobo em pele de cordeiro” e “o anzol com a isca apetitosa”, isto é, aparentava ser cristã, utilizava símbolos e pensamentos católicos, mas, no fundo, na sua intimidade, continha a perigosa mensagem espírita, que distorcia tudo e era um perigo para o fiel e menos atento católico.

Os dois motivos de frei Boaventura, naquela citação, correspondem, respectivamente, às idéias espíritas que se infiltravam no meio católico e que precisavam ser combatidas, e aos católicos desavisados, envolvidos por ela. Logo, muito mais do que apenas criticar o Espiritismo, a reencarnação e o contato com os mortos, todo esse trabalho empreendido pelo frei

Kloppenburg tinha como finalidade esclarecer os católicos e preservá-los do “erro” que o Espiritismo representava.

Isso fica ainda mais claro ao se ler um dos artigos que esse padre escreveu no ano de 1952, quando faz uma análise da situação em que o católico se encontrava, bem como os elementos culturais que o cercavam.

*Bondoso, pouco instruído, por tradição devoto aos Santos, por ignorância demasiado confiante em bentos e bentinhos a que chegam a atribuir poderes infalíveis e mágicos, confundindo os sacramentos da Igreja com figas, amuletos, talismãs e outros preservativos, crédulo e religioso, não habilitado a distinguir a verdade do erro, em parte também religiosamente abandonado por falta de clero, muitas vezes pobre e desamparado em suas doenças e misérias, enganado, ademais, por declarações hipócritas, promessas falazes e fachadas mentirosas, curioso, naturalmente propenso às manifestações maravilhosas, com imensa saudade de seus mortos, disposto a dar tudo para ajudar os falecidos e deles receber algum sinal – o nosso povo, em escala rapidamente ascendente foi e está sendo vítima da traiçoeira propaganda espírita.<sup>7</sup>*

Nesse trecho é possível perceber a idéia que Boaventura fazia do católico. Pouco instruído, por ignorância demasiado confiante em bentos e bentinhos, não habilitado a distinguir a verdade do erro, naturalmente propenso às manifestações maravilhosas e com imensa saudade de seus mortos. Nas entrelinhas dessa mensagem há muito a ser observado.

Este primeiro trecho, extraído dos escritos de Kloppenburg, é uma bela visão sociológica dos católicos de seu tempo. Sem dúvida, o perigo não estava em doutrinas religiosas diferentes, em filosofias diversas. Residia na forma de os fiéis católicos estarem vivendo a sua religião. Por causa das características acima mencionadas, o espiritismo era considerado responsável por aquele estado alarmante dos católicos.

O fiel católico, no dizer desse frei, estava propenso a se envolver com outras manifestações religiosas que não apenas a sua. Num país com características religiosas tão diversas como o Brasil, é compreensível que isso tenha acontecido. E, como Boaventura mesmo afirma, esse católico teria imensa saudade de seus mortos.

Como o Espiritismo lida com a mediunidade – o contato entre vivos e mortos – é certo dizer que, sob esse ponto de vista, muitos católicos poderiam vir a procurar centros espíritas, a fim de buscar algum conforto, alguma mensagem. Num outro artigo, Boaventura comenta que “o brasilei-

ro sente, mais do que os outros povos, a separação dos seus familiares arrebatados pela morte e tudo daria para comunicar-se com eles”.<sup>8</sup> Além disso, ele é naturalmente propenso às manifestações maravilhosas. Sendo assim, o fenômeno mediúnico também iria atrair muitos fiéis, curiosos para ver essas ocorrências.

Boaventura não acredita na mediunidade ao expor essas idéias. Fica nas entrelinhas, porém, o fato de o Espiritismo ter alguns ensinamentos, como o contato com os mortos, que atiçavam a curiosidade dos fiéis católicos pouco instruídos em matéria de fé. Por isso mesmo, eles eram mais propensos a cair na armadilha dos espíritas, os chamados “lobos em pele de cordeiro”, para nos utilizarmos de um termo do frei Kloppenburg.

Segundo ele, o católico é também incapaz de distinguir a verdade do erro. Logo, deixando-se envolver pela curiosidade e necessidade de conforto, ao adentrar uma casa espírita, ele logo cai nas artimanhas do Espiritismo, que se utiliza das idéias cristãs e católicas para, aparentemente, “fisgar” os mais desavisados e fazer com que caiam em sua armadilha – “o anzol com a isca apetitosa”.

É por isso, por exemplo, que lemos várias vezes Boaventura escrever que o católico corria o risco da apostasia<sup>9</sup> se adentrasse qualquer centro espírita, mesmo que só por curiosidade, ainda que não tivesse participado de uma sessão espírita. Apostasia significa a perda de fé. E para um católico poderia ser considerado algo muito grave. Afinal, perder a fé corresponderia a perder a sua identidade.

O grande perigo ocorria quando o católico se deixava envolver por outras práticas religiosas; aquele que usava talismãs, amuletos, que ia consultar os mortos e que achava tudo muito interessante.

Boaventura provavelmente pressentia o perigo desse tipo religioso, que misturava as religiões, pegando um pouco de cada uma. Mais do que o próprio Espiritismo, frei Kloppenburg criticava esse praticante, ao qual ele chamava de híbrido.

Surgiu assim o tipo religioso híbrido e monstruoso dos que na hora do recenseamento não sabem se são católicos de manhã e espíritas à tarde; dos que mandam sufragar seus mortos e vão evocá-los depois; dos que vão à mesa eucarística do Salvador e assistem à mesa dançante de Satanás; dos que se professam seguidores fiéis de Cristo e aceitam as elucubrações de

Allan Kardec ou da Linha de Umbanda; dos que, como católicos crêem na Santíssima Trindade e como espíritas negam, como católicos afirmam plenamente a divindade de Cristo e como espíritas não acreditam, como católicos crêem no inferno e como espíritas fogem dessa idéia; dos que sendo espíritas, se apresentam como padrinhos de batismo para jurar fidelidade à Igreja na qual não acreditam; dos que rezam a Santo Antônio e vão pedir “passes” ao “Pai de Santo”; dos que num dos nossos maiores jornais do Rio agradecem uma graça recebida por intermédio do Sagrado Coração de Jesus, da Imaculada Conceição e de Allan Kardec.<sup>10</sup>

Preocupado com a situação em que muitos dos católicos se encontravam, ele denunciava esse perigo e educava os seus fiéis por intermédio desses escritos. Na coluna de 20 de julho aparece uma séria advertência.

Mas o católico não só pode ser espírita: ele também não pode assistir às sessões espíritas. Mesmo que proteste não querer ser espírita, nem querer ter relação nenhuma com o demônio, nem assim o católico pode ir ao Centro. Nem mesmo por curiosidade, só para saber o que aí se faz, sem querer evocar morto algum. Pois a triste e múltipla experiência tem provado quão facilmente se deixam os homens iludir para o erro espírita por aquelas aparências prodigiosas. Quantas pessoas que começaram por ir ao Centro apenas por curiosidade, acabaram na apostasia! Isso prova, ir à sessão espírita, é expor-se ao perigo de perder a fé. A sessão espírita é a ocasião próxima para a apostasia! E quanto mais ignorante a pessoa for em coisas religiosas e quanto menos robusta for em matéria de nervos e em impressionabilidade, maior será o perigo!

Pode-se observar que, no intuito de educar os católicos, os perigos que os rodeavam eram mostrados nos artigos, ou seja, do que poderia acontecer enquanto estivessem no ambiente espírita. Seria uma forma de freio, uma advertência para deixar os católicos preocupados. A apostasia foi uma maneira que Boaventura Kloppenburg encontrou para doutrinar aquele tipo religioso que chamado por ele de híbrido, que gostava de assistir a uma missa e ir ao centro espírita, bem como qualquer católico mais desavisado. “O espiritismo está para o catolicismo como o frio para o quente, como o preto para o branco. Como não se pode ser frio e quente ao mesmo tempo, assim é impossível ser católico e espírita. Não dá. Confessar-se espírita é renegar a fé cristã. Entrar para o espiritismo é sair para a Igreja Católica”<sup>11</sup>.

Da mesma forma, existem outros artigos de sua autoria atentando contra o estratagema espírita, que consistia em usar idéias aparentemente católicas para, no fundo, pregar o pensamento de Kardec. Juntamente com a crítica ao católico tido como híbrido, havia a crítica às instituições espíritas que utilizavam uma miscelânea de elementos de outras religiões.

Por isso também Boaventura, em vários artigos, comentava que mesmo sendo bondoso, o católico era ainda ignorante em matéria de fé e se deixava facilmente envolver por outras religiões.

Ele via como uma obrigação informar os fiéis católicos; afinal, estava na condição de poder explicar o Espiritismo. Muitos dos seus adeptos faziam uma verdadeira mistura religiosa. Então, para defender a pureza doutrinária, frei Kloppenburg criticava muito a doutrina de Kardec.

Seria bem possível até que, se esse fato não ocorresse, isto é, se não houvesse tantos católicos se envolvendo com o Espiritismo, seus escritos talvez não tivessem sido feitos. Existem outras tantas religiões além da espírita, no Brasil. Mas por causa de o Espiritismo conter ensinamentos que rivalizavam com os ensinamentos católicos, contribuindo assim para a formação do católico tido como híbrido, tão combatido e temido por Boaventura, é que ela foi amplamente criticada. Tanto pode ser verdade este fato que outras religiões mediúnicas, como a Umbanda e o Candomblé, também foram alvo dos escritos desse padre da Ordem dos Franciscanos Menores. Em vários de seus artigos publicados no jornal “A Nação”, encontramos referências<sup>12</sup> a “baixo espiritismo”, denominação criada para designar a Umbanda e o Candomblé, criando, assim, uma confusão que perdura até nossos dias.

Lendo mais atentamente os artigos desse frei, percebemos que há muito mais críticas no que ele escreveu, mas que é necessário lançar um olhar bastante minucioso, a fim de se descobrir todos os detalhes de seu trabalho. Por exemplo, num dos seus artigos de 13 de agosto de 1952, intitulado *O Espiritismo: Lobo em pele de Ovelha*, nós encontramos excelente material para estudo. Em determinado momento dessa coluna, assim escreve Boaventura: “(...) sendo o Brasil um país tradicionalmente católico, está visto que os espíritas, de acordo com o estratagema indicado por Allan Kardec, se apresentam como católicos e cristãos”.

Como os praticantes católicos estavam, na visão do frei, desvirtuan-

do o catolicismo, termos como cristão e espiritismo não poderiam coexistir juntos.

Aqui já há uma outra vertente da crítica ao Espiritismo. Se, de um lado, existe o combate contra o Espiritismo, por ele estar colaborando com o tipo católico híbrido, por outro, existe a questão que incomodava na mesma proporção: o fato de os espíritas se intitularem cristãos. Inúmeros artigos apareceram no jornal “A Nação”, de 1952, versando sobre isso. Analisando a última frase do parágrafo anterior – de ser o Brasil um país tradicionalmente católico, isto é, ser um país cristão, e sendo Jesus Cristo o Mestre e também representante da Santíssima Trindade da Igreja, é notório que o termo cristianismo está profundamente vinculado ao Catolicismo.

Como aceitar uma doutrina que quer ser religião, fundada na segunda metade do século XIX por um pedagogo francês, mas que acredita em espíritos, na reencarnação e, ainda por cima, se diz cristã? É claro que, quando os estudiosos católicos começaram a procurar motivos de críticas ao Espiritismo, imediatamente procuraram observá-lo sob a sua ótica católica. Não encontrando o Cristianismo católico no Cristianismo espírita – para os espíritas, por exemplo, Deus e Cristo não são a mesma individualidade – logo viram nisso mais um motivo de perseguição e de crítica. Afinal, o Cristo só poderia ser aquele que ressuscitou, que pregava o batismo, a eucaristia, a santíssima trindade e outros dogmas caros ao Catolicismo, mas que não existem no Espiritismo. E um Cristianismo diferente deste não poderia ser correto. A religião criticada por Boaventura trazia um Cristo que se opunha ao Cristo católico. Precisava ser combatido.

É compreensível por que a reencarnação e a comunicabilidade com os mortos – preceitos que fazem parte do espiritismo – receberam tantas críticas. É que o cristianismo, no entender do frei e do catolicismo, não continha nenhum desses preceitos. Como então o espiritismo se intitulava cristão?! Imaginamos a preocupação de Boa Ventura ao escrever para os seus fiéis, com a confusão que muitos dos católicos poderiam fazer.

É por isso que vemos alguns artigos comparando os artigos de fé católicos com os da fé espírita, ou o que o Espiritismo pensava a respeito do céu e do inferno, da eucaristia, dos anjos e demônios, das penas eternas, da Virgem Maria e outros assuntos<sup>13</sup>.

Frei Kloppenburg procurou desmistificar a imagem cristã do espiri-

tismo. Com isso, colocava os pingos nos is, definia bem o que era espiritismo e o que era o catolicismo, no intuito das confusões terminarem e, em maior escala, com a esperança de que o católico híbrido deixasse de existir, pois este era o mais perigoso e que colocava em risco a própria integridade da Igreja Católica.

Ao escrever a respeito destes acontecimentos, o frei deixava também muito presente a sua constante preocupação para que os católicos praticassem o catolicismo como ele era, sem precisarem buscar outras religiões, sem necessidade de procurar em outros credos religiosos, complementos para o catolicismo.

De parte da autora Castorina São Thiago, podemos dizer que o mesmo acontecia. Ela tinha uma preocupação, perceptível através dos seus artigos, de procurar mostrar o espiritismo corretamente. Se ela não tinha o compromisso de alertar os seus adeptos sobre os perigos de outra religião, como frei Kloppenburg tinha, a preocupação dela não era menor do que a dele em esclarecer e mostrar a sua doutrina como ela deveria ser vista e presenciada.

Quando, no mês de junho de 1952, veio a lume, no jornal “A Nação”, a coluna intitulada “Réplica”, de autoria da escritora e poetisa Castorina Lobo de São Thiago, nem mesmo o observador mais atento poderia dar-se conta do que estaria ainda por vir. Muito mais do que o surgimento de uma terceira coluna religiosa naquele jornal (após a católica e a evangélica), esse artigo em especial marcou um momento. Finalmente passou-se a dar voz aos espíritas, permitindo que se manifestassem na imprensa, porque, de outro modo, apenas padres católicos, com destaque para Boaventura Kloppenburg, escreviam sobre o Espiritismo.

Dessa forma, tudo o que aparecia sobre essa religião era freqüentemente constituído de artigos com conteúdos negativos em forma de críticas, ataques, reprovações. Com esse primeiro artigo espírita, iniciou-se um período em que não mais o Espiritismo seria visto como ruim, nocivo e subversivo. Agora, a doutrina codificada por Allan Kardec 95 anos antes, ganhava defensores, que passaram a redigir artigos esclarecedores e bem pautados, mostrando o outro lado da moeda: o de que o Espiritismo, longe de ser uma heresia e uma fraude, era uma religião perfeitamente saudável, fundamentada na moral cristã, alicerçada numa filosofia redentora.

É compreensível, desse ponto de vista, que a maioria dos artigos de Castorina tenha sido sobre pontos que Boaventura criticou: a reencarnação e a comunicação com os espíritos. Mas tais defensores foram muito além. Procuraram mostrar a doutrina de uma forma clara, concisa e objetiva.

Além disso, a iniciativa marcou também um momento de grande erudição, de textos bem construídos e claros, pois Castorina era muito versátil. Em muitos de seus artigos ela acrescentava uma poesia no final, freqüentemente versando sobre o assunto abordado. Assim como Boaventura escrevia com esmero e dedicação, ela também deixava transparecer todo o seu vocabulário e o seu conhecimento doutrinário, pois era filha de pais espíritas.

Na época em que começou a escrever nos jornais para responder aos ataques da coluna católica, Castorina contava com mais de 65 anos de idade. Exerceu o magistério durante muitos anos de sua vida, principalmente em São Francisco do Sul, cidade na qual morou por muito tempo. Nascida em Laguna, em 28 de dezembro de 1884, Castorina havia tido, primeiramente, o desejo de fazer o curso de medicina na capital do Estado.

Em Florianópolis conheceu seu futuro esposo, Vicente Olavo de São Thiago, e com ele se mudou para São Francisco do Sul. Lá viveram muitos anos e tiveram filhos. Em 1941 Vicente faleceu, deixando-a viúva, estando os seus filhos já crescidos e encaminhados.

Não tendo mais as preocupações primárias de esposa e mãe, pôde se dedicar à poesia e à literatura, atividades que sempre a interessaram. A coluna espírita do jornal "A Nação", de Blumenau, não foi a primeira incursão da autora no cenário jornalístico, já havendo escrito em jornais de outras cidades, como Florianópolis e São Francisco do Sul<sup>14</sup>.

Na década de 50 vieram à luz suas primeiras obras: Rimas de Outono e Clarinadas, ambos livros de poesia, o que lhe valeu o ingresso na Academia Catarinense de Letras, no ano de 1958. O autor do prefácio de um de seus livros foi o professor Othon Gama D'Eça, que fora presidente da Academia durante muitos anos.

A família São Thiago, da cidade de São Francisco do Sul, havia aderido ao Espiritismo desde o século XIX. O cunhado de Castorina era Arnaldo Claro, outro escritor, tendo contribuído com ensaios e livros tanto em Santa Catarina como no Rio de Janeiro, cidade em que morou depois.

Arnaldo foi membro da Academia Catarinense de Letras e teve artigos publicados na Revista “*Reformador*”, importante órgão brasileiro de divulgação espírita.

Resumindo: vinha de uma família tradicionalmente espírita. Assim como o futuro bispo Boaventura Kloppenburg teve toda uma formação católica, Castorina teve uma excelente formação espírita e com condições para sobre ela escrever nos jornais. Para tanto, pesquisava, estudava e meditava, tal qual frei Kloppenburg. Ambos conheciam perfeitamente suas respectivas doutrinas, a ponto de separar o certo do errado e preparar artigos embasados. Mas igualmente gostavam de escrever pela própria atividade literária.

Em seu artigo “*Réplica*”, a autora não poupa comentários, e vai à carga em defesa do Espiritismo. Podemos perceber claramente o papel que ela conferiu a si mesma: como estava na condição de escrever e escrevia bem, utilizou-se da doutrina como uma bandeira a ser desfraldada.

Termos como “Religião do Futuro”, “A Revelação das Revelações” e “o Consolador Prometido” aparecem em seu argumento e representam a idéia que os espíritas faziam de sua doutrina. Para estes, o Espiritismo continha importantes conhecimentos, tanto científicos quanto filosóficos e religiosos. E era uma religião sem imagens, sem estátuas, sem velas, roupas especiais ou aparatos materiais.

E, de certa forma, respondendo às críticas de Boaventura Kloppenburg, ela afirma<sup>15</sup> que “(...) toda essa agressividade da Igreja romana contra ela vem provar o seu grande valor, porque se ela não fosse considerada um perigo para a estabilidade da igreja católica, não lhe dariam a importância que lhe dão, combatendo-a acirradamente por todos os processos”. Logo, se escreviam tanto, é porque ela incomodava.

“Tudo o que se disser ou escrever sobre Espiritismo é tempo perdido. Essa doutrina será a religião do futuro, que há de restabelecer a pureza e a simplicidade do Evangelho de Jesus, trazendo para a humanidade uma era de paz e felicidade”. Essa afirmação não deixa de dar uma alfinetada na Igreja Católica, pois nas entrelinhas desse artigo podemos perceber, segundo a autora, o Catolicismo deturpando muitos dos ensinamentos de Jesus.

“Filhinhos, amai-os uns aos outros, recomenda Jesus nos Santos Evangelhos. A Igreja amaldiçoa e excomunga aqueles que discordam de

seus métodos e dos seus postulados”. Castorina vinha acompanhando esse embate religioso da coluna católica contra o Espiritismo. A partir de então, nos meses subseqüentes, a poetisa irá desenvolver toda uma série de trabalhos espíritas, versando sobre diversos pontos doutrinários, principalmente aqueles em que as pessoas tinham mais dúvidas.

Ela passou a nomear o espaço da sua coluna no jornal de “Por que sou espírita” e ia estudando, pesquisando e trazendo assuntos relacionados, apresentando todos com muita objetividade. Talvez por sua idade, pela experiência de vida que tinha e também pela certeza da fé que professava, resolveu dar esse nome à sua coluna.

Por que sou espírita?

Porque o Messias Divino é o Modelo pelo qual me oriento e que procuro imitar para alcançar, um dia, a perfeição.

Jesus confabulou com os chamados mortos, como já tive ocasião de provar com o auxílio do Evangelho. Portanto, o espiritismo é uma doutrina essencialmente cristã.

As proibições de intercâmbio entre encarnados e desencarnados, anteriores ao Cristo de Deus, caducaram, como caducou o “olho por olho, dente por dente”. A explorada proibição da lei mosaica não teve outra finalidade, que a de evitar os abusos, invocando espíritos, com fins inconfessáveis e criminosos, como se fazia então.

Os mentores do espiritismo desaconselham e condenam expressamente a invocação de espíritos, para que sejam evitadas as mistificações. Só nas macumbas, impropriamente consideradas “baixo espiritismo”, se pratica a invocação de espíritos.

Dizemos impropriamente consideradas, porque o verdadeiro espiritismo não adota ritos, crucifixos, imagens, velas e exorcismos com incenso e outros defumadores, como é do uso nas macumbas e tudo isso acompanhado de monótona cantoria e rezas.

Mais acertadamente é possível classificar essas práticas de origens pagãs, de baixo espiritualismo, porque espiritualistas são todas as religiões que admitem ter, o homem, um espírito, que lhe anima o corpo e do qual se separa quando sobrevém a morte.

Nas sessões espíritas, em absoluto, não se invocam espíritos de qualquer categoria. Vêm aqueles que querem vir, e que têm permissão do guia

dos trabalhos para se manifestarem. Essa é a expressão da verdade.

Essa crença sublime tem me confortado e fortalecido para vencer os percalços da trajetória terrena, desenvolvendo em meu ser a verdadeira conformação com a Vontade Suprema.

Tenho sido, relativamente, feliz como se pode ser, aqui na Terra.

Tive um esposo exemplar e posso dizer, com a máxima gratidão a Deus, que os meus filhos, criados e educados na fé espírita, têm sabido honrar-me e dignificar sua Pátria.

Nada me falta para cantar: sou feliz.<sup>16</sup>

Nesse artigo, em particular, a autora parece abrir o seu coração, explicando os motivos do fato de ser espírita. Concomitantemente, procurou dar validade à comunicabilidade dos espíritos, explicando as diferenças entre as sessões espíritas e outras em que se invocam os seres do além. Da mesma forma, critica as reiteradas proibições da Igreja a respeito do contato com os mortos, mostrando que estavam ultrapassadas. E no mesmo artigo, explica algumas diferenças entre o Espiritismo de Allan Kardec e a Umbanda, chamada de “baixo espiritismo”. Ela encerra esses seus escritos discorrendo sobre as forças que a doutrina proporcionava para ela, mesmo após ter perdido o esposo, ou seja, procurando apontar um caráter consolador para a Doutrina dos Espíritos. Como a comunicação com os espíritos sempre constituiu ponto de dúvida e motivo para curiosidade, fica claro que a escolha deste assunto não foi gratuita. Assim, ela estaria esclarecendo os seus leitores e interessados para aprofundarem conhecimentos, ao mesmo tempo em que estava respondendo à coluna católica.

O interesse que moveu Castorina para escrever foi provavelmente o mesmo que moveu frei Kloppenburg: mostrar a religião como ela era, como deveria ser vivida.

Em seguida, encerrava seu texto com uma poesia, como forma de expressar, em versos, todo o seu amor pela doutrina que seguia.

Eu sou feliz e nada mais desejo  
Daquilo que alcancei na vida  
Por vezes, tropecei perdendo o ensejo  
Dos louros conquistar nesta subida

São coisas que acontecem a toda gente  
Ao galgar os degraus duma alta escada  
E ninguém, por mais forte e sapiente,  
Realiza, sem tropeço, uma escalada

Mas, sou feliz, por ter vivido, assim,  
Sem fausto e sem vitória retumbante:  
Como flor, muito humilde, em seu jardim.

Sou feliz com a esperança de alcançar  
Nesses mundos etéreos cintilantes,  
Da longa caminhada descansar.<sup>17</sup>

De outras vezes, falava a respeito da importância das religiões e que cada um deveria buscar alguma que lhe respondesse aos anseios, bem como segui-la e vivenciá-la, mas não somente por meio de palavras, e sim de atitudes, de boas ações e de um comportamento íntegro.

“(…) Não é a religião que professamos o passaporte para o reino da paz e da felicidade.

O que nos eleva para Deus é o sentimento do bem e dos nossos semelhantes. O amor é a alavanca poderosa que rege o universo. Deus é Amor e depôs no coração de cada uma das suas criaturas uma pequenina centelha desse grande e divino sentimento, para que se atraíam umas para as outras e se congreguem na apoteose sublime da redenção.

Todas as religiões têm um fundo moral e elevado e cada uma delas possui o roteiro da longa jornada do progresso.

Alcançar a meta depende de nós, da nossa sinceridade, do nosso esforço e da nossa capacidade de assimilar.”<sup>18</sup>

Castorina, inicialmente, estaria falando da necessidade de se ter bons sentimentos, de não seguir uma religião apenas por seguir. Provavelmente quis passar uma mensagem de que todas elas são boas. No decorrer desse mesmo artigo, a poetisa dá a entender que o Espiritismo teria uma vantagem sobre as demais.

“(…) Mas o Espiritismo, na fé da verdade, tem duas grandes vantagens sobre todas as outras. É uma crença mais consoladora e exige a fé raciocinada, isto é, o conhecimento do que e do porquê das verdades ensi-

nadas, para que os seus adeptos possam alcançar uma convicção inabalável nos princípios e conceitos da doutrina<sup>19</sup>”. A autora foi expondo suas convicções abertamente, falando da importância da Doutrina Espírita em sua vida e do seu caráter lógico, que vinha ao encontro do bom senso. Ao fazer isso, mostrava que o Espiritismo, longe de ser uma utopia, algo perigoso, era, sim consolador, para quem quer que o professasse.

Ela nunca perdia a oportunidade de esclarecer, e quase sempre aparecem, nos seus artigos, exemplos pessoais, ou seja, a forma como ela via a Doutrina dos Espíritos. Discorria sobre a mediunidade com bastante propriedade e naturalidade, sem aqueles receios e termos muitas vezes ofensivos que eram emitidos pela coluna católica.

Seguindo essa linha, há um artigo<sup>20</sup> de sua autoria e muito rico nesse sentido. Castorina o inicia falando de suas percepções pessoais a respeito da vida e do Espiritismo, ressaltando a importância da mediunidade.

Depois de estudar outros credos meu coração ficou vazio e o espírito angustiado pela perspectiva do futuro que me aguardava, ao transpor os umbrais da eternidade.

Hoje, vivo confiante e satisfeita com a certeza do meu destino e com a esperança confortadora de rever os meus caros, que me precederam na vida espiritual.

E como adquiri essa convicção?

Pela manifestação dos que voltam para dizer-nos que não morreram, mas simplesmente, deixaram a veste grosseira da carne para viver a verdadeira vida do espírito, que é eterno.

A lagarta, que se arrastava no pó da Terra, fez a sua metamorfose e agora, qual borboleta inquieta, pode cindir o azul do firmamento nas manhãs resplandecentes de sol.

Assim como aconteceu com a crítica de Boaventura Kloppenburg, em que foi possível levantar várias direções no seu pensamento, o mesmo se dá com os artigos da poetisa catarinense.

Vemos, então, o seguinte: num primeiro momento, com o seu artigo Réplica, ela se dirige nominalmente à coluna católica do jornal “A Nação”, enfatizando que todos aqueles ataques e críticas serviam apenas de propaganda para o Espiritismo. Esse artigo serviu de introdução para o que viria em seguida - diversos escritos que continham principalmente argumenta-

ções, visando mostrar o outro lado da moeda, isto é, assuntos, que antes eram abominados pelo Catolicismo, agora eram mostrados como naturais, normais e significativos para a vida das pessoas, como aconteceu com a reencarnação e a comunicabilidade com os mortos.<sup>21</sup>

Garantido o espaço no jornal, a autora aproveitou e começou a mostrar a doutrina como cristã, consoladora e que trazia respostas para a vida das pessoas, bem diferente da visão do Espiritismo defendida por Boaventura. Em muitos dos seus trabalhos, expõe exemplos de sua própria vida, mostrando como a doutrina a havia auxiliado. Em outros momentos, chega a citar vários autores, entre cientistas e filósofos, além de autoridades médicas<sup>22</sup> e religiosas, para comprovar o Espiritismo. Por fim, procura sempre explicar a respeito de Jesus Cristo e passagens da sua vida, e também dando a explicação espírita para alguns dogmas católicos, como a ressurreição<sup>23</sup> e o batismo<sup>24</sup> e até mesmo sobre a natureza divina de Deus.<sup>25</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguém poderá dizer que tais artigos serviram de munição entre essas duas religiões, em que cada uma tentava se impor sobre a outra. É bem possível que em determinado ponto isso tenha acontecido. Mas a questão é muito mais complexa.

Os dois autores queriam defender uma visão de mundo, aquilo em que eles acreditavam e seguiam. Através das pesquisas realizadas no Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” e da coleta do material, foi possível chegar até esta idéia, a da visão de mundo. Foi por este motivo que escolhemos o título “Duas religiões antagônicas, uma visão de mundo”. Com isto demonstramos, que apesar de o catolicismo e o espiritismo serem diferentes em muitos aspectos (a ressurreição para os católicos e a reencarnação para os espíritas, por exemplo), eles tinham interesses em comum. Os interlocutores frei Boaventura Kloppenburg e Castorina São Thiago, representantes destas religiões nas colunas do jornal “A Nação”, foram parecidos na forma de expor sua religião para os seus respectivos seguidores, com o intuito de esclarecer e de alertar, defender e propagar aquilo em que eles acreditavam. Por causa disto, foi escolhido este título.

Para Boaventura, o espiritismo talvez representasse um risco à maneira de ver e encarar o mundo para os católicos. E para Castorina, os

artigos da coluna católica talvez afrontassem a maneira como ela concebia o mundo, através da sua religião e por conseguinte os demais seguidores da doutrina espírita.

Era a manutenção daquilo que eles viviam e seguiam que estava em jogo.

Aqueles que se propõem a estudar os trabalhos de Boaventura Kloppenburg e de Castorina Lobo de São Thiago devem olhar esses escritos para além de uma crítica ou uma defesa. Vê-los como um sinal de alerta. Eles procuraram fazer as pessoas refletirem sobre suas religiões e não permitir que viessem a acontecer desvios nos ensinamentos de suas respectivas doutrinas.

### NOTAS DE FIM

2 ALTENBURG, L.C.S.T.M. O debate acerca do espiritismo na imprensa em 1952. In: **Blumenau em Cadernos**, n.7/8, julho/agosto de 2004, p. 75-86.

3 KLOPPENBURG, B. Artigos publicados na coluna católica entre os dias 19 e 28 de junho de 1952. **Jornal A Nação**. Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.

4 Allan Kardec (1804-1869) foi o codificador do espiritismo. Foi ele o responsável pela organização e publicação das principais obras espíritas, a saber: o Livro dos Espíritos (1857); o Livro dos Médiuns (1861), o Evangelho segundo o Espiritismo (1864), o Céu e Inferno (1865) e a Gênese (1868).

5 SÃO THIAGO, C. L. Coluna espírita do dia 6 de agosto de 1952. **Jornal A Nação**. AHJFS.

6 KLOPPENBURG, B. **Espiritismo**: orientação para católicos. SP: Edições Loyola, 1986, p. 9.

7 KLOPPENBURG, B. Confusão. **Jornal A Nação**. Dia 14 de setembro de 1952. AHJFS.

8 KLOPPENBURG, B. O Espiritismo – e cada um de nós. **Jornal A Nação**. Dia 22 de julho de 1952. AHJFS.

9 Em alguns de seus artigos, ele cita a apostasia como consequência para aquele que entrasse em um centro espírita. No artigo *Espiritismo: Lobo em pele de ovelha*, de 14 de agosto de 1952, e também na coluna católica de 20 de julho de 1952, aparecem referências a esse termo. Todas essas colunas foram pesquisadas no AHJFS.

10 KLOPPENBURG, B. Confusão. **Jornal A Nação**. Dia 14 de setembro de 1952. AHJFS.

11 KLOPPENBURG, B. **Jornal A Nação**. Dia 20 de julho de 1952. AHJFS.

12 No livro que escreveu em 1986, *Espiritismo: Orientação para Católicos*, Boaventura Kloppenburg usa um capítulo inteiro apenas para falar dessas outras religiões mediúnicas. O que elas têm em comum com o Espiritismo codificado por Allan Kardec é o fato de ambas lidarem com a

mediunidade. No entanto, a Doutrina Espírita não faz uso de vestimentas especiais, danças, rituais, incensos ou batuques de qualquer tipo. E esses aparatos todos são freqüentemente encontrados em terreiros de Umbanda e tendas de Candomblé. No que se refere aos artigos de jornais pesquisados, temos o artigo *Mestre Allan Kardec*, de 17 de junho de 1952; *A Verdadeira Finalidade dos Centros Espíritas*, de 15 de agosto de 1952; e a sua continuação, de 19 de agosto.

13 KLOPPENBURG, B. Artigos católicos publicados entre os dias 19 e 28 de junho de 1952. *Jornal A Nação*. AHJFS.

14 NASCIMENTO, Cacilda Leal do. "Poetisa dos Versos Outonais". In: *Ô Catarina*. Publicação da Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. Setembro de 2001, n° 48, p. 12.

15 SÃO THIAGO, C. L. Réplica. *Jornal A Nação*. 20 de julho de 1952. AHJFS.

16 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 15 de agosto de 1952. AHJFS.

17 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 15 de agosto de 1952. AHJFS.

18 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 22 de agosto de 1952. AHJFS.

19 Na mesma coluna.

20 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 20 de agosto de 1952. AHJFS.

21 A respeito da mediunidade, existe uma coluna de 23 de agosto de 1952, na qual a autora cita passagens bíblicas que comprovam a comunicabilidade com os mortos. Já na de 26 de agosto, ela afirma que muitas descobertas da ciência se devem à mediunidade.

22 Na coluna espírita do dia 20 de agosto de 1952, ela cita um caso de materialização presenciado pelo médico Miguel Couto, que, segundo a autora, residia no Rio de Janeiro e era bastante conhecido. Na mesma coluna, ela cita cientistas e personalidades como Allan Kardec, Wallace e Camille Flamarion.

23 No artigo espírita de 2 de outubro de 1952, entre outros que já foram aqui analisados, existe toda uma explicação sobre a ressurreição sob a ótica do Espiritismo.

24 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 21 de setembro de 1952. AHJFS.

25 SÃO THIAGO, C.L. Por que sou espírita. *Jornal A Nação*. Dia 24 de setembro de 1952. AHJFS.

# Uma filha da floresta diante do trono real

von Branco<sup>1</sup>

Conto

**Um episódio da  
floresta brasileira**

Há 30 anos, vivia em uma colônia da floresta brasileira um comerciante que havia emigrado da Europa e era casado com uma filha dessa terra. Ele possuía na praça da cidade, construída no centro da floresta, uma “Casa de Venda”, em alemão chamada “Kramladen”. Em uma venda da floresta o comerciante tem que manter de tudo o que é imaginável do que o colono poderá precisar. As vendas muito poucas vezes são realizadas à vista, na maioria das vezes o colono traz mercadorias para troca, a saber, produtos da terra como milho, tabaco, feijão, raízes, cana de açúcar, sortimento de peles e outras coisas mais. E assim, também era aqui. Ao seu lado, para auxiliá-lo na venda e troca de produtos coloniais ele tinha um homem jovem chamado de caixeiro, o qual falava bem o português.

Tão simples possa aparecer a primeira vista tal atividade comerciária na floresta, tão variável ao mesmo tempo ela é.

Muitas vezes os produtos de padaria eram produzidos na própria casa, como o pão de milho, doces de araruta e outros.



<sup>1</sup> Fonte: Wille's Kalender für Brasilien. 1939, 264-278. Tradução Elke Tschersovsky

A dona de casa tem que cozinhar muss de laranja. Além disso, tem que ser feito o abate, a banha tem que ser fritada, o sabão cozido; enfim, a dona de casa de uma venda brasileira tem que ser incrivelmente versátil.

Na maioria das vezes, ainda se encontram anexados grandes explorações agrícolas. Nos pastos pastam gado bovino, cavalos e mulas. Os animais são tratados regularmente de 2 a 3 vezes com milho e cana de açúcar, as vacas têm que ser ordenhadas e o leite transformado em manteiga e queijo.

Nas plantações, chamadas de roças são os membros da família ou os assalariados que desempenham as funções de limpar e capinar. Há as batatas, mandioca e plantações de aipim a serem limpas, as canas do açúcar a serem cortadas, o milho a ser recolhido, vez ou outra também tem tayá e as plantações de favas.

O quintal está repleto de galinhas, as quais um colono chega a criar, às vezes, 50 a 100. Patos andam às dúzias por aí, e nos currais os gordos porcos ficam grunhindo. Assim, para a dona de casa e para o caixeiro existe trabalho em cima de trabalho para ser realizado. Muitas vezes, tarde da noite, sob a luz da lamparina ainda está se debulhando milho, salgando banha, armazenando o tabaco, entre outras coisas. O dono da casa, muito freqüentemente está fora tratando da negociação dos animais e também da compra de produtos coloniais; bem cedo de manhã ele sela o seu cavalo e poucas vezes se vê ele quando chega a noite. Tarde da noite muitas vezes ainda chegam hóspedes, entre os quais os chamados "Musterreiter", isto é viajantes a cavalo de uma empresa atacadista, e quando a dona de casa, cansada e quebrada de muito trabalho pensa em poder se deitar, começa de novo o assar e cozer.

Na mesa dos viajantes, entre compras e vendas, o diálogo com vivacidade é mantido através de dois idiomas. Aí é falado alemão e português misturados e quem não domina os dois idiomas dificilmente consegue entender-se em tal conversação. Numa noite de um dia desses os hóspedes estavam sentados à mesa de jantar, fumando. Um senhorio acabara de voltar e escutava-se ele desmontar do cavalo diante da porta da venda. Os assalariados foram chamados para levar o seu cavalo e tirar o arreio; pouco tempo depois o comerciante, em sua "pala" e com curtas botas brasileiras com grandes esporas, entrava na venda. Com um sonoro "Boa noite senho-

res”, dirigiu-se até a mesa dos hóspedes e cumprimentou os viajantes, os quais a maioria já conhecia. Logo uma conversa animada estava em curso; pedia-se vinho tinto - o vinho tinto brasileiro - e as novidades da capital do país eram trazidos à tona. Fernandes, o viajante da capital, sugeriu oportunamente para o comerciante uma pausa na conversa, que como era de praxe em todas as vendas da selva, também era o hospedeiro.

- Senhor Ernesto, que idade verdadeiramente tem a sua filha mais velha, Gertrudes?

- Ela no final do ano vai completar 15 anos, respondeu o Senhorio: Ela tem que ajudar muito na casa e no quintal, como também no comércio; complementou ele ainda sorrindo.

- Eu percebi - prosseguiu um outro viajante - como seus filhos, principalmente a Gertrudes, servem os fregueses e manejam tudo com esperteza e desembaraço. Eles devem ter um excelente professor em casa, pois caso contrário não seria possível fazer as intrincadas contas e trocos tão rapidamente.

- Meus filhos - dizia agora novamente, em contrapartida do diálogo o comerciante - também têm talento musical e recebem aula de órgão, violino e cítara em casa, do professor Senhor Maia.

- Infelizmente, meus senhores, ele por alguns dias foi cavalgar para longe, senão eu o apresentaria para vocês com muito prazer.

Um dos viajantes, que já conhecia o professor, mencionou que ele possuía uma excelente habilitação para o ensino, porém infelizmente também uma grande fraqueza de caráter. Fora isso ele seria um dos mais competentes homens de ensino em todo o distrito da colônia.

- Sim, isto é a realidade, confirmou o comerciante, e somente esse grave erro o impede de assumir um cargo de direção em nosso ambiente escolar. Acreditem-me, senhores, continuava ele, quando o recebi aqui e fiz dele o professor particular dos meus filhos, ele se encontrava numa condição lamentável para a qual a sua grande fraqueza acabou levando.

Naquela época foi um risco para mim e eu tenho consciência disto, mas hoje eu me alegro ter feito o que fiz, por causa dele, pois decorrente da pressão moral sob a qual ele esteve aqui em minha casa, ele conseguiu devagar deixar este vício. Nesse ínterim já lhe foram ofertados melhores colocações, mas o seu agradecimento e dedicação comigo é tão grande, que

por ele mesmo, pela grande afetividade que se desenvolveu entre ele e meus filhos, nunca, mesmo por um momento, viria à sua mente abandonar a minha casa. Além disso também ele não teria nenhum motivo para tal, pois aqui ele é respeitado e tratado como qualquer membro da família.

Mas também, pela vontade de meus filhos fico contente que tem dado tão certo, pois eles, decorrente do extraordinário talento de nosso senhor Maia para educação, são os que receberam o melhor ensino e educação da região.

Assim terminou o seu discurso com orgulho o nosso anfitrião.

Porém, Fernando, pensativo após uma pausa, disse:

- Eu tenho ótimos contatos na capital do país. Senhor Ernesto, pela nossa velha amizade, eu vou me dar ao trabalho de conseguir numa casa da alta sociedade um emprego para a sua Gertrudes, tão logo ela tenha ficado um pouco mais velha. O que o senhor acha disso?

Sorrindo, manifestou-se o comerciante:

- Vamos perguntar isso a ela, pessoalmente?

E mandou chamar a sua filha mais velha dos aposentos ao lado.

Gertrudes para os seus recém 15 anos era uma mocinha bem desenvolvida. Em sua graciosidade juvenil, com desembaraço chegou-se até a mesa dos hóspedes e deu a todos a mão, como em geral lá era moda.

- O que achas, começou o pai, olhando sorridente para o seu rosto. O senhor Fernandes, nosso bom amigo – tu já o conheces há mais tempo - gostaria de te arrumar um ótimo emprego numa fina casa no Rio. Tu terias vontade para isso?.

- O que eu vou dizer a respeito, pai? Agora ainda sou muito jovem e mais tarde, em alguns anos, o nosso senhor Fernandes já há tempo deve ter-se esquecido - saiu meio surpreso e meio ansioso dos lábios de Gertrudes.

Fernandes ergueu-se impulsivamente de sua cadeira, protestando contra tal colocação e caminhando como um cavalheiro até a filha da casa, ofereceu-lhe a sua mão e lhe disse:

- Minha palavra como garantia, dona Gertrudes, eu não vou esquecê-la.

O dono da casa, sorrindo, juntamente com os outros hóspedes olhavam para essa cena. Havia ficado tarde. A lua cheia aparecia por cima das montanhas da floresta. Logo em seguida, todos foram descansar e o silêncio começou a reinar na venda da floresta

### Uma carta traz inquietação e ansiedade para dentro de casa

Anos se passaram. Gertrudes, nesse ínterim, havia se transformado em uma jovem moça e também já havia manifestado que ela gostaria, igual a outras moças, aceitar um emprego na cidade. Entretanto, os pais não queriam permitir tal fato devido aos perigos aos quais uma jovem estaria sujeita na cidade grande. As irmãs de Gertrudes também haviam crescido e ajudavam com afinco na propriedade do pai em constante amplificação. Na promessa do senhor Fernandes não se pensava mais. Eis que um dia uma carta do mesmo apareceu, diretamente do Rio.

O amigo da casa desculpava-se muito por não ter escrito há tanto tempo, entretanto, ele por um longo período estivera ocupado distante da capital, e também durante todo esse tempo passado também não obtivera conhecimento de nenhum emprego que fosse realmente sólido e servisse para dona Gertrudes.

A oferta excelente que estava sendo feita na carta, não deveria ser recusada sem mais nem menos.

A notícia abateu-se como uma bomba na paz da casa. O pai andava de um lado para o outro, ponderando e às vezes pensativo. A mãe defendia-se receosa e com determinação, pois ela nunca havia tomado a sério a promessa do senhor Fernandes, e mesmo que fosse o velho amigo da casa que houvesse escrito aquilo, a que perigos a sua filha Gertrudes estaria sujeita! Ela mesma, porém, através da notícia estava em chamas. Gertrudes não era mais a mesma filha obediente da casa, satisfeita com facilidade, como antes, todo o tempo silenciosa e resignada.

Ela pedia, adulava, até ficava amuada, primeiro contra o pai, do qual ela sabia que não era tão contra. E quando esta batalha havia sido vencida, ela fez o mesmo jogo com a mãe.

Muitas conversas aconteceram entre o casal: O que está acontecendo com a nossa criança? Gertrudes está completamente mudada...! Finalmente, quase que forçado, o casal entrou em um acordo. O senhor Ernesto pôde comunicar à sua filha que ele conseguira angariar a mãe para o plano da viagem ... Mais uma semana Gertrudes deveria ficar, para colocar em ordem a sua roupa e outras coisas mais, daí então a viagem iria ser realizada.

Com entusiástica alegria, a jovem moça jogou-se no pescoço do pai. Nos pensamentos dele, porém, a alegria não era a mesma.

A semana antes da partida passou num vôo e a mãe se debulhava em preocupações. A jovem moça recebeu muitas recomendações ainda antecipadamente. E numa bela quarta feira de manhã a carroça com uma parelha de 4, com a qual o pai sempre ia até a Vila, estava diante da porta. Ainda teve várias manifestações de pesar sobre a separação e uma despedida saudososa por parte da mãe e das irmãs, e então a parelha de cavalos partiu, a qual, o próprio pai dirigia, seguindo rumo a uma manhã de sol.

### A viagem de Gertrudes para o Rio de Janeiro

Ainda teve muita agitação na Vila, pois a Gertrudes, para que ela não estivesse sujeita a qualquer eventualidade como uma moça sem qualquer experiência, iria para viajar em companhia de um casal, cujo destino também era o Rio.

O senhor Ernesto ficou até tarde na Vila a fim de despachar a mala para a cidade portuária e assistir a partida de sua filha.

A despedida de seu pai, por quem ela tinha um sentimento maior, foi calmo, mas amoroso. Mais um aceno e o trem seguia viagem, e o senhor Ernesto também seguia com a carroça a viagem de retorno até a sua residência.

Na casa comercial do senhor Ernesto, tudo continuou no mesmo ritmo; o serviço da Gertrudes agora era feito pela segunda filha mais velha, dona Olga. A terceira filha, de nome Martha, da qual ainda vamos ouvir falar muito, por se tratar principalmente dela de fato, também já se encontrava em fase de crescimento e estava agora com a mesma idade de quando naquela noite importante o senhor Fernandes lhe fizera aquela promessa. Nas primeiras seis semanas, Gertrudes só havia escrito uma vez...Era somente um cartão com uma descrição rápida da viagem, e que através do freteiro e empregado da venda, também chamado de mensalista, adentrou na casa trazido da Vila.

Então, finalmente, apareceu a tão esperada correspondência mais detalhada. Nesta, Gertrudes expressava a sua grande satisfação com referência ao emprego, o qual o “tio Fernandes”, como ele já estava sendo chamado durante algum tempo na casa do senhor Ernesto, havia conseguido.

Ela tinha somente o lugar de uma criada, mas junto de uma família da alta sociedade, e recebia, comparado com as condições da colônia, um sa-

lário incrivelmente alto, sobre cujo valor, na casa, ficaram muito admirados.

Ainda na mesma semana, seguia uma carta do pai para o Rio expressando a sua satisfação, que todos os membros familiares estavam com saúde; além disso, a mesma continha recomendações paternas de, em todos os momentos, comportar-se da melhor forma possível, para assim, ser sempre orgulho dos pais...

Uma troca constante de correspondência desenvolveu-se então, e em casa estava-se, principalmente a mãe, muito contente, que a sua filha tenha se dado tão bem, pois em uma das cartas a mesma havia comunicado que ela podia sair muito raramente, e ainda assim, somente em companhia da família.

### **Uma nova carta e novas inquietações.**

Assim, passou-se novamente um ano e meio. Aí, um belo dia uma carta de Gertrudes entrou voando, na qual comunicava que tinha conhecimento de um ótimo emprego para a sua irmã mais nova, Martha, e estava perguntando se os pais não autorizariam que essa viesse para o Rio.

Novamente se formaram dias de inquietação e insegurança para os pais na casa, somente com uma diferença, que Martha não procurava se impor com teimosia no assunto em questão, e que era de seu interesse, mas, aguardava pacientemente a decisão dos pais.

Gertrudes, a irmã, havia escrito que os pais não precisariam ter nenhum temor, pois a referida família seria igualmente de boa posição e honrada igual ao seu próprio senhorio.

No entanto - assim refletiam os pais em casa - também poderia alguma vez dar errado, também Gertrudes poderia eventualmente se enganar com respeito à maneira de ser correto e sobre a moralidade de pessoas importantes. Pois a virtude hoje em dia não se encontra mais em todos os lugares, e para os jovens facilmente poderia se representar um outro papel.

### **Também Martha deixa a casa materna no cantinho da Floresta.**

Após uma longa troca de cartas e mediante coleta de informações, nesse ínterim, havia chegado o momento em que também para Martha o carro de mola estivesse em frente à porta, só com uma diferença desta vez:

É que o senhor Fernandes, o qual por coincidência havia chegado dois dias atrás, era a pessoa em cuja companhia Martha deveria viajar. Porém aos pais chamou a atenção de como lacônico e reservado o seu amigo da casa com referência ao emprego de Martha se encontrava. Ele parecia estar escondendo alguma coisa e prometeu observar atentamente o desenvolvimento das coisas.

Já depois de três semanas após a viagem, apareceu uma carta detalhada da filha mais nova, na qual ela expressava a sua satisfação sobre as condições encontradas.

A juventude facilmente se deixa levar pela aparência, e principalmente ficam entusiasmados diante de apresentações de elegância e riqueza. Mas cartas após cartas, o tom e a atmosfera ficavam cada vez mais opressivas e logo começaram a conter uma série de amargas reclamações. Gertrudes já tinha conversado diversas vezes com Martha, e também ela, em suas cartas, não se encontrava mais tão segura com referência às condições que a sua irmã havia encontrado em seu emprego.

Em casa os pais viviam muito preocupados com Martha e se faziam censuras um contra o outro sobre eles terem consentido com a partida de sua filha mais jovem. Somente dona Olga, a segunda mais velha, ou a filha do meio do senhor Ernesto continuava em silêncio e sem descanso, a cumprir as suas obrigações caseiras que ela tinha absorvido após a partida de suas irmãs. Dona Olga possuía mais uma mentalidade introspectiva. Com talento para virtudes caseiras, apresentava ter uma visão sensível na primavera de sua idade, e de forma alguma não possuía interesse para viagens e mudanças, e por dinheiro nenhum teria abandonado os seus pais que já estavam envelhecendo.

### Uma mudança inesperada

Enquanto que em casa os pais estavam apreensivos, as circunstâncias no Rio de Janeiro tomavam um rumo inesperado.

Gertrudes um dia desses se encontrava num dos balcões da casa do seu senhorio molhando as flores, quando em baixo, diante do portão parou um carro; dele desceu a sua irmã Martha, pôde constatar com surpresa.

Ela pressentiu imediatamente que algo deveria ter acontecido. E assim também o foi.

Chorando e com a respiração ofegante, Martha jogou-se no pescoço da irmã, confessando-lhe que ela tinha abandonado o seu emprego - por causa de maus tratos. Gertrudes teve que conversar bastante e acalmá-la, até que ela conseguiu ficar a par de tudo. Eram muitos detalhes estranhos, e ainda permanecia a questão se também muitas coisas não poderiam ter sido ocasionadas devido à pouca experiência e à falta de adaptação de Martha.

Todavia aconteceu, e mesmo que a experiente Gertrudes balançasse a cabeça diante dos vários relatórios que a irmã fazia, estava-se diante de uma situação irreversível do desemprego.

Enquanto ainda as irmãs procuravam uma saída, apareceu a senhora da casa perguntando sobre o que se tratava, e quem seria a estranha. Foi quando ambas encontraram de repente uma inesperada aliada. Em curto espaço, tudo estava resolvido a contento. As duas jovens se encontravam no céu, pois Martha poderia ficar na casa do senhorio de Gertrudes até que o esposo da dama lhe pudesse arranjar uma nova, porém boa colocação. E essa promessa foi cumprida integralmente.

### Para a Europa

Nem bem duas semanas passaram para as irmãs, encantadas pela possibilidade do inesperado convívio, quando, inesperadamente, surgiu um emprego como babá junto a uma família amiga de uma delegação de um adido.

As mais maravilhosas oportunidades abriram-se agora para Martha, pois uma viagem para a Europa estava diante dela, e era a intenção levar a irmã de Gertrudes para cuidar das crianças.

Assim se dissolveu tudo em puro encanto - somente uma ressalva ainda estava em questão: A autorização dos pais... Em casa, pai e mãe iriam entender e permitir que sua criança fosse para uma terra estranha além do oceano?

Novamente aí foi o amigo da família, senhor Fernandes, que conseguiu colocar nos eixos essa delicada situação, depois que ele colheu informações e teve uma conversa com os novos patrões de Martha.

Aquém da esperança, a resposta e a autorização vieram rapidamente de casa. Conseguir que a mãe cedesse causou bastante transtorno. Mas,

agora, a autorização dentro da lei estava aí e algumas felizes cartas cheias de expectativa e ansiedade concernentes à viagem chegaram até a casa dos pais, na picada silenciosa da floresta.

A nova dona da casa de Martha realmente era muito boa e ela não conseguia elogiar a mesma suficientemente em suas cartas que estava enviando para casa, o que tranquilizava os pais, principalmente a mãe. Então, veio ainda a última carta, bem no meio dos preparativos de viagem e cheia de planos para a viagem. Dia 15 do mês, finalmente seria a partida. Então o grande e luxuoso navio a vapor V..., com o qual os patrões queriam viajar, iria partir.

Quando essa correspondência alcançou a venda do senhor Ernesto, o prazo já havia se esgotado e Martha já deveria estar sobre as grandes águas... A Riviera era o próximo destino. O senhor Fernandes, que novamente havia se apresentado, tinha muita coisa para contar, pois que, no passado, quando moço, havia viajado como sócio de uma comissão brasileira de propaganda. Isto para os pais era um alento.

### Na Riviera

Passaram quase dois meses até que o carroceiro da Vila entregou ao senhor Ernesto uma carta com a caligrafia de Martha e com estranhos selos.

Tudo ocorreu a contento e continuava bem. A correspondência estava repleta de descrições entusiasmadas sobre a fantástica viagem de navio e a maravilhosa Riviera. O trabalho era fácil, as crianças de boa índole e os mais belos passeios ao longo da costa estavam na ordem do dia. No decorrer de um ano e meio, Martha passou de babá para ser a moça responsável pelas crianças, visto que uma servente lhe foi concedida para serviços secundários. Com a sua irmã continuava a manter uma troca incansável de cartas e, após mais alguns anos, pôde relatar que havia subido para o posto de governanta.

Martha, a criança da floresta, já falava agora 4 línguas: português, alemão, italiano e francês.

### Para a Dinamarca

Novamente, passaram-se alguns anos no eterno giro do tempo. Foi

quando Gertrudes, como também os pais já bastante envelhecidos, em seu recanto da floresta, receberam de Martha uma correspondência dizendo que ela estaria na iminência, juntamente com seus patrões de mudar-se para a Dinamarca, para onde o seu senhorio havia recebido a transferência do governo de sua pátria. Nesse ínterim, ela havia sido promovida para ser a governanta e dirigia a casa de seus patrões.

Isto foi muito, dito em poucas palavras em sua curta carta. Mas logo em seguida correspondências mais longas corriam, com alegres narrações sobre as novas circunstâncias e condições.

O clima nórdico aparentemente era favorável para esta criança da floresta brasileira, pois em nenhum momento houve menção sobre qualquer doença.

Martha se adaptou muito bem em Kopenhagen, e muitas vezes vinham cartas com narrações alegres sobre o trânsito, usos e costumes da Dinamarca. Mas uma das cartas, dentre as muitas e interessantes descrições de viagem que os pais haviam recebido de sua filha e que desencadeou admiração neles, foi a mais notável...

Martha, a criança da floresta, novamente havia sido promovida a dama de companhia e comandava todo o lar de seu senhorio, e que, eram muito mais amigos do que patrões.

Eles, como uma família de diplomatas brasileiros, não eram desconhecidos na corte dinamarquesa. E assim, queremos ressaltar da carta, o que ocorreu, e sobre o que a filha escrevia ao pai, o senhor Ernesto, de sua impressionante vivência, e que ficaria para sempre em sua lembrança:

### **Criança da Floresta diante do trono real.**

Oportunamente, diante de uma festividade na corte, a rainha manifestou o seu desejo, no decorrer de uma conversa com os representantes brasileiros, que queria conhecer os filhos dos mesmos, juntamente com a sua governanta, e cujo desejo, naturalmente, com a maior presteza deveria ser realizado. Martha, a brasileira e atual governanta, assim foi a escolhida para apresentar as crianças S. e M. do diplomata à rainha da Dinamarca.

Uma avalanche de sentimentos veio à tona e esta oportunidade deu à criança da floresta muita dor de cabeça. Um vestido para a corte, uma toailete teriam que ser adquiridos. Nas semanas anteriores, foi treinada a eti-

# Burocracia & Governo

Burocracia &  
Governo

**Lei No. 26 de Maio  
de 1905.<sup>1</sup>**

**Codigo de  
Posturas da  
Municipalidade de  
Blumenau.**

## TÍTULO I. Disposições Geraes.

### Capitulo I Das infracções e multas.

Art. 1. Todo acto contrario ás disposições d'este Codigo é reputado crime de infracção sujeito ás penas n'elle estabelecidas.

Art. 2. Toda imposição de multa importa na existencia de um auto, lavrado no proprio lugar, ou no lugar mais proximo no caso de impossibilidade absoluta, assignado pela autoridade, duas testemunhas e com declaração das que se recusarem assignal-o.

Art. 3. A pessoa que tendo presenciado(sic) a infracção recusar-se a assignar o auto como testemunha, sendo intimada pelo autoridade ou fiscal, incorrerá na pena de desobediência, na for-

---

<sup>1</sup> **Der Urwaldsbote.** Lei No. 26 de Maio de 1905: Codigo de Posturas da Municipalidade de Blumenau. Ano 12, junho. 1905. A publicação deste código de postura foi possível graças ao empenho do Sr. Niels Deeke, que possui em seu Acervo Particular a coleção completa do Jornal Der Urwaldsbote e nos cedeu cópia dos seus originais para esta edição. Transcrição: Elton Cardoso. Estagiário do Arquivo. Curso de História FURB.

ma da legislação em vigor.

Art. 4. Quando o infractor incidir mais de uma vez, no mesmo exercicio, em penas do mesmo artigo, haverrá (sic) reincidencia e a pena será dobrada.

Art. 5. Será equiparado ao infractor e com elle multado no mesmo artigo, aquelle que consentir em sua propriedade a infracção de posturas municipaes, os que auxiliarem em qualquer lugar a infracção e os que assistindo á infracção ou ao acto de multa se recusarem assignal-o como testemunha.

Art. 6. As multas por falta de pagamento de imposto não poderão ser pagas sem o respectivo imposto e vice-versa.

Art. 7. Sempre que as multas não forem pagas immediatamente serão os objectos, que deram lugar a infracção, quando os haja, apprehendidos até o completo pagamento.

Art. 8. Na falta do pagamento amigavel das multas serão ellas equiparadas ás dos casos de reincidencia.

Art. 9. Os animaes, materiaes ou outros quaesquer objectos apprehendidos em virtude da infracção de posturas, só serão restituídos depois de paga a multa e despezas feitas com a sua apprehensão, transporte, conservação e manutenção.

Art. 10. As penas de infracção de posturas não eximem o infractor de outra em que incorrer em vista da legislação em vigor.

Art. 11. As multas poderão, na falta ou impossibilidade de pagamento ser, por sentença de autoridade competente, convertidas em prisão proporcionalmente ao valor do dia de serviço do condemnado ou pagas por meio de trabalho em serviço municipal.

Art. 12. A acção de infracção, incidindo em mais de um artigo a pena será correspondente a cada um d'elles.

Art. 13. Todas as multas tem recurso de 8 dias para o Superintendente e de 15 dias para o Conselho, á contar do despacho do mesmo Superintendente, comtanto que seja logo entregue a importância da multa a quem a impuzer.

Art. 14. As penas terão sempre dous grãos: maximo e minimo, não po-

dendo ser este menos de dous terço do maximo.

Art. 15. As communições ás autoridades municipaes podem ser verbaes.

Art. 16. A apprehensão será feita pelo Superintendente, pelos fiscaes e guardas ou pelos inspectores de caminho, quando para isto tenham ordem sem outra formalidade mais, que a entrega ao dono de um documento assignado pelo apprehensor, declarando a qualidade do objecto, numero, data, motivo da apprehensão e nome do depositario quando o haja.

Art. 17. 48 horas depois do aviso da apprehensão, não tendo sido o objecto resgatado, será posto em hasta publica, annunciada, pelo menos, com antecedencia de 8 dias, para do producto tirar a Superintendencia a importância da multa, imposto e mais despesas.

Art. 18. As intimações serão feitas por escripto ou perante duas testemunhas, devem citar o artigo da lei, em virtude da qual são feitas e dar um prazo regular para serem cumpridas.

Art. 19. No caso de falta da execução de qualquer serviço ou obras conforme a intimação, serão elles feitos pela municipalidade, por conta do intimado.

Art. 20. Qualquer membro dos ramos do Governo municipal, qualquer empregado municipal e inspectores de caminho, poderá impor multas na falta do Superintendente ou do fiscal.

Art. 21. A declaração escripta denunciando uma infração e assignada pelo queixoso e mais três testemunhas equivale a um auto de multa, se n'ella estiverem estipulados todos os termos exigidos no presente Codigo.

Art. 22. Os impostos lançados serão cobrados sem multa dentro do primeiro semestre do respectivo exercicio, emquanto não houver disposição em contrario em lei especial ou orçamento e os não lançados sempre antes do acto sobre o qual foi elle creado.

Art. 23. A aferição deverá ser feita dentro do primeiro trimestre de cada anno.

Art. 24. Todo negociante ambulante é considerado mascate ou pombeiro, segundo o genero em que negociar, exceptuando-se porem, 1. os que venderem generos da propria lavoura, 2. os caixeiros de casas de nego-

cio estabelecidas no Municipio e que comprarem por conta de seus amos.

Art. 25. Os negociantes ou industriaes ambulantes, de qualquer natureza, devem trazer comsigo o conhecimento de haver pago o respectivo imposto, sob pena de incorrerem em multa, como se não houvesse pago.

Art. 26. O infractor que não tiver residencia certa, será prezo até pagamento integral da multa e imposto, quando houver.

Art. 27. Os generos alimenticios adulterados, estragados ou susceptiveis de se estragarem não gozam do prazo das outras apprehensões e os que forem nocivos á saude publica não serão sob pretexto algum, restituídos.

Art. 28. A conservação das ruas nas povoações e na cidade será feita pela Superintendencia, ficando, porém o proprietario obrigado a limpar a frente de seus predios, vallos e jardins.

Art. 29. Não são considerados armas ou instrumentos que em razão ou profissão usar qualquer, quando em serviço ou se dirigindo para o trabalho.

Art. 30. Os pais, tutores ou amos respondem pelas infracções commetidas por menores.

Art. 31. As estradas ou caminhos que servirem á mais de seis morades são considerados publicos.

Art. 32. Os empregados municipaes, além da multa, serão obrigados á indemnisação pelo prejuiso pecuniario, que por ventura o seu proceder tenha dado a fazenda municipal.

## TITULO II. Hygiene publica.

### Capitulo II. Das infracções que prejudicam a prophylacia das molestias contagiosas.

Art. 33. Ter em casa, nas escolas, fabricas ou outros quaesquer estabelecimentos que dirigir, doentes de molestias reputadas contagiosas como

febre amarella, febre thyphica, febre puerperal, peste, cholera, variola, sarampão, escarlatina, diphteria, dysenteria, crysipela (sic), tuberculose, hydrophobia, trichinose, ophthalmia, coqueluche, e não participar a autoridade competente, multa de 10\$000 á 15\$000.

Art. 34. Dar, exportar, vender ou expor sem previa desinfecção objetos que tenham servido a doentes de molestia contagiosa, multa de 20\$ á 30\$000.

Art. 35. Lavar, sem previa desinfecção roupas de hospitaes ou de doente de molestia contagiosa, multa de 10\$ á 15\$000.

Art. 36. Occupar-se na venda de generos alimenticios estando doente de molestia contagiosa, multa de 40\$ á 50\$000.

Art. 37. Alugar sem desinfecção regular ou caiação casa ou commodo onde tenha fallecido ou morado doente de molestia contagiosa; multa de 40\$ á 50\$000.

### Capitulo III.

#### Das infracções que prejudicam a salubridade publica.

Art. 38. Estabelecer hotéis, casas de saude, hospitaes, lavanderias, fabricas ou outros quaesquer estabelecimentos possiveis de se tornarem insalubres, incommodos ou perigosos, sem consentimento da Superitendencia municipal, multa de 10-15\$000.

Art. 39. Consentir que entrem em poços individuos sem primeiro verificar se há gaz mephitico e sem que tenham uma corda atada ao tronco, cuja extremidade deixada fóra sirva para tiral-o em caso de accidente; multa de 10-15\$000.

Art. 40. Fornecer ao publico, sob qualquer pretexto e sem authorisação legal, substancias nocivas ou perigosas; multa de 30-50\$000.

Art. 41. Ter animaes mal cuidados, doentes, sem as necessarias precauções para que não se tornem um perigo publico; multa de 10-15\$000.

Art. 42. Curtir, salgar, seccar e expôr ao ar livre couros crús, dentro dos limites da cidade ou na proximidades das habitações; multa de 10\$000 á 15\$000. Fóra da cidade e das povoações os couros extendidos para seccar

devem achar-se, pelo menos, 10 metros distantes das margens de estradas e caminhos.

Art. 43. Estabelecer latrinas ou estrumeiras, regos de aguas servidas, sem encanamento regular impermeavel, covas, estanques ou depositos moveis a menos de 15 metros das ruas ou habitações e a menos de 30 de poços ou corregos, cujas aguas sejam aproveitadas para alimentação, multa de 10-15\$000.

Art. 44. Conservar em seus terrenos ou propriedade, dentro da cidade, em povoações aguas estagnadas ou de chuva em quaesquer vasilhas em que podem desenvolver-se as larvas de mosquitos, multa de 20-30\$000.

Art. 45. Estabelecer chiqueiros dentro da cidade e povoados sem que estejam nas condições hygienicas exigidas pela autoridade, multa de 10-15\$000.

Art. 46. Fazer despejo de aguas, detrictos, cisco, animaes mortos, fezes ou qualquer immundicia fóra dos lugares designados pela Superintendencia municipal; multa de 10-15\$000.

Art. 47. Conduzir cadaveres á sepultura em caixão aberto, multa de 10-15\$000.

Art. 48. Cavar sepulturas ou cova para enterramento de cadaveres, de qualquer natureza, com profundidade inferior a 1 metro e 85 centimetro; multa de 10-15\$000.

Art. 49. Fazer exumações ou escavar sepultares occupadas a menos de três annos, salvo os casos de investigações, legalmente autorisadas; multa de 20-30\$000.

Art. 50. Todo aquelle que sujar os poços, fontes ou ribeirões cujas aguas servem para o consumo, quer lançando n'ellas immundicias, quer tolhendo o seu curso livre, será multado em 10\$-15\$000.

Art. 51. Aquelle que deixar em seu terreno, dentro da cidade ou povoações, animaes mortos ou objectos em estado de putrefacção será multado em 10\$-15\$000 e obrigado a enterral-os sem demora sob pena de ser o enterro feito á sua custa.

Capitulo IV.

Das infracções que prejudicam a alimentação publica.

Art. 52. Matar, para expor á venda, gado suino, vaccum ou lanigero, cançado, doente ou suspeito de sel-o; multa de 35\$-50\$000.

Art. 53. Vender ou fornecer leite de animal, cujo estado de saude seja suspeito ou addicionar ao leite qualquer substancia nociva ou não, multa de 35\$-50\$000.

Art. 54. Empregar em preparados alimenticios, artigos de confeitaria, licores, xaropes e outras quaesquer bebidas, saes ou outras substancias nocivas, multa de 35\$-50\$000.

Art. 55. Vender ou expor á venda generos de qualquer natureza, que se destinem á alimentação publica ou a ser ingeridos, estando alterados ou sophysticados; multa de 35\$-50\$000.

Art. 56. Usar de vasilhas para guardar ou medir, torneiras ou boccaes, de chumbo, estanho, cobre, zinco, ferro e nickel, sem as necessarias precauções; multa de 25\$-30\$000.

Art. 57. Expôr á venda carne verde de animal abatido mais de 24 horas antes, multa de 25\$-30\$000.

Art. 58. Ao Superintendente cumpre visitar ou mandar visitar por emprego de sua confiança, mensalmente, as cocheiras e matadouros estabelecidos dentro do perimetro da cidade e havendo falta de asseio e hygiene, impôr aos seus proprietarios a multa de 10\$-20\$000.

**TITULO III.**  
**Ordem publica.**

Capitulo V.

Art. 59. Espantar animaes atrellados a carros ou de montaria; multa de 10\$-15\$000.

Art. 60. Estalar com chicotes de carro, dentro do perimetro da cidade e povoações ou nas estradas em logares onde pararem carros ou animaes encilhados; multa de 10\$-15\$000.

Art. 61. Queimar foguetes dentro da cidade e povoações ou nas estradas, logares onde pararem carros ou animaes encilhados, excepto mos casos de festas publicas, recepções officiaes, etc; multa de 10\$-15\$000.

Art. 62. Estender roupas a seccar ou corar, nas praças e ruas; multa de 6\$-9\$000.

Art. 63. Ter, sem estar em pasto, curral ou cocheira, gado vaccum, muar, cavallar, suino ou lanigero, multa de 6\$-9\$000.

Art. 64. Ter ou depositar nas ruas ou estradas objectos que, pelo seu volume, ou natureza, encommodem ou possam constituir perigo para o transito publico; multa de 6\$-9\$000.

Art. 65. Armar andaimes nas ruas, praças e estradas, ou collocar n'ellas material de construcção ou de qualquer natureza, sem previa licença da Superintendencia; multa de 10\$-15\$000.

Art. 66. Abater rez ou outro animal de grande volume dentro dos limites da cidade e povoações sem ser açougues, multa de 10\$-15\$000.

Art. 67. Maltratar ou estafar qualquer animal; multa de 10\$15\$000.

Art. 68. Ter cães soltos dentro da cidade sem tel-os dado ao registro municipal ou sem açamo, multa de 10\$-9\$000.

Art. 69. Construir chaminé com altura insufficiente e que possa prejudicar á terceiros; multa de 10\$-15\$000.

Art. 70. Estragar ou mudar as cercas dos rumos, damnificar ou alterar os marcos que designam rumos ou kilometros; multa de 25\$-30\$000.

Art. 71. Impedir á visita das autoridades incumbidas de verificar o estado sanitario da habitação e dependencias, açougues, cocheiras, fabricas etc; multa de 25\$-30\$000.

Art. 72. Prohibir o transito á pé por seus terrenos a moradores ou proprietários de terras que não tenham outro caminho ainda que mais longo para chegar á estrada publica, fontes, povoações, etc; multa de 25\$-30\$000.

Art. 73. Atravancar, entranqueirar ou estreitar, seja com o que fôr, ruas, estradas, caminhos, pontes, boeiros, rios e ribeirões, ou embaraçar de qualquer modo o livre transito e a navegação; multa de 25\$-30\$000.

Capitulo VI.

Das infracções que prejudicam a tranquillidade publica.

Art. 74. Apitar ou dar outro qualquer signal, sem motivo justo que possa alarmar a força publica, multa de 10\$-15\$000.

Art. 75. Fazer bulha, vozeira, dar gritos nas ruas, praças, estradas, casas publicas e particulares, de modo a perturbar o socego publico; multa de 10\$-15\$000.

Art. 76. Vender bebidas alcoolicas á ebrios, vagabundos e desordeiros; multa de 10\$-15\$000.

Art. 77. Perturbar ou impedir a celebração de officios e ceremonias de qualquer religião; multa de 10\$-15\$000.

Art. 78. Ter qualquer animal domestico ou não, sem as precauções necessarias para que elle não seja encommodo a outra pessoa ou perigoso ao publico; multa de 10\$-15\$000.

Art. 79. Dar bailes publicos sem pagar o devido imposto e sem a respectiva licença; multa de 25\$-30\$000.

Art. 80. Fazer caminho pela propriedade alheia sem o consentimento do dono ou a competente autorisação, justificando o seu direito; multa de 25\$-30\$000.

Capitulo VII.

Das infracções que prejudicam a segurança publica.

Art. 81. Correr em disparada á cavallo, velocipede ou carro, nas ruas e praças da cidade, povoações e estradas mais frequentadas, salvo diligencia policial, accidente, prestimo de soccorro, procura de médico ou parteira, multa de 10\$-15\$000.

Art. 82. Disparar tiros dentro dos limites da cidade e povoações, trazer comsigo armas prohibidas, salvo os casos permittidos em lei, caçar com armas de fogo, próximo de qualquer habitação; multa de 10\$-15\$000.

Art. 83. Vender a retalho durante a noite polvora ou qualquer explosivo, fazer baldeação de espirito, kerosene, ou outro qualquer inflammavel; multa de 35\$-50\$000.

Art. 84. Conduzir tropas de animaes sem um guia e o numero sufficiente de conductores, gado bravio sem estar preso em dois laços e sem dar aviso aos transeuntes; multa de 20\$-30\$000.

Art. 85. Não deixar signal visivel que possa advertir aos que se approximarem, no caso de algum desmoronamento havido nas estradas que passam por seus terrenos e que seja perigoso ao transito publico; multa de 25\$-30\$000.

Art. 86. Deixar que permaneçam de pé, muros, paredes de qualquer edificio, quaesquer obras ou construcções, que ameaçam ruina total ou parcial multa de 10\$-15\$000.

Art. 87. Arrebentar pedras á polvora ou dynamite na proximidade da cidade, povoações ou habitações de fórmula que estas possam ser alcançadas pelos estilhaços; multa de 10\$-15\$000.

Art. 88. Ter em deposito na cidade ou povoações, sem as precauções exigidas pela Superintendencia, grande porção de polvora, fogos artificiaes, dynamite, ou outra qualquer materia inflammavel ou explosiva, multa de 35\$-50\$000.

Art. 89. Os carros estacionados em praças, ruas ou estradas publicas, com animaes atrellados devem estar desatrellados quando o cocheiro houver de ausentar-se do carro; multa de 4\$-6\$000.

Art. 90. Quem andar com carro, á noite, sem lanterna accesa, dentro da cidade, deve conduzir os animaes á passo sob pena de multa de 4\$-6\$000.

### Capitulo VIII

#### Das infracções que prejudicam a moralidade publica.

Art. 91. Banharem-se maiores de 12 annos durante o dia despídos, em pontos que possam ser divulgados das estradas, ruas e habitações; multa de 10-15\$000.

Art. 92. Offender por gestos, acção, palavra ou outro qualquer meio á moral; multa de 10-15\$000.

Art. 93. Dirigir palavras ou gestos indecentes ou offensivos aos transuentes; multa de 20-30\$000.

Art. 94. Inscrever ou affixar nas paredes, portas, pontes ou outro qualquer lugar da via publica, palavras, disticos, cartazes, desenhos obscenos, injuriosos, allusivos á vida privada ou publica de alguém ou consentir na permanencia de taes objectos na frente de suas casas ou propriedades; multa de 40-50\$000.

Art. 95. Expor-se ás vistas do publico na propria casa ou nas ruas, em trajos insufficientes para cobrir a nudez; multa de 20-30\$000.

Art. 96. Vender, offerecer ou expôr á venda objectos obscenos, como figuras, estampas, leituras; multa de 20-30\$000.

Art. 97. Jogar jogo de parada, com cartas, dados ou outro qualquer apparelho de azar, consentir os mesmos jogo sem suas casas, sem ter obtido a respectiva licença; multa de 10-15\$000.

## TITULO IV.

### Capitulo IX.

#### Das infracções que prejudicam a conservação das estradas, ruas e praças.

Art. 98. Não ter a frente de seu lote cercado convenientemente, ter n'elle cercas vivas a margem das estradas de altura superior a 1m 50 cm; multa de 30-50\$000.

Art. 99. A represa das aguas de rios e ribeirões é admissivel somente quando por ella não forem prejudicados os terrenos dos vizinhos nem as ruas ou estradas publicas sendo prohibido mudar o leito das águas correntes uma vez que semelhante mudança prejudique os vizinhos ou os interesses publicos. Os contraventores pagarão a multa de 20-30\$000 e serão obrigados á resbelecer o estado anterior e a indemnisar o prejuizo causado.

Art. 100. Embaraçar o livre esgoto das águas das valletas ou dos ribeirões, deixar de ter limpas as que margeam as estradas e ruas em frente de suas propriedades, multa de 6-9\$000.

Art. 101. Conservar buracos no leito da estrada que passa pela frente de seu lote, não ter as mesmas estradas abauladas, não limpar os pequenos canaes e boeiros, multa de 6-9\$000.

Art. 102. Conduzir madeira de arrasto, sem licença, pelas estradas, multa de 6-9\$000.

Art. 103. Apossar-se de estradas ou partes d'ellas, vallas, rios, corregos ou fontes de servidão publica, tapando-as, mudando-as ou estreitando-as; multa de 6-9\$000.

Art. 104. Estabelecer cancellas nas estradas publicas, multa de 10-15\$000.

Art. 105. Amarrar embarcações a pontes ou estacionar sobre estas com cavallos ou carretas, multa de 10-15\$000.

Art. 106. Morar em estradas secundarias ou de fundos ou possuir terras nas mesmas, e não attender ao convite dos inspectores de caminhos ou de outra authoridade municipal, para o trabalho da conservação commum dos caminhos que vão dar á estrada geral, na proporção de seus lotes, multa de 10-15\$000.

Art. 107. Conservar arvores ou arbustos que ensombrem a estrada, sem aterrar esta com cascalho, multa de 10-15\$000.

Art. 108. Conservar cercas vivas nas margens das estradas cujos barrancos forem muito elevados, multa de 6-9\$000.

Art. 109. Fazer escavações nas estradas, ruas ou praças, escavar os cortes e aterros, arrancar a gramma da beirada das valletas, multa de 10-15\$000.

Art. 110. A capoeira deve ser cortada até a distancia de 10 metros de ambos os lados da estrada sob pena de multa de 6-9\$000.

Art. 111. Andar de pressa com carros ou animaes de montarias em curvas, encruzilhadas e sobre pontes, multa de 6-9\$000.

## Capitulo X.

Das infracções que prejudicam á boa ordem  
na edificação das ruas, seu aformosamento,  
conservação dos lugares e mais objectos de gozo publico.

Art. 112. Edificar ou reedificar tocando na frente de suas casas ou terrenos dentro dos limites urbanos da cidade ou povoações, qualquer obra, muros ou cerca, sem que tenha pedido licença á Superintendencia, multa de 10-15\$000.

Art. 113. Deixar a frente de seus predios sem rebocar ou tomar os instersticios dos tijolos com cal ou cimento, portas ou janellas sem pintura ou sem vidraça, varandas sem pinturas, beirae de telhado sem bica e frente de suas casas sem passeio e de seus terrenos sem cerca regular, depois de serem para isso intimados pelas autoridades municipaes, multa de 10-15\$000.

Art. 114. Cada proprietario de terreno dentro do perimetro urbano da cidade é obrigado a fazer na frente do mesmo terreno uma cerca decente dentro do prazo de 6 mezes, pela forma prescripta pelo fiscal e após a intimação d'este. Os contraventores pagarão a multa de 20-30\$000.

Art. 115. Dar ás janellas dimensões inferiores a 1m 90 de altura e 1 metro de largura e ás portas 2m 80 de altura e 1m, e 25 de largura, multa de 10-15\$000.

Art. 116. Ter janellas ou rotulas que se abram para fóra no 1 andar das casas construídas com a frente na linha do arruamento, multa de 10-15\$000.

Art. 117. Apossar-se nas edificações de terreno ou qualquer logradouro publico, multa de 35-50\$000.

Art. 118. Extraviar, destruir, damnificar a propriedade publica; multa de 25-30\$000.

Art. 119. Conservar dentro dos limites da cidade e povoações terrenos completamente incultos, á distancia menor de 20 braças das ruas e habitações, 10-15\$000.

Art. 120. Construir casas, ranchos, depositos de qualquer natureza sem ser cobertas com telha de metal ondulado ou de barro e sem a altura indicada para o geral das contrucções, multa de 10-15\$000.

Art. 121. Edificar qualquer predio dentro dos limites da cidade, arrebalde sujeitos a arruamento e povoações, com altura menor de quatro metros do solo ao forro, como o solo do pavimento inferior em nivel abaixo de

0,20 m sobre nível da rua e sem ter requerido com a licença, o arruamento e o nível do pavimento inferior, multa de 10\$-15\$000.

## TITULO V.

### Capitulo XI.

#### Das infracções que prejudicam á lavoura.

Art. 122. Não extinguir formigueiros que apparecerem em seus terrenos e prejudicam as culturas dos visinhos, multa de 10\$-15\$000. O prejudicado deve avisar o proprietario do terreno de onde sahem as formigas e mostrar-lhe os seus carreiros na divisa das terras.

Art. 123. Queimar derrubadas de mattas ou capoeira sem fazer aceiro de cinco metros pelo menos que as separe das propriedades circumvisinhas, fazer a queimada sem prevenir os cofinantes; multa de 10\$-15\$000.

Art. 124. Usar de dinamite na pesca ou envenenamento das aguas ou lançar rede na foz dos ribeirões; multa de 10\$-15\$000.

## TITULO VI.

### Capitulo XII.

#### Das infracções que prejudicam á boa ordem da administração

Art. 125. Fazer aferição infiel ou negar documentos que atestem a aferição feita; multa de 25\$-30\$000.

Art. 126. Deixar de executar fielmente ordem de seus superiores em materia de serviço a seu cargo, multa de 15\$-30\$000.

Art. 127. Negar certidões, ou alteral-as, attestar falsamente, entrar em trasacção com empreteiros; multa de 25\$-30\$000.

Art. 128. Referir-se descortezmente a seus superiores ou a qualquer dos membros dos ramos do Governo municipal, multa de 10\$-15\$000.

Art. 129. Não obedecer ou faltar o respeito á Superintendencia Muni-

pal ou a seus empregados no exercicio de suas funções, multa de 10\$-15\$000.

Art. 130. Impôr multa por malicia ou não sufficientemente justificada; multa de 35\$-50\$000.

Art. 131. Devem ser pagos os impostos de fogo, carros, pombeiros, gado, industria e profissão sem lançamento previo no tempo marcado pela lei.

### Capitulo XIII

#### Das infracções que prejudicam as rendas municipaes.

Art. 132. Deixar de pagar no prazo fixado pela lei o imposto municipal em que foi lançado

ou em tempo aquelle em que for obrigado em virtude de lei do municipio, multa no primeiro trimestre de 10% no segundo 25%.

Art. 133. Vender generos a peso ou medida, ou em balanças que não estiverem regularmente aferidas pela Superintendencia; multa de 20\$-30\$000.

Art. 134. Alterar as balanças, pesos ou medidas, multa de 10\$000-50\$000.

Sala das sessões do conselho Municipal, em 17 de Maio de 1905, Francisco Margarida, Paulo Schwarzer, Eugen Fouquet, Mariano G. Becker, Bruno Wehmuth, Luiz Abry, Alberto Ramlow.

Eu, abaixo assignado, superintendente municipal de Blumenau sanciono e mando que se execute a presente resolução do Conselho Municipal.  
Blumenau, 17 de Maio de 1905.

Alwin Schrader.

Lei No. 26 de 17 de Maio de 1905.

# Código de Posturas da Municipalidade de Blumenau.

Continuação.

## Capítulo VIII.

infracções que prejudicam a moralidade publica.

Art. 91. Banharem-se maiores de 12 annos ante o dia despido, em pontos que possam ser algados das estradas, ruas e habitações; multa de 10—15\$000.

Art. 92. Offender por gestos, acção, palavra outro qualquer meio á moral publica; multa de 15\$000.

Art. 93. Dirigir palavras ou gestos indecentes offensivos aos transeuntes; multa de 20—30\$000.

Art. 94. Inscrever ou affixar nas paredes, las, pontes ou outro qualquer lugar da via publica, palavras, disticos, cartazes, desenhos obscenos, injuriosos, allusivos á vida privada ou pua de alguém ou consentir na permanencia de s objectos na frente de suas casas ou propriedades; multa de 40—50\$000.

Art. 95. Expor-se ás vistas do publico na propria casa ou nas ruas, em trajos insufficientes a cobrir a nudez; multa de 20—30\$000.

Art. 96. Vender, offerecer ou expôr á venda ectos obscenos, como figuras, estampas, leituras; multa de 20—30\$000.

Art. 97. Jogar jogo de Iparada, com cartas, os ou outro qualquer aparelho de azar, contrir os mesmos jogos em suas casas, sem ter ido a respectiva licença; multa de 10—15\$000.

## TITULO IV.

### Capítulo IX.

Das infracções que prejudicam a conservação das estradas, ruas e praças.

Art. 98. Não ter a frente de seu lote, cercado venientemente, ter n'elle cercas vivas a margem estradas de altura superior a 1 m 50 cm; multa 30—50\$000.

Art. 99. A represa das aguas de rios e ribeirs é admissivel somente quando por ella não em prejudicados os terrenos dos vizinhos nem ruas ou estradas publicas sendo prohibido mudar

ou outra authoridade municipal, para o trabalho da conservação commum dos caminhos que vão dar á estrada geral, na proporção de seus lotes, multa de 10—15\$000.

Art. 107. Conservar arvores ou arbustos que ensombrem a estrada, sem aterrar esta com cascalho, multa de 10—15\$000.

Art. 108. Conservar cercas vivas nas margens das estradas cujos barrancos forem muito elevados, multa de 6—9\$000.

Art. 109. Fazer escavações nas estradas, ruas ou praças, escavar os cortes e aterros, arrancar a gramma da beirada das valletas, multa de 10—15\$.

Art. 110. A capoeira deve ser cortada até a distancia de 10 metros de ambos os lados da estrada sob pena de multa de 6—9\$000.

Art. 111. Andar de pressa com carros ou animaes de montarias em curvas, encruzilhadas e sobre pontes, multa de 6—9\$000.

### Capítulo X.

Das infracções que prejudicam á boa ordem na edificação das ruas, seu aformosamento, conservação dos lugares e mais objectos de gozo publico.

Art. 112. Edificar ou reedificar tocando na frente de suas casas ou terrenos dentro dos limites urbanos da cidade ou povoações, qualquer obra, muros ou cerca, sem que tenha pedido licença á Superintendencia, multa de 10—15\$000.

Art. 113. Deixar a frente de seus predios sem rebocar ou tomar os instersticios dos tijolos com cal ou cimento, portas ou janellas sem pintura ou sem vidraça, varandas sem pinturas, beiraeas de telhado sem bica e frente de suas casas sem passeio e de seus terrenos sem cerca regular, depois de serem para isso intimados pelas autoridades municipaes, multa de 10—15\$000.

Art. 114. Cada proprietario de terreno dentro do perimetro urbano da cidade é obrigado a fazer na frente do mesmo terreno uma cerca decente dentro do prazo de 6 mezes, pela forma prescripta pelo fiscal e após a intimação d'este. Os contraventores pagarão a multa de 20—30\$000.

## TITULO V.

### Capítulo XI.

Das infracções que prejudicam á lavoura.

Art. 122. Não extinguir formigueiros que apparecerem em seus terrenos e prejudicam as culturas dos vizinhos, multa de 10\$—15\$000. O prejudicado deve avisar o proprietario do terreno de onde sahem as formigas e mostrar-lhe os seus carreiros na divisa das terras.

Art. 123. Queimar derrubadas de mattas ou capoeira sem fazer aceiro de cinco metros pelo menos que as separe das propriedades circumvisinhas, fazer a queimada sem prevenir os confluantes; multa de 10\$—15\$000.

Art. 124. Usar de dynamite na pesca ou envenenamento das aguas ou lançar rede na foz dos ribeires; multa de 10\$—15\$000.

## TITULO VI.

### Capítulo XII.

Das infracções que prejudicam á boa ordem da administração municipal.

Art. 125. Fazer aferição infiel ou negar documentos que atestem a aferição feita; multa de 25\$—30\$000.

Art. 126. Deixar de executar fielmente ordem de seus superiores em materia de serviço a seu cargo, multa de 15\$—30\$000.

Art. 127. Negar certidões, ou alteral-as, attestar falsamente, entrar em transacção com empreiteiros; multa de 25\$—30\$000.

Art. 128. Referir-se descortezmente a seus superiores ou a qualquer dos membros dos ramos do Governo municipal, multa de 10\$—15\$000.

Art. 129. Não obedecer ou faltar o respeito á Superintendencia Municipal ou a seus empregados no exercicio de suas funcções, multa de 10\$—15\$000.

Art. 120. Impôr multa por malicia ou não sufficientemente justificada; multa de 35\$—50\$000.

Art. 131. Devem ser pagos os impostos de

# Um caso de injúria verbal e suspeição na Colônia Blumenau

Ricardo Machado<sup>1</sup>

Processos  
Judiciários

**Problematizando  
processos  
judiciais como  
fonte de escrita da  
história**

O processo judicial que se segue faz parte de uma série de documentos que atualmente se encontram no Arquivo Público da cidade de Itajaí<sup>2</sup>. Trata-se de uma farta documentação judicial do então termo do Santíssimo Sacramento da Vila de Itajaí e que está à disposição de pesquisadores e por hora ainda foi pouco explorada.

Neste caso, trata-se de uma ação de Suspeição no ano de 1866, na Vila de Itajaí, perpetrada por Julio Baumgarten (recusante) morador da colônia Blumenau contra Luiz Scheffer (recusado) que era então quinto suplente do Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau. Neste caso, Baumgarten está questionando a autoridade, dada a Scheffer para julgá-lo. Apesar de seu cargo permitir tal ação, supostamente Scheffer haveria declarado ser inimigo capital de Baumgarten. E com isso, este mesmo processo apresenta a origem deste caso de Suspeição: uma acusação de injúria verbal



<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Regional de Blumenau. Atualmente cursando mestrado no programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

feita por Eduardo Stein contra Baumgarten, acontecida numa das sociedades existentes na colônia.<sup>3</sup> No decorrer do processo, estas duas questões se relacionam e por vezes até mesmo confundem na leitura de um leitor desavisado. Por esta razão optou-se publicar este processo de maneira literal<sup>4</sup>, permitindo não só a apreensão da escrita judicial do século XIX, mas também, poder observar a sutileza destes embates.

O interesse em sua publicação poderia estar na capacidade de revelar elementos conflitivos nos primeiros anos da colônia, já que ainda é costumeiro apontar a história de Blumenau com ausência de conflitos e, portanto, com uma certa homogeneidade de projetos. Mas não é a trama de fatos revelados que parece ser fundamental neste caso. Sua originalidade e necessidade de publicação está justamente na possibilidade de reflexão sobre a produção da verdade e as relações de força que estão em jogo em meio ao emaranhado de uma linguagem jurídica. Problemas estes, que são até certo ponto, cotidianos no trato com as fontes documentais para os historiadores de ofício. Mas que, neste caso se apresentam de uma maneira tão explícita e às vezes até curiosa, que permitem o interesse em sua leitura por inteiro. Sobretudo, o interesse na publicação deste tipo de documento, é justamente compreender dentro de um conjunto, *“o plano dessas lutas diversas, restituir esses confrontos e essas batalhas, reencontrar o jogo destes discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber.”*<sup>5</sup>

E ainda mais, para este processo ser entendido ele precisa ser lido, levando em consideração toda uma reestruturação do saber jurídico, que será produto e produtor desta nova concepção de indivíduo. Saber este, que institucionalmente podemos verificar no texto do processo a partir das constantes referências ao Código Criminal<sup>6</sup> e da lei de 1º de outubro de 1828<sup>7</sup>; e também pela estruturação de alguma organização administrativa nas ainda recentes colônias da região. E destas últimas, no desenrolar do processo, será possível sentir um certo desconforto na medida em que aparecem as divergências entre o distrito da colônia Blumenau com o termo de Itajaí.

Ironia ou não, mas o acontecimento que levou à acusação de injúria acontece justamente dentro da reunião de uma Sociedade. Foi ali, dentre um dos exaltados espaços de sociabilidade da colônia que acontece o evento que dá motivo para o processo: neste lugar onde justamente o público

aparece ainda emaranhado com o privado. E uma testemunha em especial permitirá o contato com este problema: ao relatar o acontecimento daquela noite do dia 28 de abril de 1866, Antonio Hartel não participava da reunião, mas estava com os ouvidos atentos através da abertura da porta, e dali captava os acontecimentos entre os envolvidos.

Mas, sobretudo, o entendimento desta documentação judicial passa pela compreensão da emergência de um poder produtor de individualidades, que permite, exige e estimula falar de si e lançar seu olhar sobre outros indivíduos. E foi através deste contato com o poder que nos permite hoje sabermos sobre muitas destas vidas que talvez, se não fosse isso, muito pouco restaria para os historiadores. Estes relatos são como relampejos que momentaneamente nos permitem lançar olhares sobre o passado. Mas é claro, neste caso é ainda mais evidente que não podemos rever estas pessoas em si mesmas, mas somente recuperá-las dentro de seus confrontos táticos e das relações de e com o poder.<sup>8</sup> E se é sob a caligrafia dos escrivões que se registra os relatos destas experiências, o problema da produção destes relatos vai ainda mais longe se levarmos em consideração os problemas de entendimento da linguagem entre estes indivíduos e, sobretudo, seu constante questionamento da produção de sentido sobre os acontecimentos. Esta questão fica explícita diante das acusações de que a tradução dos testemunhos não havia sido feita de maneira correta. Por isso, para os historiadores será preciso se contentar em saber que não há mais como compreender a “experiência”, mas somente aquilo que o choque com este poder produziu.

Ao longo do processo, vão se encontrando os elementos táticos de disputa. Sendo que tais elementos são sutilmente encontrados na ausência do réu justificada por uma doença repentina; nos questionamentos da própria legitimidade do subdelegado em julgar, e sobretudo, a constituição de um olhar atento sobre o outro, permitindo uma confrontação entre a vida pública e privada destes indivíduos. Por vezes, aquele que se dispuser a ler esta peça por inteiro, pode até se sentir tentado a tomar partido e querer posicionar-se ao lado deste ou daquele indivíduo envolvido com a questão. Mas certamente, não é isto que nos cabe. A nós resta ler estas miudezas e picuinhas que foram arrancadas do fundo de um arquivo e retirar-lhes o

tom de anedota ou ironia que poderia ser evidenciado em sua leitura. Afinal, sua importância não está nos grandes fatos ou grandes personagens que dela se revelam, mas está nas armas e nos elementos da produção destes indivíduos.

---

1866

Juízo Municipal da Villa de Itajahí

Suspeição

Julio Baumgarten (Recusante)

Luiz Scheefffer 5º suppte do Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau (Recusado)

Autoação

Anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e seis nos vinte e um dias do mez de novembro do dito ano, nesta Villa de Itajahy, em meo cartório por parte do ilustríssimo juiz municipal Doutor Balbino Cezar de Mello me foi entregue estes autos mandando por em despacho as folhas vinte e duas que foram atuado, do que para constar fiz este termo e dou fé. Eu transcrevi Ezequiel Tavares escrivão interino o escrevi.

1866

Subdelegacia de Polícia do Distrito da Colônia Blumenau.

Júlio Baumgarten.....Recusante

Luiz Scheefffer.....Recusado

Escrivão Ehrhardt

Autoação.

Anno de nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e seis a seis dias do mez de novembro, nesta povoação da Colônia Blumenau, Termo do Santíssimo Sacramento de Itajahí, nesta Comarca de nossa senhora da graça, província de Santa Catharina, em meu escritório por parte de Julio Baumgarten me forão dados os documentos que adiante se seguem para seguir os termos em direito necessários; os quaes aceitei e anotei em Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que o escrevi:

Aos dezesseis dias do mez de novembro do anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil novecentos e sessenta e seis, nesta Colônia Blumenau, Termo do Santíssimo Sacramento de Itajahy nesta Comarca de nossa senhora das graças, província de santa Catarina em audiência pública que na casa do senhor de Carlos Guilherme Friedenreich fazia o cidadão Luiz Scheffer suppte em exercício do Subdelegado de Polícia, o pode em escrivão interino de seu cargo conforme foi sido nomeado Julio Baumgarten réo, neste processo foi dito que tendo sido de suspeito o meretíssimo Juiz diz ser seu inimigo, por particular interesse na decisão da cousa a favor do queixoso, não saber nem entender a língua nacional, for em contrário a lei nomeando interpretes, para ditar o dito depoimento das testemunhas, e por isso elle recusante recusa confiamento para qual mostra ter prestado a competente acção e os artigos de suspeição por elle assignado e visto não haverem advogado na villa de Itajahy e termo do mesmo e ser elle concedido pelo art. de 15 de janeiro de 1838 e sequer pois que se levou tomada a suspeição e responsabilidade ao recuzante e que recebidos os artigos se prossiga nos demais termos de acusação. O recusante deixou de agir em sua defesa porque não quer consentir ao juiz e também ser nullo o processo por falta de solenidade sendo uma villa não declara a petição da queixa o valor do danno causado, não tratar o queixoso de provar a sua capacidade e outras que em tempo pretendera. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi:

Julio Baumgarten.

Por artigos de suspeição do recusante Julio Baumgarten contra o recusado Luiz Scheffer supplente do 5º Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau

1º

P. que tendo Eduardo Stein dado uma queixa contra o recusante Julio Baumgarten por suspeita de crime de injurias verbais foi esta aceita pelo Meritíssimo Juiz Recusado Luiz Scheffer o qual designou o dia 9 do corrente mez de novembro afim de proceder de conformidade com o artigo 204 e seguintes do código de processo criminal.

2º

P. que na audiência aprazada o Recusante averbou de suspeito o Meritíssimo Juiz Recusado na conformidade do art. 61 do citado código porque sendo elle inimigo capital do recusante e assim o ter dito em público e em juízo no acto duma inquirição de testemunhas e amigo intimo do queixoso Eduardo Stein, e sem dúvida

alguma suspeita.

Ainda mais.

3º

P. que o Meritíssimo Juiz recusado toma particular interesse na decisão da causa a favor do queixoso por que tendo sido nomeado o 5º Suplente do subdelegado de polícia a muito tempo só em fim do mez de julho do corrente anno é que veio a esta villa prestar juramento do dito cargo, e logo em seguida proferiu uma sentença contra o recusante em summário crime, cuja sentença foi annullada pelo meritíssimo Doutor Juiz de direito da comarca, e antes que se procedesse a excussão delle e pagasse as custas uma nova queixa e pelo mesmo engendrado crime, foi recebido pelo recusado.

4º

P. que o Meritíssimo Juiz recusado não entende sem sabe a língua nacional e ignora as disposições das leis que regem o processo criminal e polícia, mas é tanta a vontade e desígnio formado que tem em perseguir o recusante, que nomeou um interprete inimigo do mesmo para ditar o depoimento das testemunhas, como se prova com o documento que se offerece o que fez, invertendo se o dito dos mesmo de modo a comprometter o recusante.

5º

P. que o Meritíssimo juiz recusado não consentiu que o recusante questionasse as testemunhas negando-lhe assim o direito sagrado de defesa.

Em taes termos.

P. que nos melhores de direito os presentes artigos deverão ser recebidos afinal julgados provados para ser o recusado tido como suspeito na presente causa, e em todas as mais em que a mesma authoridade for o juiz e parte ou articulante, assim como deverá ser condenado o dito juiz nos prejuízos e danos que foram liquidados e que o articulante tenha sofrido, e sofrer, e nas custas, ficando também de nenhum efeito todo o processado pôr elle juiz.

Com um documento nomeasse as testemunhas seguintes

Carlos Guilherme Friedenreich

O Capitão Victor De Gilse

Doutor Bernardo Knoublauch, todos moradores desta Colônia

---

Publico na forma de autos os crimes em que é autor Eduardo Stein e réu Júlio Baumgarten como abaixo se declara.

Scheffer.

1866

Subdelegacia de Polícia do Districto da Colônia Blumenau

Injúria Verbal

Eduardo Stein.....Autor

Julio Baumgarten.....Réu

Autoação

Anno de nascimento de nosso senhor Jesus Christo aos seis dias de novembro, nesta povoação da Colônia Blumenau, termo do Santíssimo Sacramento de Itajahí, quarta comarca de nossa senhora da graça, Província de Santa Catharina, em meu escritório o autor Eduardo Stein me foi dada a petição que ao diante que se segue, para seguir os termos em direito necessários, o qual acreditei e autoei. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que o escrevi.

Nr.....2000

Duzentos reis de sello

Colônia Blumenau outubro de 1860

Friedenreich. Ehrhardt.

Ilmo. Senhor Subdelegado.

Diz, Eduardo Stein, natural da Allemanha, morador da colônia Blumenau, colono e vendeiro de profissão que sendo annullado pela sentença do Juiz de Direito o processo de Injúria Verbal que o supplicante moveu por este juízo a Júlio Baumgarten, natural da Allemanha, morador na colônia Blumenau, vendeiro de profissão ficando porém salvo o supplicante o direito de intentar nova acção, elle vem fazê-lo por este juízo e para que a sua queixa lhe seja tomada, posta a instruir segundo as exigências dos artigos 48 e seguintes do Cód. de Proc. Criminal. No dia 28 do mez de abril do anno corrente as sete horas da noite achava-se na venda de Luiz Wagner, onde segundo costume teve lugar a reunião d'uma sociedade amigável. Nesta ocasião Júlio Baumgarten, como presidente da sociedade, levantou-se e dirigindo aos presentes um discurso, depois de outras comunicações disse: estão na nossa sociedade dois membros, um dos quaes deve ser excluído. É Stein, que é imputado o seguinte: um filho seu tem achado uma carteira com dinheiro, pertencente ao Dr. Schram, a qual Stein, pedindo Schram sua restituição. É meus senhores, por quanto não queremos ter ladrões na nossa sociedade, eu proponho, que a reunião lance a Stein fora da Sociedade. E o queixoso respondeu: não é verdade o

que Baumgarten me imputa; meu filho não achou a carteira do Dr. Schram; no futuro eu darei os respectivos esclarecimentos a Sociedade e peço a Baumgarten me deixar sossegado esta noite. Baumgarten observou à voz alta: “teu filho tem achado a carteira, eu tenho provas certas; tu és ladrão enquanto não restituir a carteira. E te aconselho se retirar espontaneamente, não querendo ser lançado fora!” De novo o queixoso pedia a Baumgarten, deixa-lo em paz, prometendo provar da sua innocencia; e outros membros da Sociedade também exortarão a aquietar-se e não disturbar o divertimento da Sociedade; mas Baumgarten continuamente proferiu injúrias semelhantes contra o queixoso e muitas vezes entre ellas deu-lhe o epíteto de ladrão que foi distintamente ouvido por J. Carlos Muller, Ernesto Scheidemantel, Luiz Wagner, Antônio Hartel e Cristiano Reck, todos moradores na Colônia Blumenau, que se achavão presentes e a quem o queixosos oferece como testemunhas. Ora como este procedimento da parte de Julio Baumgarten fosse criminoso, segundo a disposição do art. 256 do Cód. Crim., para que o acusado seja punido com as penas do art.237 combinado com o 238, vem então dar o queixoso a presente queixa, jurando ser verdade quanto allega ser.

P. a VS. Se sirva mandar, que autoada e jurada a queixas e proceda a formação do processo contra Júlio Baumgarten citando elle para vir com pena de reo e intimadas as testemunhas com pena de desobediência e provado os factos criminosos do supptdo condenado as penalidades da lei e as custas.

E. R. M.

Colônia Blumenau, aos 20 de outubro de 1866.

E. Stein.

Juro e suspeito, por ter justa razão para a preocupação que o supp. calunilou hum membro da minha família.

Blumenau, .21 de outubro de 1866

Friedenreich

Termo de Juramento

Aos vinte e seis dias do mez de outubro do anno do nosso senhor Jesus Christo de 1866 nesta colônia Blumenau, termo do Santíssimo Sacramento de Itajaí desta Comarca de nossa Senhora da Graça, província de Santa Catharina, em casa de residência de Luiz Scheeffter subdelegado de polícia do 5ºsuppto, onde eu escrivão do seu cargo abaixo nomeado foi ainda, presente Eduardo Stein, queixoso, o juiz deferia o juramento aos santos evangelhos, e confioso daquelle em que pos sua

mão direita e por ele foi declarado que jurava com sua alma em verdadeira a queixa a que ele é dada sem dolo nem malícia e só a bem de justiça. E de como o assim disse e jurou lavro o presente termo que assigna o juiz, do que tudo dou fé. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino, que o escrevi.

Scheefffer

Eduardo Stein

Cita-se o delinqüente e testemunhas para a primeira audiência no dia 06 de novembro do anno corrente as 9 horas da manhã, e para que possam entender o idioma português, nomeei interprete o sr. Augusto Muller, que será notificado e prestarás no auto o devido juramento. Blumenau 26 de outubro de 1866.

Scheffer

Certifico que intimei não só ao delinqüente Júlio Baumgarten como as testemunhas José Carlos Muller, Ernesto Scheidemantel, Luiz Wagner, Antônio Henten e Cristiano Recke e o interprete Augusto Muller em suas próprias pessoas para comparecerem na audiência do meritíssimo Subdelegado de Policia no dia 6 do mez de novembro do anno corrente pelas 9 horas da manha, e ficarão sciente.

Blumenau 3 de novembro de 1866.

Gustavo Zimmermann, Official de Justiça.

Termo de audiência do não comparecimento do réu Julio Baumgarten  
Aos 6 dias do mez de novembro do anno de 1866 nesta Colônia Blumenau em audiência pública em casa de residência de Carlos Guilherme Friedenreich, o Subdelegado de Policia fazendo estava o 5º suppte Subdelegado de Policia Luiz Scheefffer e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado fui vindo e ahi compareceu com o queixoso Eduardo Stein e no lugar do reo Julio Baumgarten compareceu Augusto Gieseke que apresentou uma petição do reo em que o reo pediu o adiamento da audiência para outro dia por ser impedido o reo pelo mal estar corporal de comparecer na audiencia de hoje como prova pelo attestado junto do médico empregado na Colônia Dr. Bernardo Knoublauch do que faço este termo de audiência e do não comparecimento do réu, e eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interido que o escrevi;

Scheefer

Eduardo Stein  
Augusto Muller

Recebimento

Aos seis dias do mez de novembro em audiencia pública me forão entregues os documentos que diante serão juntadas as partes do quinto Suppte do subdelegado de polícia, que tinha entregado para constar faço o presente termo. Eu, Guilherme Ehrhardt escrivão interino que escrevi

Juntada

Aos seis dias de mil oitocentos e sessenta e seis faço juntada a estes autos dos documentos que adiante seguem de que para constar lavro o presente termo e dou fé. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi.

Nr.....200

Blumenau 6 de novembro de 1866

Friedenreich                      Ehrhardt

M.mo Sr. Subdelegado

Diz Júlio Baumgarten que soffrendo de molestia corporal como mostra o attestado junto, não lhe he possível comparecer na audiência de hoje as nove horas da manhã, para que foi citado e por isso vem respeitosamente P. a V. S. seja servido adiantar a audiência para outro dia.

E.R.M.

Blumenau, 6 de novembro de 1866

Júlio Baumgarten.

Como seguem e junto aos autos. Blumenau, 6 de novembro de 1866.

Scheffer.

N.2.....200

Col. Blumenau, 6 de novembro de 1866

Friedenreich                      Ehrhardt

Atesto pelo presente que Júlio Baumgarten sofre de congestões nos pulmões em consequência de uma Dyspeneo havida na noite passada e que este seu estado corporal he tal que não pode comparecer pessoalmente na audiência hoje as 9 horas

da manha para que foi citado pelo official de justiça desta Subdelegacia de Polícia deste districto. E para constar faço o presente, que foi assignado por mim.

Blumenau 6 de novembro de 1866.

Sr. Bernardo Knoublauch

Medico empregado da Colônia

Adiante-se a audiência ser dia 9 do mez corrente pelas nove horas da manha sendo intimado o autor, as testemunhas e sendo notificado o réo, que sendo lhe de seu imprescindível comparecimento na audiência aprazada, mande defender os seus direitos por um procurador.

Scheffer

Intimação

Confirmo que intimei, não só ao delinqüente Júlio Baumgarten em sua casa de morada como o autor e as testemunhas Carlos Muller; Ernesto Scheidemantel, Luiz Wagner, Antonio Kostel e Chistiano Reck<sup>9</sup> em sua próprias pessoas para comparecer na audiência do meretíssimo quinto supplente do subdelegado de Polícia no dia 9 deste mez pelas nove horas da manha e ficaram scientes o termo. Blumenau, 6 de novembro de 1866

Guilherme Ehrhardt

Termo de audiência

Aos quinze dias do mez de novembro do anno de mil oitocentos e sessenta e seis nesta povoação da Colônia Blumenau, Termo d Santíssimo Sacramento de Itajaí, nesta comarca de Nossa Senhora da Graça, Província de Santa Catharina em casa de residência de Carlos Guilherme Friedenreich, subdelegado de polícia na audiência publica aos feitos e partes fazendo estava o quinto Supplente do Subdelegado Luiz Scheffer. Ahi compareceu o reo citado Julio Baumgarten e o autor Eduardo Stein na forma do art. 209 do Cód. de Process. Crim. Foi dada a palavra ao réo para fazer sua defesa depois que lhe foi lida a petição inicial da queixa, e por ele foi dito: que recuso o juiz porque as leis brasileiras não permitem ao juiz que não sabe a língua brasileira, ouça interprete, recuso o interprete Augusto Muller por não saber tão exatamente a língua portuguesa para poder transmitir ao juiz, e recuso por fim o juiz por ter justas razões para supor que o mesmo juiz é meu inimigo e possa proceder com parcialidade que porem não tem cumprido a respeito da suspeição interposta com os dispostos no artigo 25º do reg. De 31 de jan. de 1842

por seu advogado morar longe demais, estar doente e não haver outro advogado neste lugar. Mandou o juiz lavrar este termo em que assignou com o autor, o réo e interprete. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi.

Scheffer

Júlio Baumgarten

Eduardo Stein

Augusto Muller

Termo de suspeição não reconhecida e logo no mesmo ato pelo juiz foi declarado que não se reconhece por suspeito querendo defender-se perante juiz competente dentro do prazo marcado por as leis, mandou proceder aos mais termos de processo, para constar lavro o presente termo: eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi.

Scheffer

Augusto Muller.

Auto de Qualificação.

E logo no mesmo termo foi perguntado ao réo seu nome, filiação, idade, estado e profissão, nacionalidade, lugar de nascimento e se sabe ler e escrever, respondeu que se chama Júlio Baumgarten, natural da Allemanha, cidadão brasileiro naturalizado, filho legítimo de Júlio Baumgarten, de trinta e quatro annos de idade, casado, vendeiro e sabe ler e escrever, do que para constar se lavrou o termo em que assignou o mesmo réo, juiz e Tradutor presente. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão assino que escrevi:

Scheffer.

Júlio Baumgarten

Ang. Muller

Assentada

Aos nove dias do mez de novembro do anno de mil oitocentos sessenta e seis nesta povoação da colônia Blumenau, Termo de Santíssimo Sacramento de Itajahy, quarta comarca da nossa senhora da graça, província de santa Catarina em casa do Subdelegado de Polícia Carlos Guilherme Friedenreich sendo o juiz quinto suplente Luiz Scheffer onde fui sido eu escrivão interino ao diante nomeado e sendo ahi forão inquiridas as testemunhas apresentadas pelo queixoso e notificadas pelo escrivão de justiça Gustavo Zimmermann, cujos nomes, cognomes, idades, estados morados, costumes são os que adiante se seguem. Eu, Guilherme Ehrhardt, escri-

vão interino escrevi.

1º Testemunha

Carlos Muller, natural da Allemanha, casado, encadernadeiro, quarenta e oito annos de idade, morador nesta Colônia, testemunha jurada aos santos evangelhos, em que pôz sua mão direita, e prometeu dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado e aos costumes nada. E perguntando sobre o conteúdo da petição inicial que lhe foi lida em língua allemã pelo interprete juramentado, não sabendo a testemunha falar português e explicado disse: é verdade que aos vinte oito dias de abril do anno corrente as sete horas da noite eu achei na venda de Luiz Wagner na ocasião de uma Sociedade amigável onde também forão presentes Eduardo Stein e Julio Baumgarten, é verdade que Júlio Baumgarten como presidente da sociedade levantou-se e falou aos presentes que se disse o filho de S. Stein achado uma carteira com dinheiro pertencente ao Dr. Schram e como não queremos ter ladrões na nossa sociedade esta melhor retirar-te espontaneamente que de ser lançado fora, depois que o Autor pediu ao reo deixar-lo sossegado que comprovarei a minha inocência a este respeito, como a carteira achada como se diz é uma algibeira de saia a qual o menino tem achado no capim e trazida a mão, depois outro membros da sociedade também exortarão ao réu não disturbar o divertimento desta noite no decurso da alteração entre o réo e o autor muitas vezes ouviu-se enjeito de ladrão. Eu também disse ao autor tu fica ladrão se não deres provas de tua innocencia e inquirindo mais o juiz se o réo tivesse proferindo a injuria com mediação ou por acaso, se fosse em estado de bebadice, se tem um natural muito sensível, a testemunha respondeu não poder declarar nada a esta respeito mas julgar que o réo tem proferido a mencionada injuria para defender a honra da Sociedade, e mais não disse dada a palavra para o réo contestar disse: elle pede ao juiz conferir exactamente o presente depoimento deste testemunho com o depoimento na acção anterior annullada pela sentença do juiz de direito. E sendo lido o depoimento e contestação achou a testemunha e o réo conformes pelo que as assignão com o juiz e interprete. Eu, Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi.

Scheffer.

J. C. Muller

E. Stein

Júlio Baumgarten

Augusto Muller

2º Testemunha

Ernesto Scheidemantel, natural da Allemanha, casado, colono com idade de 40 anos, morador desta colônia, testemunha jurada aos santos evangelhos, em que poz sua mão direita, e prometeu dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado e aos costumes nada. E perguntado sobre o conteúdo da petição inicial que lhe foi lida em allemão traduzida pelo interprete juramentado e explicada disse: achei-me no vinte e oito do anno corrente, as sete horas da noite na venda de Luiz Wagner onde forão presentes Julio Baumgarten e Eduardo Stein, como que Julio Baumgarten tem falando aos presentes disse: que havia de comunicar sobre a inconveniência de ter membros da sociedade, a saber, Eduardo Stein ou um membro de sua família seja culpado de ter achado a carteira com dinheiro, que pertence ao Dr. Schram e como não queremos ter ladrões na nossa sociedade hum destes senhores há de retirar-se da sociedade, Julio Baumgarten continuou a falar sobre o crime e o fato em que o autor pedia a Sr. Baumgarten aquietar-se, prometendo dar provas da sua innocencia aos membros da sociedade e exortaram a Júlio Baumgarten ficar socegado e não disturbar o divertimento da sociedade. A respeito da proposta de Julio Baumgarten de retirar-se da sociedade respondeu o autor que não queria, em que o réo replicou que fosse melhor retirar-se voluntariamente se não quiser ser lançado fora. E o mais não disse e dada a palavra ao reo para contestar disse: que pede ao juiz confirme o presente depoimento testemunha segunda com o depoimento da mesma testemunha feito na acção primeira. E sendo lido o depoimento e contestação achou a testemunha e o reo confirmei pelo que o interprete com o juiz. Eu Guilherme Ehrhardt. Escrivão interino que escrevi: Scheefffer.

E. Scheidemantel.

Eduardo Stein

Julio Baumgarten

Aug. Muller

3º testemunha

Luiz Wagner, natural da Allemanha, casado, vendeiro, trinta e quatro annos de idade, morador desta Colônia, tendo jurado aos Santos Evangelhos, em um livro d'Elle em que pôs uma mão direita e que promete dizer verdade do que souber e o que lhe for perguntado e aos costumes nada. E perguntado sobre o acontecido da petição inicial que lhe foi lida em allemão traduzida pelo interprete juramentado, explicada, disse: aos vinte e oito de abril da anno corrente a sete horas da noite na

sala da minha casa teve lugar a reunião usual de uma Sociedade amigável onde entre outros forão presentes Julio Baumgarten e Eduardo Stein e ouvi que o réo iniciou um discurso aos presentes, dizendo: temos dois membros de nossa sociedade, que devem ser excluídos, quero dizer a testemunha presume que o réo queria designar o Sr. Stein para ser excluído portanto, Julio Baumgarten disse: que elle queria provar que o filho do sr. Stein achou a carteira. A testemunha declara mais: ter ouvido Julio Baumgarten dizendo: que o Sr. Stein fosse enganador. E mais não disse e dada a palavra ao réo para contestar disse: que o depoimento do presente testemunha fosse incerto como o dito autor mas há como hospedeiro nem sempre estava presente durante este discurso o que é concedido pela mesma testemunha e enquanto queixasse da possibilidade do juiz o qual recusou a dar a palavra ao réo, pedindo-lhe durante a inquisição a tem feito ao autor durante a inquirição anterior e em que o juiz logo deu a declaração que alguns vezes tivesse dada palavra ao réo e que o juiz tivesse interrompido ao autor, como o dito não fosse após o tempo legal e julgou a objeção por não ser importante. E dada a palavra ao autor para contestar declarou que havia de depor a testemunha há que a injuria proferida pelo réo fosse verdadeiramente dirigida contra o autor e não só presumida, e que a testemunha devia depor que o réo tivesse dito que a sociedade não passa a suportar ladrões entre si. Em que o juiz inquiriu de novo esta testemunha para corrigir seu depoimento e (responde ser verdade o que o autor) quero dizer; eu me lembro distintamente que as injurias mencionadas forão dirigidas contra o mesmo Sr. Stein, e que o réo tem dito que a sociedade não podia suportar ladrões entre si: e dada a palavra ao réo para contestar disse: que não podia assignar o presente depoimento por serem cometidas muitas irregularidades em lugar do réo e sendo lido o depoimento e contestação o acho a testemunha conforme e segurar do réo assignar o Juiz convidou a S; Theodoro Schroeder para assignar com a testemunha e com o juiz e interprete. Eu Guilherme Ehrhardt, escrevão interino que o escrevi.

Scheffer.

L. Wagner  
Eduardo Stein  
Theodoro Schrader  
Augusto Muller

4º Testemunha.

Antônio Hartel, natural da Allemanha, casado, colono, com idade de trinta e seis

annos, morador nesta colônia, testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro delle, em que pos sua mão direita e prometeu dizer verdade do que souber e lhe for perguntado, e aos costumes nada. E perguntado sobre o conteúdo da petição inicial que lhe foi lida em allemão traduzida pelo interprete juramentado e explicado disse: Achei-me por vinte e oito de abril do anno corrente em um quarto da casa de Luiz Wagner, junto a sala da reunião da sociedade amigável, cujas portas forão abertas de maneira que eu podia entender muito bem tudo que se falava na sala mesmo e nesta ocasião eu ouvi o réu dirigindo um discurso aos presentes, dizer: que foram dois membros na sociedade, um dos quaes devia ser excluído, um fosse Sr. Stein, sendo elle imputado que o filho delle achou uma carteira com dinheiro, pertencer ao Dr. Schram. Em que Stein respondeu que o seu filho não tivesse achado a carteira do Dr. Schram mas sim uma algibeira de vestido. No segundo discurso do réo disse ao autor és um ladrão enquanto não restituir a carteira e te aconselho retirar-te voluntariamente da Sociedade não querendo ser lançado fora, também muitas vezes o autor pediu ao réo deixar-lo em paz por esta noite promettendo allegar provas da sua innocencia. Outros membros da sociedade também exortaram a Júlio Baumgarten a aquietar-se e não disturbar o divertimento desta noite. Não obstante isso o réo sempre continuou em alterando com o autor e algumas vezes pelo réo foi proferido o ephiteto de ladrão e de enganador dos quaes injurias eu julgo que fossem dirigidas somente contra Stein, por quanto o réo não era em alteração com outra pessoas; e mais não disse: elle pede ao juiz conferir o depoimento desta testemunha na acção anterior, em que a testemunha replicou que o depoimento todo hoje fosse resultado das inquirições especiaes do juiz quanto fosse o anterior depoimento só uma narração geral sobre o facto. E sendo lido o depoimento e constatação o achou a testemunha e o réo conformes pelo que assignão com o juiz e com o interprete. Eu Guilherme Ehrhardt, escrivão interino que escrevi.

Ilmo. Sr. Juiz de Direito

Diz Luiz Scheffer, 5º suplente do Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau em respostas aos artigos de suspeição apresentados por Júlio Baumgarten, aos 16 deste mez de novembro em audiência pública o seguinte:

É verdade que aos 9 de novembro do anno corrente em audiência pública, que o juiz recusado estava fazendo em attenção de uma queixa de injúria verbal, dada por Eduardo Stein como autor contra Júlio Baumgarten como réo, o recusante Julio

Baumgarten acaba de suspeito o juiz acusado, mas não fez isso por escripto, como exigem expressivamente os art. 250 e seguintes do Reg. de 21 de jan. de 1842 nem apresentou o rol das testemunhas, nem o conhecimento da acção respectiva, e por isso todo o procedimento do recusante a respeito da suspeição interposta sem dúvida é illegal e por consequência nullo.

O recusante declarou ao mesmo acto da audiência do 9 de novembro (conf. Folha 21 dos autos junto), que ele não tinha cumprido com as ditas disposições dos art. 250 e seg.. Por o seu advogado morar longe demais, estar doente e não haver outro advogado neste lugar o que tudo indiretamente não é nada senão ardis fúteis, usados com e desegno formado para tirar respectivamente da mesma acção do processo as suas suppostas razões da suspeição averbada; porque não obstante a conferida declaração, na segunda audiência, que pediu do juiz recusado para deduzir a sua defesa, em lugar da defesa apresentou os seus artigos de suspeição, assignado se ao aviso de 11 jan. de. 1838; por isso a escusa anterior concernente a falta doas exigências necessárias para interpor a suspeição, era illusória e por consequência nulla.

O recusante no decurso do processo mesmo tem agido com sutileza supportar razões para provar a suspeição já anteriormente averbada, confundindo assim o processo de suspeição interposta ao juiz com o que se move contra o recusante mesmo; porque o que allega nos art. 4º e 5º não pe concernente a à suspeição já averbada ao evento na appellação do recusante, cujo final, julgamento compete ao foro do meritíssimo Dr. Juiz de Direito da Comarca. Destarte o recusante, embrulhando e conferindo estes dois processos, que em verdade dos ditos art. 250 e seguintes. Devem ser distintivamente separados, tem infringido as leis em vigência a favor dos interesses particulares e por isto todo o procedimento do recusante é illegal e por consequencia nullo.

Quanto a asserção ao art. 2. de ser o juiz recusado inimigo capital do recusante (e afim de ter dito em publico e em juízo no auto d'uma inquirição de testemunhas), o recusado declara não ser verdade isso, allegando a este respeito a seguinte informação: no tempo da mencionada inquirição de testemunhos que teve lugar há muitos annos, o recusado estava irritado contra o recusante, mas somente de tal modo e tal grao, como muitas vezes aconteceu no commercio diário dos homens visto que as affensas, feitas naquelle tempo ao recusado pelo recusante, tinham resultado menos pela própria premeditação do recusante que pela influencia de outros. De nenhum modo o juiz recusado pode ser imputado de ter contra o recusante uma disposição tão inimiga, que elle possa ser visto: inimigo capital do recusante, como designão o art. 61 do código de Proc. Criminal e o artigo 247 do regula-

mento do 31 de jan de 1842. se o juiz recusado com effeito fosse inimigo do recusante, já se teria aproveitado certamente da occasiões offerecidas, para denunciar ao recusamento a respeito de seus officios em quanto o mesmo recusante sendo elle sentenciado no processo de injuria verbal teve a ousadia de exercer arbitrariamente o cargo de Subdelegado enquanto de mais o mesmo recusante não respeitando o asilo inviolável de casa, de noite entrou a força, numa casa fechada, efetuou à força a prisão duma pessoa sem culpa formada, deixou fazer interrogatório ao réo, accasionou transacções inadmissíveis e por fim cometteu varias outras illegalidades, de que tudo o recusado pode allegar provar e produzir testemunhas se for exigido. Ora, como o juiz recusado não ter caso de todos estes abusos de autoridade da parte do recusante, como fora, disso nunca tencionou algum ato de inimizade contra o recusante, como pelo contrario lhe aconselhou pessoalmente a conciliação com o queixoso Eduardo Stein certamente não será visto allegar mais pessoas para verificar que o recusado não pode ser dito: inimigo capital do recusante e por isso pode exercer o cargo de Juiz na dita causa em boa e salva consciência. Quanto a amizade entre o recusado e o queixoso Eduardo Stein, supposto no art. 2., o recusado pode dizer conforme a verdade, que nunca teve communicação intimas com elle nem com sua família, o que attestarão todos os colonos vizinhos. Tocante a imputação do art. 3, tomar o recusado particular interesse na decisão da causa a favor do queixoso, o recusado deve contestar também esta asserção. O interesse que o recusado toma na decisão da dita casa é um geral, que é obrigado a tomar pelo cargo de Subdelegado que está em exercendo. É sobre tudo a questão se Allemães, que não sabem a língua nacional, mas sabem ler e escrever, e com parte a entender, como o recusado juiz mesmo, puderem exercer o cargo de juiz com assistência de interprete, e se nas colônias allemães as transacções perante o juiz puderam ser feitas em parte na língua allemão, a decisão de cuja, questão tão importante para todos os colonos, somente pode compete as autoridades supremas; é de maior a questão, se as causas devem ser decididas principalmente em consideração das solenidades ou formalidades usadas tantas vezes para produzir nullidades, iludindo desta arte das leis em vigor, ou se em contrario devem ser decididas mais em attenção dos factos legalmente provados por testemunhas e evidentemente existentes: e por estas razões o juiz recusado tomou a resolução de prosseguir a mencionada assunto até a suprema instancia e mesmo a sua Magestade o Imperador.

Quanto a objeção do artigo 4. “não saber entender o juiz a língua nacional, e ignorar as disposições das leis, e ter nomeado um interprete”, o recusado replica,

que nem pelo art. 61 e segu. Do cód. Do proc. Crim. Nem pelos art: 247 e segu. Do reg. Do 31 de jan. de 1842 esta circunstancia é designado como justa razão de suspeição e por isso não pode ter lugar nos artigos da suspeição mas sim na defesa da appelação do recusante. O recusante porém mesmo entende tão pouco da língua nacional, concernente ao foro, que elle com effeito no dia antes da audiência aprazada por 6. deste mez intentou um processo de injuria verbal contra o recusado perante o Subdelegado Guilherme Friedenreich por ser chamado delinqüente no despacho do juiz recusado, e recebendo d'elle os esclarecimentos necessários sobre esta autoridade, enojou-se, tal maneira, que em consequencia cahiu doente e pediu ao juiz recusado a vir a audiência aos nove de novembro, como se vê no translado dos autos juntos fol.19 e 20. Foro mesmo, prova de sobejo, como o recusante está quase correndo atraz de fingir razões de suspeição, que em verdade não tem.

Designar o interprete como o seu inimigo, como faz o recusante ao art.4. e ter o interprete invertido o proposto depoimento das testemunhas é uma malícia aparente, visto que o dito intérprete sempre se tem comportado de maneira, que ninguém se atreverá a proferir contra elle uma reprovação semelhante.

Do artigo 5. do recusante, também não toca ao processo de suspeição, como supra é deduzido, nos, mas pertence à defesa do recusante e fora disso o juiz recusado já deo os devidos esclarecimentos a este respeito na audiência mesma, conf. trancrevo dos autos fol.24.

Por fim, o recusado deve recusar como testemunhar o Dr. Bernardo Knoublauch e o Capitão Victor de Gilsa, sendo o primeiro um cunhado de recusante e o outro deste muito tempo o mais íntimo amigo seu, enquanto não contestará o depoimento de Guilherme Friedenreich, sendo elle reconhecido como homem, e por isso:

P.a V.S. signe-se depois de bem consideradas as presentes razões de justificação do recusado recusar causa da suspeição, interposta tão illegalmente e indevidamente, como for de justiça, compreendendo na sentença, quando for contraria ao recusante, a perda da respectiva caução e condemnando o recusante nas custas.

E.R.M.

Colônia Blumenau de 19 de novembro de 1866

Augusto Guilherme Luiz Scheffer

Audiência

Aos vinte e seis do mez de novembro de mil oitocentos e sessenta e seis nesta Villa

de Itajahí em causa da audiência de Doutor Balbino Cezar de Mello, juiz municipal, e ahi presente o 5º suplente do Subdelegado de Polícia Luiz Scheeffler, juiz recusado, e presente também o recusante Julio Baumgarten pelo mesmo juiz foi inquirido as testemunhas e a apresentação pelo mesmo recusante, os quaes depoimentos são os que em diante segue, de que faria corretos fiz este termo. Eu Francisco Ezequiel Pavaes, escrivão interino o escrevi.

1º Testemunha

Capitão Pietro de Gilse, natural da Allemanha, de quarenta e cinco annos de idade, casado, empregado público, morador da Colônia Blumenau e aos costumes disse nada, testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro D'elles em que fez com a mão direita e prometteo dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. E sendo inquirido sobre os artigos da suspeição das folhas quatro e cinco respondeo. Enquanto ao primeiro artigo disse que cabe a ter o Subdelegado, digo, o Recusado ter mandado notificar o recusando para responder a um processo instaurado a requerimento de Eduardo Stein, e que afirma por ter tido motivo. Em quanto a segunda respondeo que pelo recusante lhe fora dito haver dado de suspeito a Luiz scheeffler no referido financeiro, disse mais que em um processo em que o juiz recusado respondeo seo qual foi testemunha, o recusante, o recusado declarou na audiência que o depoimento do recuzante não merecia fé porque era o recusante seu inimigo. Disse finalmente que não sabe se o juiz recusado é iamigo intimo de Eduardo Stein. Em enquanto ao terceiro disse que não só sabe por ouvir dizer que o juiz recusado fizera o processo referido contra o recusante como também elle testemunha leu a copia da sentença dada pelo juiz de direito da comarca annullando o dito processo não obstante ainda não ter sido pagas por Eduardo Stein. Todavia este tentou novo processo sobre o mesmo facto perante o juiz recusado, disse ainda que sabe de consciência própria ter o juiz recusado sido nomeado 5º Supplente da Subdelegacia de Polícia do Districto de Blumenau a muito tempo sem que houvesse prestado o devido juramento, porém soube elle testemunha ultimamente depois que recusara a colônia de onde estava ausente onze mezes que o referido juiz recusa em junho ou julho deste anno prestara o juramento do cargo referido, não sabendo entretanto elle testemunha se elle recuzado assim procedeu para dar sentença contra o recusante ou fora por outro motivo. E quanto ao quarto artigo disse que não sabendo o juiz da acção a língua nacional nomeara um interprete para replicar a elle juiz os depoimentos das testemunhas do processo contra o recusante, o que afirma elle testemunha por que estando alguns minutos na casa em que fazia o referido processo reconheceu não só o que foi dito como

também que o referido interprete não dava a verdadeira interpretação aos depoimentos sobre os ditos. Em quanto ao quinto artigo disse que ouvira elle testemunha o recusante pedir a palavra ao juiz recusado na ocasião do processo para perguntar a primeira testemunha e a este ouviu elle testemunha o juiz recusado dizer lhe que não era ainda tempo para o recusante falar, e que só poderia falar na ocasião da contestação do depoimento, disse finalmente que o juiz recusado e seu filho antes digo filhos a trez annos mais ou menos que não frequentam como d'antes a casa do recusante. É dada a palavra ao juiz recusado para contestar o depoimento da testemunha por este foi dito que não sabendo a língua do paiz levou elle juiz de nomear um interprete a Pedro Muller, o que ouvido pelo juiz mandei que dado por findo este depoimento lavrou o termo de juramento ao referido inteprete feito assim depois o juiz a quem compete assignar o dito depoimento.

Victor de Gilsa

Julio Baungarten

Luis Scheeffe

Depois há o termo de juramento do interprete....

2º testemunha:

Carlos Guilherme Frederico de quarenta e três annos de idade, negociante, casado, natural da Allemanha, aos costumes disse nada. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro D'elles em que fez com a mão direita e prometteo dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. E sendo inquirido sobre os artigos da suspeição das folhas quatro e cinco respondeo: Em quanto ao primeiro artigo que não sabia. Em quanto ao segundo que é verdade ter o juiz recusado sido suspeito pelo recusante. Disse mais que não tem provas nem outros motivos para affirmar que o juiz recusado seja inimigo capital do recusante, disse ainda que conhecendo tanto o juiz recusado como o recusante Eduardo Stein nunca viu entre elles relação de intimas de amizade. Em quanto ao terceiro respondeu que não acha possível ter o recusado tido intenções activas para dar sentença contra o recusante a fim de favorecer o queixoso. Disse mais ser verdade que o juiz recusado fora a tempo nomeado Subdelegado de Polícia de Blumenau e que não prestara juramento o não aí firmou tempo agora foi infomado, disse também que sabe ter tida outra sentença dada pelo juiz recusado contra o recusante sabe que fora anulada pelo juiz de direito e que de novo foi dado inicio do mesmo processo em que devia haver sido pago as custas do simulado porque estes autos ainda achavão no juizo

de Direito da Comarca. E quanto ao quarto artigo disse que sabe não ter o juiz recusado conhecimento da língua do paiz, porém que sabe que o recusado é um homem letrado e tem se esforçado no estudo para compreender os artigos das leis em vigor neste paiz e disse também que é verdade ter o juiz recusado nomeado o interprete na pessoa ou outra para applicar o depoimentos porem que não sabe se o interprete haverá dado interpretação dos depoimentos. Em quanto ao quinto disse que nada sabe. E dada a palavra ao recusado para seu interprete por este foi dito que nada tinha a acrescentar o depoimento da testemunha. E dada a palavra ao recusante por este foi sugerido ao juiz que se perguntasse a testemunha se não se lembra que o recusado sendo acusado em um processo (rasurado) fora testemunha declarara o recusado ser inimigo do recusante respondeo que não se lembra a tal apessoalidade tanto mais que já fazem de mais de três annos que no depoimento previamente verdadeiro por que não tira parte nem para um nem para outro. Foi ainda perguntado pela testemunha, digo perguntado pelo recusante a testemunha se não se lembra de haver o interprete já referido alterado os depoimentos das testemunhas? Respondeo que estava na ocasião porém que não deu attenção. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, deu-se por findo este depoimento, que depois de lhe ser lido; e achou conforme assignou com o juiz, recusante, recusado e interprete que de que dou fé. Eu Francisco Ezequiel Pavaes, escrivão interino o escrevi.

Cezar de Mello

Carlos Guilherme Friedenreich

Júlio Baungartem

Luiz Scheeffler

Carlos Muller

### 3º Testemunha

Bernardo Knoublauch de trinta e trez annos de idade, doutor em medicina, casado, morador na Colônia Blumenau, natural da Allemanha, e aos costumes disse nada testemunha jurada aos santos evangelhos aos costumes disse nada testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro D'elles em que fez com a mão direita e prometteo dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. E sendo inquirido sobre os artigos da suspeição das folhas quatro e cinco respondeo que enquanto ao primeiro artigo ser verdade. Enquanto ao segundo respondeo que é verdade ter o recusante achado de suspeito o juiz recusado, disse mais que o juiz recusado é inimigo do recusante por que testemunhou na Subdelegacia da Colônia Blumenau

em que o recusado era acusado e o recusado testemunha, o recusado declarara em audiência que contestava o depoimento do recusante por ser seu inimigo capital, porém que não sabe se Eduardo Stein é amigo intimo do juiz recusado. E quanto ao terceiro artigo respondeu ser verdade que o juiz recusado fora nomeado suplente da Subdelegacia de polícia da Colônia Blumenau a muito tempo, porém que não sabe quando prestou juramento; disse mais que vio e leo a sentença que dera o juiz recusado contra o recusante e pela mesma razão sabe que esta sentença fora anulada pelo juiz de direito e que não obstante está por pagar as custas da sentença anulada todavia o queixoso Eduardo Stein intentara novo processo sobre o mesmo facto, em quanto ao quarto artigo respondeu em verdade não saber o recusado a língua nacional, assim como ignora as leis do paiz; e que o recusado nomeara um interprete para replicar-lhe os depoimentos das testemunhas, porém que este interprete não traduzia fielmente os sobreditos depoimentos e que affirma que não sabe se o interprete é inimigo do recusante. Em quanto ao quinto artigos respondeu que nada sabe e dada a palavra ao juiz recusado para contestar a testemunha por este foi dito que tinha a contestar era na parte em que o depoimento affirma que elle é inimigo do recusante como também na parte em que este diz que o interprete não fora fiel, porque a este respeito ele recusado não pode accusar tal fidelidade e finalmente que as custas do processo referido não forão ainda pagas por estar o processo em juízo de direito e pela testemunha foi dito que confirmava todo o seu depoimento por ser verdadeiro e dada a palavra ao recusante por este foi dito que nada tinha a perguntar. E por nada mais saber nem lhe ser perguntado deu-se por findo este depoimento depois de lhe ser lido e o achar conforme, assignou com o juiz e partes que dou fé. Eu Francisco Ezequiel Pavanés escrivão interino o escrevi.

Cezar de Mello

Bernardo Pin

Julio Baumgarten

Luiz Scheefffer

Pedro Muller

Conclusão

Mmo. Juiz de Direito

Uma das mais importantes e mais honrosas funções de que pode o homem ser encarregado é certamente a de administrar a justiça a seus concidadão, terminando suas contendas sem distinção de pessoas, sendo órgão da lei, obttendo em sua

presença aos grandes e soberbos submissos e suspeitosos, bem ouvir suas decisões proferidas pela sabedoria e pela equidade.

Mas para que o juiz possa dignamente exercer seu tão nobre officio, é de necessário que lhe seja adornado de certaz e determinadas qualidades. Essas qualidades indispensáveis ao juiz (dentre outras). 1º profundo conhecimento da jurisprudência pátria; 2º O devido respeito e mais cega obediência as leis, nada excitando contra a sua expressa e litteral disposição e sem nunca as ampliar ou restringir, por que as interpretações abusivas offendem a Magestade das leis, desautorizam a reputação dos magistrados, ou juizes e tem que expressar à justiça dos letigantes; 3º A imparcialidade, e conjuntamente a firmeza necessária para sempre dar o impulso a justiça e a liberdade.

No entanto que é tolerado o juiz recusado permitindo-se lhe exercer o cargo de 5º Supplente da Subdelegacia de Blumenau, não tendo aquellas quatro questões que a lei exige accusando mais que inteiramente ignora a língua nacional podendo-se com isso equiparar com os surdos e mudos em que tudo quanto diz respeito a formação da culpa e regular ordem dos respectivos processos!

O próprio meritíssima Dr. Juiz de Direito da Comarca reconheceu a fallencia das habilitações do Juízo recusado, que na sentença que proferiu em grao de appelação interposta pelo recusante da injurídica decisão proferida pelo recusado no 1. sumario instaurado a requerimento de Eduardo Stein contra o recusante pelas mas supostas injurias, observando ao juiz recusante que a sentença apelada era despida de fundamentos jurídicos e tinham se preterido as solenidades indispensáveis, e pela lei recommendadas no Processo Crim. de que se trata.

Não obstante aquella advertência ser bem clara e recomendada, o juiz recusado antes de ser dada a execução daquela sentença do juiz superior, e ter o apelado pago as custas, acceitou nova queixa, e instaurou novo processo contra o recusante procedimento opposto ao que determina a Ord. I. 3º. J. 14 §3º, o é insinado por Graça Forence §214, facto esta confessada pelo recusado af.20!

Ainda mais o recusado dando pouca importância aquella admoestação do meritíssimo Dr. Juiz de Direito da Comarca que lhe fez sentida a falta de valor do danno cauzado na petição de queixa, na forma que determina o art. 79§2º, recebendo a queixa contando af.17 af.18 sem se haver observado essa solenidades.

O juiz recusado tem particular interesse na causa a favor do queixoso Eduardo Stein, por assim vingar-se do recusante de quem se declarou inimigo capital, e isto provado está com o depoimento das duas testemunhas f.25 e f.28 que abertamente deixarão provado o articulado af.4 por serem pessoas idôneas e constituirem

prova legitima. \_ Mello Freire §.4 F. 17 e Prace Forence §538.

Além do exposto accresce que o juiz recusado quis vetar com firme projeto os meios de defesa do recusante em perseguir nos termos da suspeição que tendo a palavra, e logo na 1. audiência aventara de suspeito pelo recusante como prevê af.12 e f.13. na forma que é facultado pela Ord.I.3º.F.21§4 procedeu em contrario ao que determina esta ordem, não mandando (como lhe cumpria) que o recusante, viesse com seus artigos na seguinte audiência, e quiz mais todas esse meio de defesa deixando ao recusante que devia apresentar por escrito as razões de recusação assignada pelo advogado, não os havendo e ser permitido ao recusante neste azo assignar todos os seus papeis, razões e articulações, como é bem claro o recurso no aviso do ano de 1838, o Prace Forence §127.

Offerecidos todos os autos de f.4 na competente audiência e depois de prestado a competente caução consta af.6, presidiu o juiz recusado em dar deferimento como se vê e prova a af.2, a vista do que e na conformidade dos art. 64 e 65 do Cód. de Proc. Crim. Que fez remessa destes autos e este juízo o respectivo escrivão.

Ordenando-se por que o recusado depuzesse sob o juramento do seu officio dos art. De p.4 como é determinado pela Ord. I. 3. F. 21§4 em fim, o contrario fez endereçando a petição junto aos autos af.20 a onde se revela a inimizade capital que tem ao recusante attribuindo-lhe sua falsamente factos criminosos tirados de sua escaldada imaginação, e deixando de contestar o allegado nos art. 3. de f.4 aonde com opusera de novo diz o recusante que tenha sido o recusado nominado a muitos annos o 5º supplente do Subdelegado de Polícia, só poucos dias daquele em que proferiu a sentença contra o recusante; e que foi annullada, é que prestou juramento do dito cargo, sem que tenha praticado, aceito algum como juiz de não naquelle summario crime e no que de novo instaurou!

Não tendo porque o juiz recusado deposto sob julgamento de conforme com a ord. citada aos art. de f.4 e disse que confesso; e nunca poderião mencionar em dito as falsas acusações que o recusado af.20 assola ao recusante, visto que este sorve o cargo de 5º. supplente do Subdelegado de Policia d'aquela referido districto a sete annos, e tem sempre sido eleito (e é o mais votado) juiz de paz desde que foi criado o districto sem que em todo esse tempo houvesse queixa, ou representação alguma contra elle, e isto é bastante para provar que bem ter servido e serve os ditos cargos, e que gora da estima e bom conceito de seus concidadãos.

Finalmente o meritíssimo juiz que vai julgar a presente causa é illustrado, e orado dar qualidades que a lei exige a isso tem o recusante tem certeza moral a mais

plena do que julgará de conformidade com o apêndice na conclusão dos autos de f.4 fazendo assim nesta justiça.

Julio Baumgarten

Conclusão

Aos vinte sete dias do mez de novembro de mil oitocentos e sessenta e seis nesta Villa de Itajahy em meu cartório faço estes autos conclusos ao meritíssimo Juiz Municipal o Doutor Balbino Cezar de Mello; do que fiz este termo. Eu Francisco Ezequiel Franco Escrivão interino o escrevi.

CL

Vistos estes autos de suspeição recuzente Julio baumgarten, juiz recusado Augusto Guilherme Luiz Scheffer art. Folhas. 4 e 5 achão-se os artigos apresentados pelo recusante e as folhas 20 e 21 a resposta do recusado; assignados, porém os referidos ditos, mostra-se que d'elles, evidentemente provados os sobre ditos artigos já fatos de depoimento uniformes da 1º. e 3º testemunha as fl.25,26, 28 e 29, já que foi documentos de várias peças dos autos de fl a fl, e já finalmente pela própria resposta do recusado, em cujas contradições palpáveis e proposições admitidas em tem por (rasura) este revelações mais pronunciada confissão dos mencionados artigos, pelo que e o mais dos autos julgo a suspeição valida e procedente, tanto quanto em direito me é permittido, e em conformidade do art. 71 do código do processo Crim. Terminante disposição ratificada pelo art. 96 da lei de n. 261 de 3 de dezembro de 1841, nullo o processo que deu lugar a presente disposição; não podendo e novembro jamais o recusado juiz mencionar na causa em questão, e nem em outra qualquer em que for parte o recusante, ficando dado porém direito do juízo, em que a dita causa para reproduzir a accusação, perante o Juiz Supplente legítimo do Juiz Recusado, ou outro juiz, a quem pertencer a decisão da causa sobredita, e condeno finalmente o juiz Recusado e legalmente suspeito hás custas. Villa de Itajaí, 19 de novembro de 1866.

## Notas de fim

2 Fundação Genésio Miranda Lins.

3 Na verdade esta é uma segunda ação de Injúria Verbal que Eduardo Stein moveu contra Baumgarten sobre o mesmo acontecimento. No primeiro processo o réu foi condenado por Scheffer, mas acabou sendo anulado pelo Juiz de Direito. Infelizmente este processo não pôde ser encontrado, mas em vários momentos do texto acaba sendo remetido a ele.

4 O texto foi transcrito *ipsis literis* praticamente integralmente. Só foram excluídos, alguns

juramentos e autuações que se mantidos, tornariam sua leitura exageradamente enfadonha.

5 FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio no século XIX**. Rio de Janeiro. Graal. 1977

6 Inspirado no Código Napoleônico, o Código Criminal brasileiro de 1830 foi uma grande referencia do pensamento jurídico liberal do século XIX. A República o irá substituir pelo Código Penal em 1890.

7 Este regimento irá justamente organizar juridicamente as cidades e vilas do Império. Além disso, torna-se uma referencia importante para a estruturação dos seqüentes códigos de postu-ra que cada cidade ou vila irá promulgar.

8 FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?** Portugal. Veja. 2000.p..98

9 Por falta de espaço optou-se não transcrever o depoimento desta testemunha, justamente por não apresentar elementos diferente dos anteriores.

# “Barra do Cocho”

Enéas Athanázio<sup>1</sup>

Autores  
Catarinenses

A saga de uma  
família

“Demasiado felizes, os agricultores,  
se conhecessem a própria felicidade.”  
(Virgílio)

“Barra do Cocho”, de Apolônia Gastaldi (Nova Letra – Blumenau – 2005), é um romance de fundo histórico e memorialista ambientado no Alto Vale do Itajaí. Escrito em texto inteiriço, sem a divisão em partes ou capítulos, estende-se por quase 250 páginas, revelando o fôlego da autora para um gênero em que é escassa a estante catarinense. Como demonstra a leitura, exigiu exaustivas pesquisas, entrevistas e contatos, além das lembranças da própria autora, expectadora e partícipe de grande parte da ação. É um documento autêntico e confiável da vida naquela região, recriando-a de forma mais perfeita que a história convencional, como tantas vezes acontece. Através dele o leitor sentirá com mais intensidade o **modus vivendi** local da época do que compulsando obras históricas. Como romance, no entanto, guarda mui-



<sup>1</sup> Escritor e Advogado.

tos momentos de encantamento, imaginação, enlevo e ternura, tornando a leitura agradável e viva.

Toda a narrativa se focaliza, em primeiro plano, na saga da família Bento da Silveira, oriunda da Serra-Abaixo, e que se fixou na Barra do Cocho, proximidades da localidade da Subida, tendo como pano de fundo a região em seus mais variados aspectos. Vida dura, trabalhosa, na luta constante para extrair da natureza agreste os meios de subsistência para a numerosa família, comandada pelo irmão mais velho – o Joca – recolhido a misteriosos pensamentos e dotado da capacidade de prever o futuro, quase sempre adivinhando desgraças. No interior do lar desenvolvia, em paralelo, outra luta, na tentativa inútil de manter unida a numerosa irmandade sem o que seria impossível conservar em atividade o sítio que se estendia por vasta área de terras e onde se realizavam inúmeras atividades. Com o passar dos anos, porém, os irmãos foram debandando, um a um, até que ele próprio se mudou para outro local, ficando o velho sítio entregue ao abandono como autêntica tapera. Só a janela do sote, onde ele cismava, tragando seus palheiros, permaneceu fechada. E também a caixa de madeira que guardava os livros que lia sem cansaço. Espécie de herói conservador, batalhou a vida inteira contra as mudanças avassaladoras dos novos tempos e, não obstante sua abnegação, acabou vencido, solitário e pobre. Sua história é emocionante.

Com agudo senso de observação, a autora descreve a natureza exuberante da região com suas incontáveis tonalidades de verde, os riachos marulhantes que escorrem águas cristalinas, serpenteando entre morros agudos, as lagoas que refletem o anil do céu e a paisagem viva, como que pintada em tons fortes. Ali cresce a mata inexplorada onde se misturam numerosas espécies de árvores, inclusive fruteiras, arbustos, cipós, capins e matas fechadas moradas de animais selvagens, não faltando a onça pintada, pássaros, répteis e insetos sem conta. Um mundão quase virgem, em grande parte inexplorado. Aninhadas na curva do ribeirão começavam as terras largas dos Bento da Silveira, sede de sítio bem organizado e em constante atividade produtiva. Roças, criação de gado e animais domésticos, engenho de farinha e de cana, cafezais e mandiocais, abelhas, porcos na

engorda – um sem fim de serviços que exigiam o esforço constante da irmandade. Sem queixas ou reclamos, cada qual vencía o seu jornal, consciente de que tudo se fazia pela família e seu bem estar. Como vaticinava o Joca, “um dia todos irão descobrir que o melhor tempo era aquele em que estávamos todos juntos aqui nesta casa.” Respirando fundo, concluiu: “Será tarde!” (pág. 153). Previsão que lembra inquietação semelhante de John dos Passos em “The best times.”

Para tanto trabalho os dias se faziam curtos, faltavam-lhes horas. Havia as farinhadas, transformando a mandioca bruta em finíssima farinha; havia o corte da cana, dela retirando o açúcar e a cachaça; havia a carneação de vacas e porcos; havia as roças lavradas com arado, deixando sulcos paralelos no chão, e as capinas para libertar as plantas das ervas daninhas; havia a colheita dos grãos vermelhos do café e seu preparo caseiro, perfumando o ar com o cheiro acre da torrada; havia a busca do mel escondido no oco das árvores, o corte e a puxada da lenha, a tirada do leite, o trato dos animais, a limpeza geral... Era um uf! a serviçama! Para completar, as mulheres cosiam ternos muito apreciados, camisas, vestidos e os “chapeados”, espécie de colchas de retalhos disputados pelos compradores. Não obstante, a refeição constituía um momento de paz e todos se postavam em seus lugares cativos ao longo de mesa enorme e de tampo polido. As prosas lentas se estendiam, não faltando as brincadeiras e piadas. Eventual mau humor era passageiro.

Engana-se quem imaginar que ali reinavam a monotonia e o isolamento. As notícias vinham com rapidez, como se transmitidas por fios invisíveis, e as visitas novidadeiras se repetiam, tanto de vizinhos como de tropeiros, viajantes e mascates chegados de longe e faziam pouso. Havia os bailes, sempre animados, alguns culminando em inevitáveis brigas, e as festas, entre elas a de São Roque, na vila de Aquidabã, em que o santo oriundo da nobreza de França e, que sobrevivia alimentado pela esperteza de seu cão, era celebrado com todas as honras. Frequentes serenatas movimentavam as noites enluaradas e a música estava presente em muitas ocasiões. Não faltavam sequer os porres de algum ressentido, acometido de violenta “dor de cotovelo.” As visitas ao sortido armazém, onde os mora-

dores se forneciam, constituíam momentos agradáveis e os encontros transmitiam informações. E às vezes, para preocupação de muitos e indignação de outros, surgiam os famigerados “pasquins” anônimos falando mal das mulheres e escritos em versos. A presença de vizinhos solidários dando um auxílio nos períodos de serviço acumulado ou de dificuldades em família acontecia sempre. Os homens organizavam caçadas, armados de espingardas “picapau”, aquelas de carregar pela boca, e criavam cães de caça valentes e destemidos, como o “Ferro” que fez história. A coleta de frutas silvestres, de variedade incrível, proporcionava incursões agradáveis pelas matas próximas. A presença inovadora do trem deu um toque diferente ao ambiente, com as locomotivas resfolegando nas subidas e curvas do caminho. Acompanhar sua chegada na estação e viajar apreciando a beleza da paisagem deixavam lembranças inesquecíveis.

Figuras curiosas e “causos” insólitos pontilhavam o cotidiano e o imaginário da região. Assim, “Caera”, andarilho esfarrapado que lançava bombas para espantar os bugres e cuja presença causava receio, mostrou-se capaz de visitar uma doente da família, interessado em sua recuperação, pela qual até fez promessa. A feiticeira de aspecto repulsivo, capaz da espantosa proeza de localizar o anel perdido e que fora parar no papo de um pato - “uma feiticeira de mão cheia” (pág. 37). E surge um “monge”, vivendo isolado e quieto, sem nada pedir - só rezava. Ergueu uma choupana sob um ingazeiro e ali passava os dias, esquelético, dormindo sobre uns trapos. “Já temos rezadeiras, mandingueiras, benzedadeiras, parteiras... só faltava um santo” – comenta Maria (pág. 196). Seu esqueleto só seria encontrado anos depois. Pela época, o segundo João Maria havia desaparecido há muito, tratando-se, portanto, de mais um dos tantos eremitas que viveram -em nossos sertões. Pena que seu nome não seja mencionado, talvez por ser desconhecido. Antes dele, em local diverso, aparecera um ermitão, mas este plantava, colhia, caçava, tudo indicando que tinha sangue alemão. Essas figuras provocavam o surgimento de histórias sem fim. A proximidade dos bugres estava entre as preocupações constantes, embora nunca tivessem atacado. Não poderia faltar a figura do “papudo”, aquele sujeito que tudo aumenta e exagera. Aportava também, de tempos em tempos, o mascate,

trazendo mercadorias miúdas do Desterro, na mesma labuta do inesquecível Xixi-Piriá, de Mário Palmério. É curioso notar que todos os comerciantes, ou quase todos, tinham nomes germânicos. Vale lembrar ainda o primeiro professor de português, contratado pelos pais dos alunos, e que não raro recebia seus proventos em produtos da lavoura em face da falta de dinheiro. Não se esqueça o cavalo de Eduardo de Lima e Silva Höherann, o pacificador dos “xokleng.” Pois o animal, introduzido na venda do Dalfovo, bebeu duas cervejas num balde, de uma só tacada, tendo seu dono montado. Este tomou apenas uma cachacinha e se afastou sem dizer nada, deixando os presentes boquiabertos (pág. 120).

Acidentados e doentes procuravam recursos na farmácia e no hospital de Hamonia. A malária e o tifo faziam numerosas vítimas, este último de forma quase sempre fatal. A explosão de uma caldeira, provocando mortes e ferimentos, foi um acidente que ficou na lembrança do povo. Em caso de morte na família, impunha-se o luto fechado e todos se cobriam de preto.

Assombrações e visagens, bastante freqüentes, assustavam moradores. Tudo indica, porém, que fossem pacíficas e só vinham matar as saudades. Pessoas falecidas apareciam, uma pomba misteriosa fazia visitas periódicas, objetos sumiam, provocando promessas para que fossem encontrados (na minha terra enfiava-se um pau no chão e, quanto maior a raiva com que fosse enterrado, melhor, repetindo: devolve, devolve! Às vezes dava certo). Corria o “causo” da moça que dançou com o Demo e foi levada por ele, lembrando a lenda do boto que é contada na Amazônia.

Mas os tempos correm e tudo vai mudando. A linha férrea chega a Bela Aliança e os apitos das locomotivas cortam os ares. As tropas diminuem e os caminhões de reboques, carregados de tábuas, arriscavam-se pelas curvas, topes e lançantes da estrada precária no rumo do porto de Itajaí. Começam a chegar os estrangeiros, entre eles os Gastaldi, construindo serraria na região. Um deles, João, vem a casar com Izabel Silveira, futura mãe da autora. As plantações de fumo se incrementam e provocam a poluição das águas para revolta dos moradores. Surgem os “fordecos” e os caminhões a trafegar são muitos. Com a exploração intensiva do pinho e madeiras de lei um dos irmãos adquire pequena serraria. Transforma-se a paisa-

gem regional e o empobrecimento dos colonos é visível. Não têm como concorrer com os novos métodos e máquinas. Maria, a mais velha e única solteira, também se casa e deixa o “ninho.” Só restou o Joca, triste e pensativo, mas impotente diante da realidade. Em continuidade, como a vida não pára, inicia-se nova saga – a dos Gastaldi. Será um dia contada, com certeza.

São notas que me ocorrem sobre o romance de Apolônia. Nem de longe retratam o livro, apenas sugerem que seja lido e apreciado. Com elas não me despeço dele em definitivo, apenas repito, como se dizia na Barra do Cocho: “Até a gente se esbarrar...”

### **O “canudinho”**

A faixa de terras entre os rios Canoas e Pelotas, formadores do Uruguai, foi conhecida em geral como Entre-Rios. Por ela passa a chamada estrada velha, ligando Campos Novos a Lages, fazendo-se a travessia do Canoas através de uma balsa de cabo tirada a muque pelo balseiro. Ali se situa hoje o município de Celso Ramos, desmembrado de Anita Garibaldi, minha primeira comarca como Promotor de Justiça. Nessa região surgiu, no final do Século XIX, um movimento messiânico sobre o qual ouvi algumas referências mas que foi pouco estudado, sendo, em consequência, um episódio quase desconhecido de nossa história. Lendo agora o excelente livro “Lideranças do Contestado”, de autoria do historiador e professor da UFSC Paulo Pinheiro Machado (Editora da UNICAMP – Campinas – 2004), deparei com breve relato desse fato que ficou conhecido como “Canudinho”, ou seja, um “Canudos” pequeno, e que julgo merecedor de um comentário.

Segundo o autor, entre agosto e setembro de 1897, um comerciante de nome Francelino Subtil de Oliveira, associado a um homem a quem chamavam “São” Miguel ou “São” Miguelito, que se declarava primo-irmão do “monge” João Maria, “estabeleceram o culto a uma forma rochosa que havia na região, afirmando que a pedra era uma santa que estava encantada.” Para libertar a santa, os devotos tinham que fazer preces e ladinhas sem fim, entoar cantos e confessar-se com Francelino, o “puxador”

das orações. Como penitência dos pecados praticados, deveriam permanecer algum tempo com pesada pedra sobre a cabeça. Os devotos da nova fé passaram a se reunir no local, onde não tardou a nascer um vilarejo com cerca de oitenta ranchos e trezentos moradores. E como esse tipo de apelo “religioso” tem grande poder de atração, pessoas pobres, doentes e marginalizadas começaram a afluir ao local, ameaçando a formação de um reduto ou arraial, fato que assustou as autoridades da região (p. 173).

Os “coronéis” Henrique Rupp e Lucidóro Luiz de Mattos, ambos de Campos Novos, solicitaram a intervenção do Estado para debelar o surto messiânico. Soldados do Regimento de Segurança do Estado e homens de confiança daqueles “coronéis” tentaram atacar o povoado, mas, para surpresa deles, foram repelidos a tiros pelos devotos enfurecidos e por estes perseguidos até a entrada da então Vila de Campos Novos, distante cerca de quarenta quilômetros. Foi o vexame dos vexames, e os sertanejos, sagrados heróis pela boca do povo, tiveram sua bravura entoada em prosa e verso, espalhando-se por toda a região. Alarmado, o governador enviou nova expedição armada, contando com auxílio de forças gaúchas, e assim foi debelado o foco revolucionário que ameaçava imitar Canudos, na Bahia, onde as derrotas governistas se repetiam. Destruída a povoação, o episódio logo foi esquecido, ainda que contribuísse para o desgaste político daqueles “coronéis”, cujo prestígio estava em decadência. Segundo o autor, teria havido uma chacina no Entre-Rios (p. 174).

O novo “monge”, que se dizia “São” Miguel, tirou partido da devoção que existia em relação a João Maria, cuja pregação impregnava a região, chamando a atenção do povo e fazendo profecias apocalípticas, como o fim do mundo no virar do Século, as pesadas pragas que viriam e outros males. Com o aumento dos moradores, começaram os inevitáveis abusos, como brigas, saques de roças e fazendas, furto de gado e porcos. Por outro lado, o movimento revelou a existência de uma “população errante, suscetível de seguir até o fim suas lideranças religiosas e as pessoas estavam disponíveis a qualquer tipo de luta” (p. 174).

O “Canudinho”, tema pouco explorado, está à espera dos pesquisadores. E fica aqui no Estado, em região de fácil acesso e investigação.

### **QUARENTA ANOS DE LUTA**

Talvez o título pareça exagerado, mas, com exceção de poucos privilegiados, o escritor brasileiro vive em permanente luta. Quando se edita ou é editado por pequenas editoras, tem que lutar em várias frentes ou contemplar sua obra mergulhar em inexorável ostracismo. Além do trabalho de edição, com suas revisões e minúcias, tem que cuidar da distribuição do livro e sua divulgação, além de se esforçar para que chegue às mãos e aos lugares certos. Caso não o faça, ainda que seja um escritor conhecido, seu livro será um desconhecido e não terá a expressão merecida, mesmo que seja obra de qualidade. Por essas e outras, o aparecimento de um livro como “40 Anos de Vida Literária – 1964/2004”, de autoria do Prof. Francisco Fernandes Marinho, é uma obra consagradora para o escritor focalizado, Manoel Onofre Júnior. É trabalho metucioso e sério que faz completo balanço das realizações de um escritor incansável para comemorar as quatro décadas de sua estréia literária, homenagem também reservada a poucos contemporâneos e, menos ainda, em vida, com a obra ainda em fase de realização. Para que isso aconteça, além da profunda empatia do ensaísta com a obra analisada, são necessárias competência e dedicação para o fiel resultado.

Dividido em três partes, o volume contempla uma biocronologia do autor estudado, a relação de suas obras com comentários individuais, prefácios e apresentações de sua autoria, além de artigos e trabalhos inéditos em livro, tudo na parte inicial. Na segunda estão a bibliografia sobre a obra do autor, a fortuna crítica, prefácios e apresentações de outros para suas obras e, por fim, referências feitas ao autor. Na terceira, enriquecendo o volume, uma ampla iconografia. Como se conclui desse sumário, é um exaustivo trabalho de pesquisa em livros, jornais, revistas e outras fontes, não apenas da região mas também de outras cidades em busca de dados tão completos quanto possível. E isso não é tarefa fácil porque Manoel Onofre é autor de 28 livros, alguns com várias edições, em diversos gêneros: contos, crônicas, história, ensaios, memórias, diários, crítica literária e musical, cartas, sínteses biográficas, guias lítero-turísticos e articulismo sobre temas

gerais, inclusive jurídicos. Além disso, tem participado em inúmeras antologias e organizado outras tantas. As manifestações sobre ele e sua obra se espalham pelas mais variadas publicações, locais, regionais e nacionais, o que dá bem a medida do esforço exigido pelo ensaísta. Pelo que me parece, no entanto, nada de importante faltou e o autor focalizado salta do livro inteiro, tanto no aspecto biográfico como na obra.

A fortuna crítica é ampla e variada, abordando os trabalhos do autor sob todos os ângulos, esmiuçando seu estilo e processo criativo. Entre muitos outros, existem manifestações subscritas por nomes como Câmara Cascudo, Ascendino Leite, Veríssimo de Melo, Murilo Melo Filho, Nilo Pereira, Gêtúlio Araújo, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Homero Homem e numerosos outros de real mérito. As abordagens são quase todas corretas e precisas. “Invoco” apenas com certa insistência em acentuar a “simplicidade do autor” e seu “modo de escrever com simplicidade.” Fica a impressão de que simplicidade seja defeito, talvez coisa de simplório, o que não é, em absoluto, verdadeiro. Escrever com simplicidade é uma arte mais difícil que empolar palavras sonoras imaginando fazer obra de qualidade. Ainda mais quando o autor, em seus contos e crônicas, pinta o seu povo e a sua terra, gente simples e pura dos rincões onde nasceu e se criou. Desejariam, com certeza, que seus personagens, tirados do meio humilde, falassem de forma rebuscada como doutores ou filósofos, o que implicaria num irreversível divórcio entre linguagem e personagens. Seres fabricados em gabinete, como tantos do passado. Faz muito bem Manoel Onofre em cultivar a simplicidade autêntica de sua gente.



Para proceder a assinatura da Revista ou sua renovação, assim como receber números antigos ou tomos completos encadernados, procure-nos.

Abaixo informamos nossos preços:

- Assinatura nova: R\$ 70,00 (anual = 6 números)
- Renovação da assinatura: R\$ 55,00 (anual = 6 números)
- Tomos anteriores (encadernados com capa dura): R\$ 80,00
- Exemplares avulsos: R\$ 10,00 (edições dos anos 70 a 2003)  
R\$ 15,00 (anos 60)  
R\$ 20,00 (anos 50)
- Encadernação R\$ 30,00 o volume (até 1997, um volume para cada tomo. De 1998 em diante, dois volumes por tomo.
- Tomo completo encadernado: R\$ 120,00 (para tomos de 1998 em diante). Para tomos de anos anteriores, solicitar orçamento.

( ) Sim, desejo assinar a revista *Blumenau em Cadernos* para o ano de 2006 (Tomo 47). Anexo a este cupom, a quantia de R\$ .....,00 (..... reais) conforme opções de pagamento abaixo.

**Formas de pagamento:**

- ( ) Vale Postal – Fundação Cultural de Blumenau – Blumenau em Cadernos
- ( ) Depósito no BESC – conta 77.995-2 – Agência 003. Após o pagamento, passar FAX do recibo de depósito com o nome do depositante, para nosso controle.
- ( ) Cheque - Banco: ..... Número do Cheque: .....

**Dados do Assinante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cx. Postal: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fone para contato: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

---

**Assinatura**

**Arquivo Histórico José Ferreira da Silva**

Caixa Postal 425 - Cep 89015-010 - -- Fone: (47) 3326-6990 – Fax (47) 3326-6874  
Blumenau (SC) – E-mail: [arquivohistorico@fcblu.com.br](mailto:arquivohistorico@fcblu.com.br)

[The following text is extremely faint and largely illegible. It appears to be a multi-paragraph document, possibly a report or a letter, with several lines of text per paragraph. The content is too light to transcribe accurately.]



Unidades Culturais

Arquivo Histórico  
Prof. José Ferreira da Silva  
arquivohistorico@fcbu.com.br

Mausoléu  
Dr. Blumenau

Museu  
da Família Colonial

Centro Cultural  
da Vila Itoupava

Biblioteca Pública  
Dr. Fritz Müller

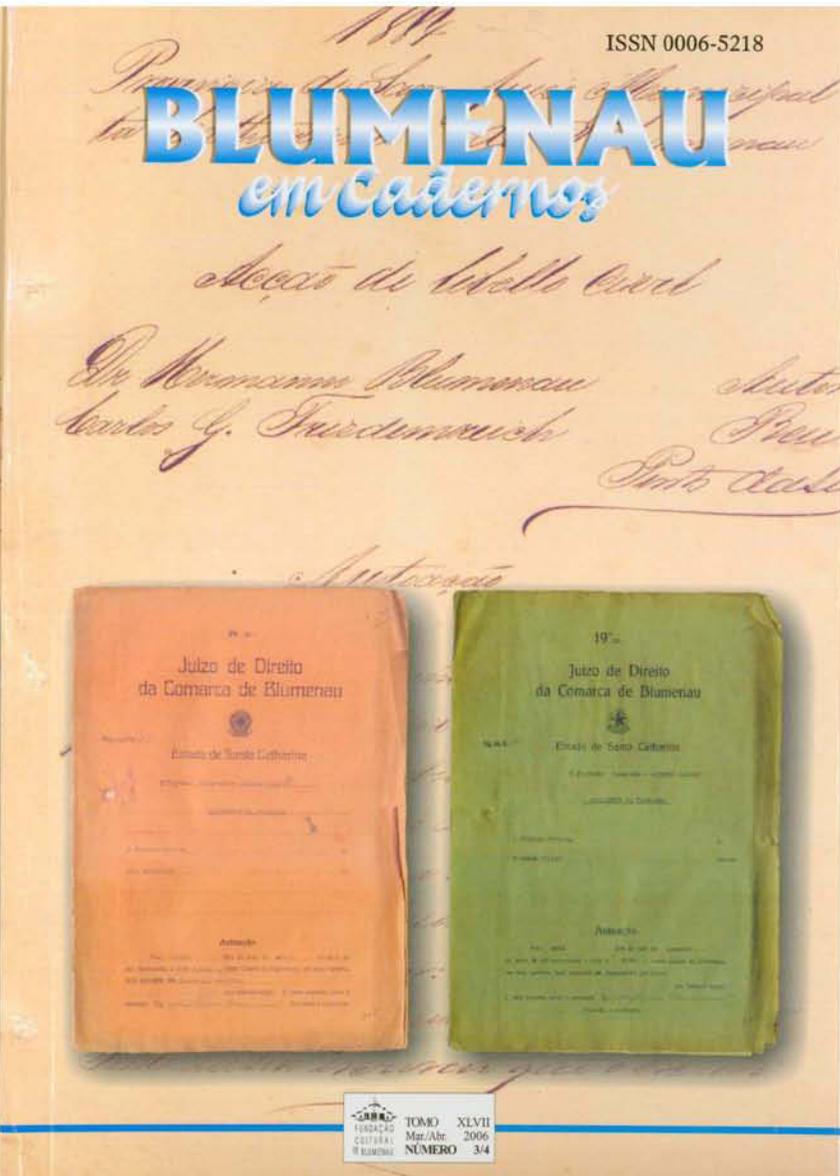
Museu  
de Arte de Blumenau

Galeria  
Municipal de Arte

Centro de Publicação,  
Documentação e  
Referência em Leitura

Editora  
Cultura em Movimento  
editora@fcbu.com.br

www.fcbu.com.br



ISSN 0006-5218

# BLUMENAU em Cadernos

Associação de Bibliófilos

De Blumenau Blumenau  
Carlos G. Fiedemannich

## BLUMENAU em Cadernos

TOMO XLVII  
Março/Abril de 2006  
Nº 3/4

### Apoio Cultural:

Genésio Deschamps

Victória Sievert

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eletro Aço Altona S/A

Hildegard Rossmark Schramm

43 S/A Gráfica e Editora

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU  
TOMO XLVII  
Mar/Abr 2006  
NÚMERO 3/4

1889  
Juízo Municipal de Blumenau  
Tribuna de Santa Catharina

*Circulação*

Juiz Sachtleben.  
Assinado por Hermann Reinold

*Circulação  
Circulação  
Santo*

